



MUNICÍPIO DE BRAGA

VEREAÇÃO DOS PELOUROS
DA REGENERAÇÃO URBANA, PATRIMÓNIO, LIGAÇÃO À UNIVERSIDADE, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO

DMUOP / DMPOT / DPRRU

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA



dPRRU

REVISÃO PDM

AValiação AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO

MAIO 2015

ÍNDICE

SIGLAS E ACRÓNIMOS	6
1 INTRODUÇÃO	8
1.1 ENQUADRAMENTO LEGAL	8
1.2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	10
1.3 ENQUADRAMENTO DO PROCESSO	12
2 OBJETIVOS E METODOLOGIA.....	12
3 DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO.....	14
3.1 SITUAÇÃO ATUAL – CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE BRAGA	16
3.2 PLANEAMENTO BRAGA – ANTECEDENTES DA REVISÃO DO PDM.....	52
3.3 PROCESSO DE REVISÃO DO PDMB	55
3.3.1 OBJETIVOS E DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS DA REVISÃO DO PDMB	56
3.4 RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS – 1ª FASE DA AVALIAÇÃO.....	65
4 ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS FCD	70
4.1 FCD: GOVERNANÇA	71
4.1.1 DESCRIÇÃO E OBJETIVOS.....	71
4.1.2 ANÁLISE SWOT.....	72
4.1.3 ANÁLISE DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS	74
4.1.4 EVOLUÇÃO DE TENDÊNCIAS COM E SEM IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO.....	78
4.1.5 DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO	80
4.2 FCD: ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	81
4.2.1 DESCRIÇÃO E OBJETIVOS.....	81
4.2.2 ANÁLISE SWOT.....	82
4.2.3 ANÁLISE DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS	84
4.2.4 EVOLUÇÃO DE TENDÊNCIAS COM E SEM A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	90
4.2.5 DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO	94
4.3 FCD: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	97
4.3.1 DESCRIÇÃO E OBJETIVOS.....	97
4.3.2 ANÁLISE SWOT.....	98
4.3.3 ANÁLISE DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS	100
4.3.4 EVOLUÇÃO DE TENDÊNCIAS COM E SEM IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO.....	104
4.3.5 DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO	107
4.4 FCD: PAISAGEM E PATRIMÓNIO CULTURAL	109
4.4.1 DESCRIÇÃO E OBJETIVOS.....	109
4.4.2 ANÁLISE SWOT.....	109
4.4.3 ANÁLISE DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS	111
4.4.4 EVOLUÇÃO DE TENDÊNCIAS COM E SEM IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO.....	112
4.4.5 DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO	113
4.5 FCD: RECURSOS NATURAIS	114
4.5.1 DESCRIÇÃO E OBJETIVOS.....	114
4.5.2 ANÁLISE SWOT.....	116
4.5.3 ANÁLISE DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS	118



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

4.5.4	EVOLUÇÃO DE TENDÊNCIAS COM E SEM IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO.....	121
4.5.5	DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO	123
4.6	FCD: AMBIENTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA.....	125
4.6.1	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS.....	125
4.6.2	ANÁLISE SWOT.....	126
4.6.3	ANÁLISE DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS	129
4.6.4	EVOLUÇÃO DE TENDÊNCIAS COM E SEM IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO.....	131
4.6.5	DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO	133
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
6	BIBLIOGRAFIA	136
7	ANEXOS	138
7.1	ANEXOS 1	138
7.2	ANEXOS 2	140
7.3	ANEXOS 3	148
7.3	ANEXOS 4 - PARECERES	170



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Avaliação Ambiental Estratégica e os PMOT	11
Figura 2: Fases da Avaliação Ambiental Estratégica.....	13
Figura 3: Localização Geográfica do concelho de Braga.....	16
Figura 4: Freguesias que compõem o concelho de Braga.....	17
Figura 5: Freguesias que compõem o concelho de Braga após a reorganização administrativa	19
Figura 6: Espaços urbanizáveis propostos no PDMB e respetivo estado de ocupação entre 2001 e 201037	
Figura 7: Espaços de indústria e/ou armazéns propostos e parques de sucatas propostos no PDMB e respetivo estado de ocupação entre 2001 e 2010	39
Figura 8: Solo rural ocupado/alterado entre 2001 e 2010.....	41
Figura 9: Unidades de Paisagem.....	44
Figura 10: Relação de interligação na identificação dos fatores críticos para a decisão	65
Figura 11: Quadro de referência estratégico adotado como orientação no processo de revisão	66
Figura 12: Articulação entre os Principais instrumentos de Política e Ordenamento utilizados que constituem o QRE.....	66
Figura 13: Questões Estratégicas da Revisão do PDMB (extraído do Relatório de Fatores Críticos)	68



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Usos do solo definidos no PDMB de 2001	35
Quadro 2: Ocupação do concelho de Braga entre 2001 e 2009	36
Quadro 3: Critérios e objetivos de sustentabilidade para o FCD Governança.....	71
Quadro 4: Indicadores do processo para o FCD Governança	74
Quadro 5: Evolução de tendências com e sem implementação do plano para o FCD Governança.....	78
Quadro 6: Indicadores de Monitorização para o FCD Governança	80
Quadro 7: Critérios e objetivos de sustentabilidade para o FCD Ordenamento do Território	81
Quadro 8: Indicadores do processo para o FCD Ordenamento do Território	84
Quadro 9: Evolução de tendências com e sem implementação do plano para o FCD Ordenamento do Território	90
Quadro 10: Indicadores de Monitorização para o FCD Ordenamento do Território.....	94
Quadro 11: Critérios e objetivos de sustentabilidade para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico.....	97
Quadro 12: Indicadores do processo para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico.....	100
Quadro 13: Evolução de tendências com e sem implementação do plano para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico.....	104
Quadro 14: Indicadores de Monitorização para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico	107
Quadro 15: Critérios e objetivos de sustentabilidade para o FCD Paisagem e Património Cultural	109
Quadro 16: Indicadores do processo para o FCD Paisagem e Património Cultural	111
Quadro 17: Evolução de tendências com e sem implementação do plano para o FCD Paisagem e Património Cultural	112
Quadro 18: Indicadores de Monitorização para o FCD Paisagem e Património Cultural.....	113
Quadro 19: Critérios e objetivos de sustentabilidade para o FCD Recursos Naturais	114
Quadro 20: Indicadores do processo para o FCD Recursos Naturais	118
Quadro 21: Evolução de tendências com e sem implementação do plano para o FCD Recursos Naturais	121
Quadro 22: Indicadores de Monitorização para o FCD Recursos Naturais	123
Quadro 23: Critérios e objetivos de sustentabilidade para o FCD Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida	125
Quadro 24: Indicadores do processo para o FCD Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida	129
Quadro 25: Evolução de tendências com e sem implementação do plano para o FCD Ambiente. Lazer e Qualidade de Vida	131
Quadro 26: Indicadores de Monitorização para o FCD Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida	133



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AFN	Autoridade Florestal Nacional
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ARU	Área de Reabilitação Urbana
CCDR-N	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CMB	Câmara Municipal de Braga
DA	Declaração Ambiental
DGOTDU	Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
EEU	Estrutura Ecológica Urbana
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENDS	Estratégia nacional de Desenvolvimento Sustentável
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FA	Fatores Ambientais
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
GEE	Gases com Efeito de Estufa
ICNB	Instituto para a Conservação da Natureza e Biodiversidade
DGPC	Direção Geral do Património Cultural
DPU	Divisão de Planeamento Urbanístico
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PBH	Plano de Bacia Hidrográfica
PDM	Plano Diretor Municipal
PDMB	Plano Diretor Municipal de Braga
PEAASAR	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
PERSU	Planos Estratégicos Sectoriais dos Resíduos Sólidos Urbanos
PIB	Produto Interno Bruto
PIOT	Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território
PMDFI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PME	Plano Municipal de Emergência
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
PNA	Plano Nacional da Água
PNAC	Plano Nacional para as Alterações Climáticas
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNDFI	Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PP	Plano de Pormenor
PROF	Plano Regional de Ordenamento Florestal
PROT-N	Plano Regional do Ordenamento do Território do Norte



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

PU	Plano de Urbanização
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
REOT	Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UM	Universidade do Minho
UOPG	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão Urbano

1| INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do PDM de Braga.

A Avaliação Ambiental Estratégica constitui uma mais-valia para o planeamento, na medida em que analisa antecipadamente os eventuais efeitos significativos no ambiente que as opções do plano poderão acarretar, visando o seu aperfeiçoamento. Para que a Avaliação Ambiental seja o mais profícua possível, deverá encarar-se a metodologia de vertente estratégica, processual, acompanhando a dinâmica de planeamento contínua e sistémica. Esta deverá ser adotada desde o início do processo e prolongar-se após a aprovação do plano através da monitorização gizada antecipadamente. Por outro lado, a AAE deverá ser encarada com seriedade, constituindo-se como mais uma ferramenta de apoio à decisão e não como um instrumento de mera justificação das soluções técnicas. É este o sentido que a Câmara Municipal de Braga augura para a AAE da proposta da Revisão do PDM de Braga e respetiva monitorização.

1.1| ENQUADRAMENTO LEGAL

Os procedimentos de AAE decorrem da necessidade premente de incorporar os aspetos anteriormente referenciados no planeamento. Esta necessidade remonta à década de 70, onde já se aplicavam nos Estados Unidos da América (EUA) e no Canadá a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) a planos de uso do solo, integrando fatores económicos e sociais aos mesmos.

Na década de 80 os EUA evoluíram para o planeamento estratégico e respetiva avaliação estratégica de apoio à decisão, fazendo face a questões relacionadas com o timing /faseamento das decisões, bem como a níveis de incerteza intrínseca aos processos de planeamento.

Nos finais da década de 80, apesar da carência de uma Diretiva Comunitária específica referente à AAE, vários estados membros da União Europeia adotaram metodologias de Avaliação Ambiental aos planos, programas e políticas (exemplos: Holanda, Dinamarca, Reino Unido). Em 1989 o termo 'Avaliação Ambiental Estratégica' é utilizado pela primeira vez num Relatório da Comissão das Comunidades Europeias: *"The environmental assessments appropriate to policies, plans and programmes are of a more strategic nature than those applicable to individual projects and are likely to differ from them in several important respects.....We have adopted the term "strategic environmental assessment" (SEA) to describe this type of assessment"*.

Wood and Djeddour (1989)

Na década de 90 decorreu uma discussão alargada, no seio da UE, sobre esta temática, sobretudo no que concerne às distinções deste tipo de avaliação, respeitantes a planos, programas e políticas, face à AIA, relativa a projetos. Neste contexto foi publicada, em 2001, a Diretiva 2001/42/CE, no sentido de homogeneizar os procedimentos que já vinham a ser realizados em alguns estados membros. Destaca-se a ênfase conferida à vertente processual (em oposição à elaboração de um mero relatório) e

desenvolvimento de alternativas de apoio à decisão, assim como a necessidade de monitorização. Acresce a Diretiva Europeia 2003/35/CE, de 26 de Maio, que estabelece a participação do público na elaboração de planos e programas e o Protocolo de Kiev, em 2003, que valoriza a AAE num contexto transfronteiriço.

Em Portugal, antes da transposição da Diretiva Europeia para o Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de Junho, a Lei de Bases do Ambiente, Lei n.º 11/87 de 7 de Abril, faz referência aos impactes dos planos.

O Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de Junho, que entrou em vigor em 20 de Junho de 2007, estabelece a obrigatoriedade da execução de avaliação ambiental estratégica de determinados planos e programas.

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 3º do referido Decreto-Lei, “ *todos os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, industria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos, estão sujeitos a avaliação ambiental*”.

Posteriormente o Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro, que entrou em vigor em 24 de Setembro de 2007, altera o regime jurídico referente aos instrumentos de gestão territorial estabelecido pelo Decreto-Lei 380/99 de 22 de Setembro. O Decreto-Lei n.º 316/2007 procedeu à adaptação do regime de avaliação ambiental estratégica aos Instrumentos de Gestão Territorial, integrando uma análise sistemática dos efeitos ambientais dos planos territoriais nos procedimentos de elaboração, revisão e alteração.

Segundo a alínea c) do n.º 2 do art.º 86 do Decreto-Lei supracitado, o Plano Diretor Municipal é acompanhado de “*relatório ambiental, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos*”.

Em 2011, o Decreto-Lei 58/2011 de 4 de Maio, vem alterar o Decreto-Lei 232/2007, na medida em que consagra a obrigação de disponibilizar ao público, através da respetiva página da internet, a decisão e fundamentação da qualificação ou não dos efeitos dos planos no ambiente como significativos, bem como a disponibilização das Declarações Ambientais (DA) às entidades consultadas e Estados membros afetados pelo plano ou programa.

Assim, a avaliação ambiental estratégica dos PMOT deve reger-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, na redação que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 316/2007 e subsidiariamente pelo disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de Maio. Ambos os regimes, RJGT e AAE, consagram a fase de discussão pública coincidentes.¹

¹ In Guia de Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, DGOTDU, Novembro de 2008, página 17

Enquanto instrumento de planeamento e ordenamento do território, o PDM deve estabelecer o regime de uso do solo tendo por base as seguintes orientações definidas no PROT-N:

- Promover o desenvolvimento de usos dominantes adequados às aptidões do solo, assegurando as necessárias compatibilidades e complementaridades;
- Salvar o sistema biofísico;
- Acautelar a compatibilidade da classificação e de qualificação do solo com a salvaguarda das áreas de risco natural e tecnológico, bem como implementar medidas específicas de prevenção e proteção civil nas áreas já ocupadas;
- Garantir a adequada qualificação do solo rural e do solo urbano;
- Promover a regeneração dos espaços urbanos degradados e desestruturados, criando condições de equilíbrio com a estrutura ecológica e com as unidades de paisagem existentes;
- Promover a salvaguarda e valorização do património histórico rural.

1.2| ENQUADRAMENTO TEÓRICO

“A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é um instrumento de avaliação de impactos de natureza estratégica cujo objetivo é facilitar a integração ambiental e a avaliação de oportunidades e riscos de estratégias de ação no quadro de um desenvolvimento sustentável.”²

De acordo com o Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica de Maria do Rosário Partidário, a AAE apresenta determinados critérios de desempenho, devendo ser integrada, participativa, interativa, verificada e orientada para a sustentabilidade, entre outros fatores.

De facto, na alínea a) do art.º 2º do Decreto-Lei 232/2007, Avaliação Ambiental é definida como *“identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final”*.

A Avaliação Ambiental dos PMOT deve identificar, descrever e avaliar possíveis efeitos ambientais significativos que possam decorrer da implementação do plano.

É relevante uma ponderação cuidada relativa às soluções existentes para que se alcance uma solução final o mais sustentável possível.

Desta forma, a AAE promove uma melhoria da qualidade de planos, programas e políticas.

² In Partidário, Maria do Rosário, Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas, Agência Portuguesa do Ambiente, página 9

A AAE dos PMOT deve ser entendida como um procedimento abrangente integrado no procedimento de elaboração dos planos, sempre contínuo e sistemático, já que o seu objeto de avaliação não é estático. Efetivamente o planeamento é um processo dinâmico, implicando diversas vezes uma reanálise das estratégias adotadas e possibilitando o desenvolvimento de novas estratégias mais adequadas a um desenvolvimento sustentável, proporcionando a adoção de novas soluções que atentem na sustentabilidade ambiental, tanto durante a elaboração do plano como antes da sua aprovação.

A figura seguinte ilustra a interligação entre os PMOT e a AAE.

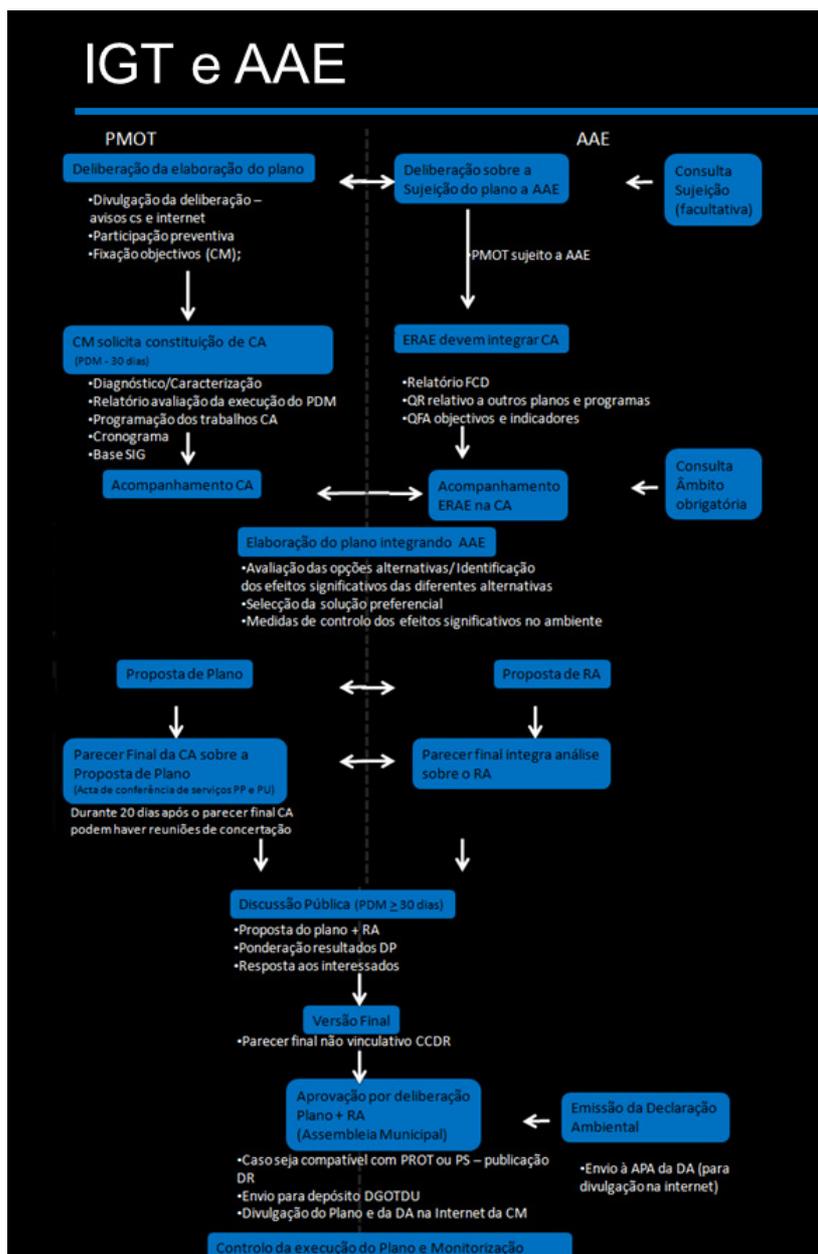


Figura 1: Avaliação Ambiental Estratégica e os PMOT

Assim, a AAE apresenta como principais objetivos:

- Integração de questões ambientais, económicas e sociais em processos de planeamento;
- Detecção de riscos e oportunidades existentes, possibilitando a avaliação de soluções alternativas;
- Estabelecer métodos de desenvolvimento mais adequados a propostas futuras de desenvolvimento.

Estes objetivos contribuem para uma visão estratégica das questões ambientais, possibilitando a identificação de soluções mais direcionadas para uma decisão sustentável e permitindo desenvolver programas de gestão, seguimento e monitorização estratégicos.

1.3| ENQUADRAMENTO DO PROCESSO

Na 1ª reunião plenária da revisão do PDMB foi apresentado o relatório de definição do âmbito, correspondente à 1ª fase da AAE. Após receção dos pareceres das diversas entidades (ERAE e outras cujos contributos foram considerados) realizaram-se as modificações propostas. O parecer emitido pela CCDR-N à data 04/05/2011 (informação n.º/DSOT/DSIRT proc. n.º 369375), cujos contributos se revelaram muito positivos e orientadores para o prosseguimento do processo, conduziram às principais alterações efetuadas. Após a análise deste parecer, efetuaram-se reuniões setoriais com a CCDR-N, com o intuito de esclarecer algumas questões levantadas no mesmo. Assim, atendendo às considerações de carácter específico, as alterações introduzidas foram comunicadas à CCDR-N através do ofício n.º 11/DMPO/DP/2011, de 12/09/2011. Neste seguimento, a CCDR-N manifestou-se positivamente quanto às alterações efetuadas, afirmando que se encontravam reunidas as condições para que a AAE prosseguisse, embora demarcasse algumas considerações que serão tidas em conta na presente fase da AAE. Todos estes pareceres estão disponíveis em anexo.

Quanto às orientações propostas para a alteração ao QRE, não foi considerada a proposta de integração do PEAASAR II, dado que o concelho possui uma taxa de cobertura de abastecimento de água de 98% e de saneamento de águas residuais de 93%. A ENCNB também não foi integrada no QRE, na medida em que o concelho não possui nenhuma Área Protegida nem Sítio Classificado. Contudo, as suas orientações/diretrizes foram indiretamente contempladas.

Desta etapa resultaram alguns indicadores mensuráveis do processo de revisão e de monitorização, que poderão ser alvo de adaptações ao longo do desenvolvimento da AAE e, até mesmo, após a publicação do PDMB.

2| OBJETIVOS E METODOLOGIA

O objetivo desta AAE relaciona-se com a necessidade de incorporar fatores ambientais e de sustentabilidade no processo de revisão do PDMB, auxiliando as decisões através da adoção de soluções eficazes e de medidas que evitem ou minimizem os efeitos negativos mais prementes que possam

decorrer da implementação do plano. Deste modo, pretende também contribuir para uma maior eficácia em procedimentos posteriores à aprovação do plano.

A AAE da revisão do PDMB apresenta 3 etapas metodológicas, explicitadas na figura seguinte.

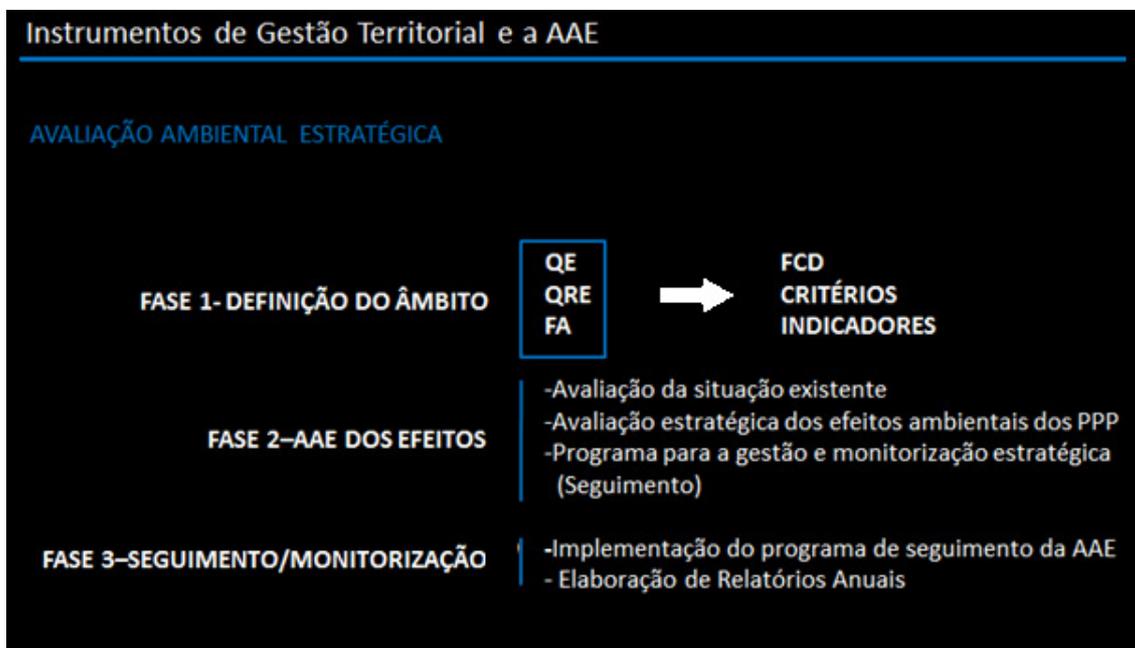


Figura 2: Fases da Avaliação Ambiental Estratégica

Fatores Críticos para a Decisão (FCD) e contexto para a AAE – Nesta fase é essencial compreender o contexto em que se realiza a AAE, devendo-se proceder à identificação e compreensão do objeto de avaliação, ou seja, da estratégia subjacente ao plano em questão.

Nesta etapa são selecionados os FCD, que constituem os temas essenciais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar. Estes identificam aspetos que devem ser considerados na decisão, estruturando a análise de oportunidades e riscos e identificando os estudos técnicos indispensáveis para reunir informação essencial com vista a uma decisão mais sustentável, que permita satisfazer de forma mais correta os objetivos ambientais.

Os FCD resultam de uma análise integrada dos seguintes elementos:

- Quadro de Referência Estratégico (QRE)
- Questões Estratégicas (QE) do objeto de avaliação
- Fatores Ambientais (FA)

Os FCD devem ser objeto de participação pública, bem como de consulta às entidades com responsabilidade ambiental definidas na legislação.

Análise e Avaliação dos efeitos – O presente relatório encontra-se inserido nesta segunda fase, na qual se procede à realização dos estudos técnicos considerados necessários, de acordo com os FCD

selecionados. Efetua-se uma análise de tendências relacionadas com os FCD, tornando possível estabelecer diretrizes que constituem orientações da AAE e devem ser implementadas na fase de seguimento.

Identificam-se oportunidades e riscos através de uma análise SWOT baseada nas tendências atuais de desenvolvimento da região.

A cenarização de futuros desejáveis assume um papel preponderante nesta fase, revestindo-se de um papel crucial na identificação de opções estratégicas para um desenvolvimento sustentável.

Desta fase deverão advir conclusões para a tomada de decisão no que concerne às opções estratégicas do plano que melhor integram questões ambientais e de sustentabilidade, assim como diretrizes a seguir e medidas de controlo a aplicar na fase de seguimento.

Seguimento/monitorização – Tem como objetivo a definição de um programa de ação que deverá avaliar o plano nos anos seguintes à sua publicação, de forma a assegurar a gestão ambiental e sustentabilidade da estratégia adotada. Este programa de seguimento reveste-se de uma importância crucial para trabalhar as diversas incertezas que caracterizam qualquer processo de decisão estratégico, tal como para assegurar o contributo da AAE na integração das questões ambientais e de sustentabilidade no processo de decisão³.

3| DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO

O objeto de avaliação em questão é a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal do concelho de Braga.

O PDM constitui um instrumento de gestão territorial que determina parâmetros de qualificação do solo urbano e rural, implantação de equipamentos e critérios de ocupação do solo, determinando a estrutura espacial do local.

O Plano Diretor Municipal de Braga foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/94, de 20 de Maio, e alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/98 de 18 de Junho.

Ao abrigo do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 69/90 de 2 de Março, a Câmara Municipal de Braga promoveu a revisão daquele PDM, que foi aprovada pela Assembleia Municipal de Braga em 21 de Julho de 2000 e publicada na Resolução do Concelho e Ministros n.º 9/2001, de 30 de Janeiro.

A necessidade de revisão do PDMB decorre do disposto na alínea a) do ponto 1 e ponto 2 do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, onde é referido que a revisão dos planos especiais e dos planos municipais de ordenamento do território

³ In Partidário, Maria do Rosário, *Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas*, Agência Portuguesa do Ambiente

pode decorrer da necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinam a respetiva elaboração.

Assim, o PDMB encontra-se atualmente em revisão.

Segundo o art.º 70 do Decreto-Lei supracitado, os PMOT apresentam os seguintes objetivos:

- *“A tradução, no âmbito local, do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional”;*
- *“A expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local”;*
- *“A articulação das políticas sectoriais com incidência local”;*
- *“A base de uma gestão programada do território municipal”;*
- *“A definição da estrutura ecológica municipal”;*
- *“Os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural”;*
- *“Os princípios e os critérios subjacentes a opções de localização de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções”;*
- *“Os critérios de localização e distribuição das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços”;*
- *“Os parâmetros de uso do solo”;*
- *“Os parâmetros de uso e fruição do espaço público”;*
- *“Outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial”.*

Para possibilitar uma definição rigorosa do objeto de avaliação é essencial o seu conhecimento, o que implica uma análise relativa à situação atual do concelho e dos antecedentes de planeamento urbanístico.

3.1| SITUAÇÃO ATUAL – CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE BRAGA

✓ Enquadramento Geográfico

O concelho de Braga situa-se no Norte do país, na região Entre Douro e Minho, sendo a capital do distrito.

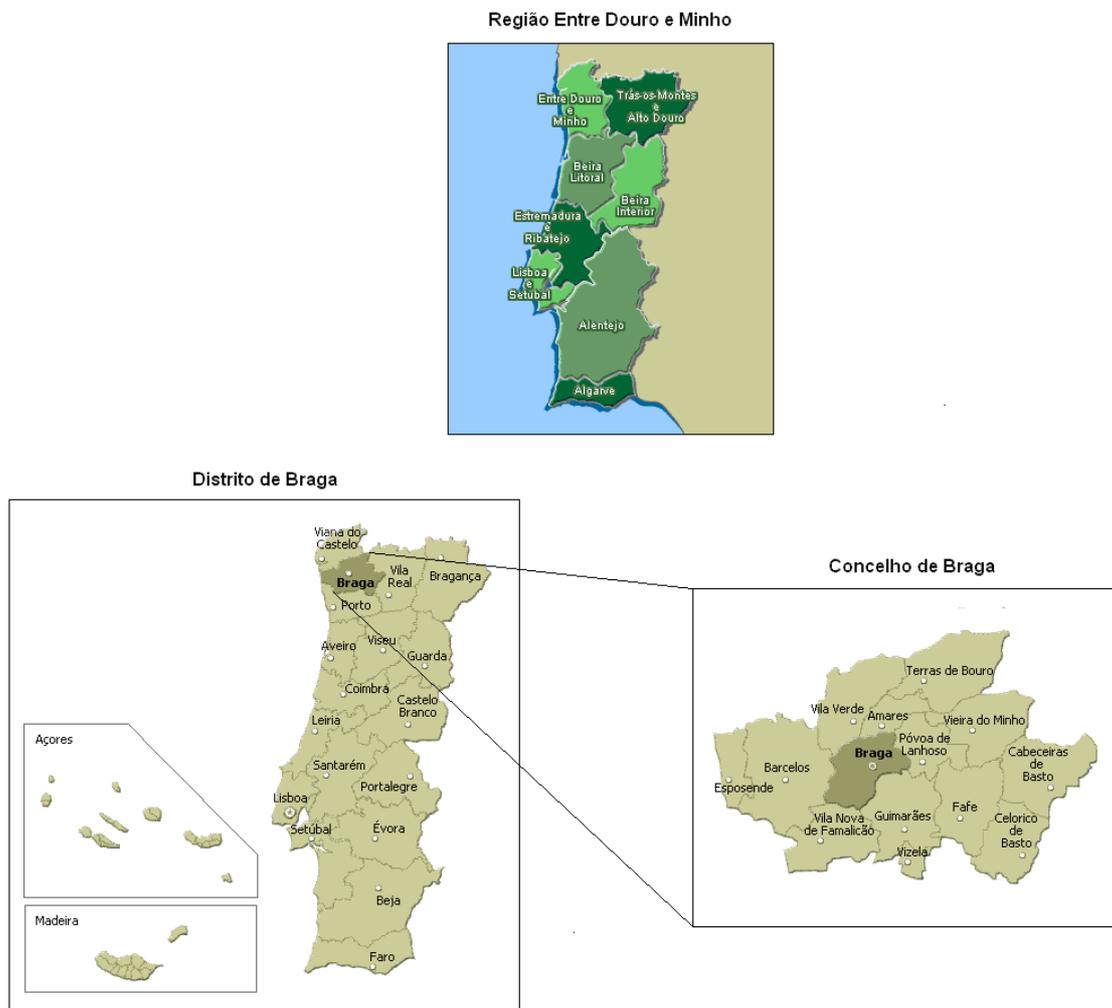


Figura 3: Localização Geográfica do concelho de Braga
Fonte: www.veraki.pt

De acordo com as Nomenclaturas de Unidades Territoriais Estatísticas, as sub-regiões estatísticas de Portugal são de três níveis – NUTS I, NUTS II e NUTS III. O concelho de Braga insere-se ao nível da NUTS I – Continente, da NUTS II – Região Norte e da NUTS III – Cávado.

O Concelho pertence ainda à Circunscrição Florestal do Norte e ao Núcleo Florestal do Alto Minho e Baixo Minho, integrado na sub-região homogénea Cávado – Ave.

O concelho localiza-se à latitude N 41° 32'39'' e longitude W 8° 25'19'' e apresenta uma área aproximada de 184km². Confronta a Norte com os concelhos de Vila Verde e Amares, a Nordeste e Este

com Póvoa de Lanhoso, a Sul e Sudeste com Guimarães e Vila Nova de Famalicão e a Oeste com o concelho de Barcelos⁴.

O concelho era constituído por 62 freguesias, das quais 22 pertenciam ao perímetro urbano, que correspondia essencialmente ao centro do concelho, desenvolvendo-se para Norte.

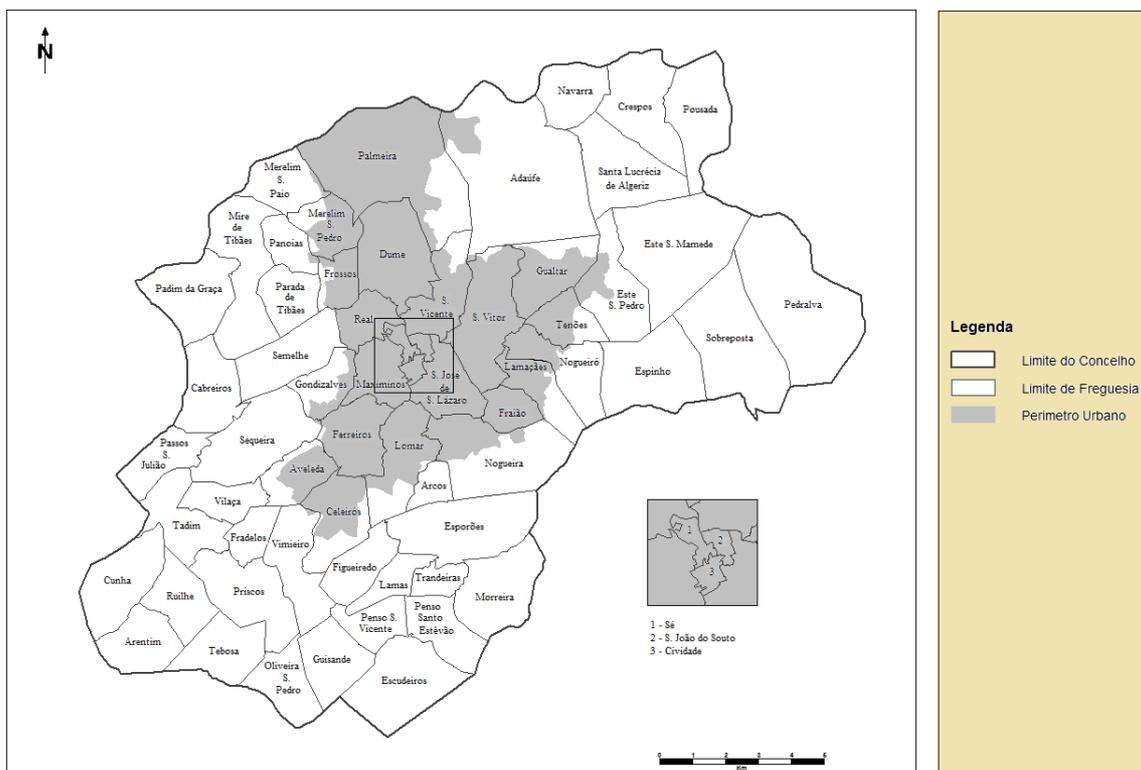


Figura 4: Freguesias que compõem o concelho de Braga

Fonte: Elaborado com base nos dados da Carta Administrativa Oficial de Portugal 2008

Decorrente da aprovação do orçamento de estado de 2013 foi aprovada a Lei nº 11-A/2013 de 28 de Janeiro, que dá cumprimento à obrigação de reorganização administrativa do território, da qual resultou a seguinte agregação das freguesias:

- União das Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), com sede em Maximinos;
- União das Freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), com sede em São José de São Lázaro;
- União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe, com sede em Real;
- União das Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, com sede em Nogueira;
- União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, com sede em Ferreiros;
- União das Freguesias de Lomar e Arcos, com sede em Lomar;
- União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, com sede em Celeirós;
- União das Freguesias de Nogueiró e Tenões, com sede em Nogueiró;
- União das Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), com sede em Este São Pedro;
- União das Freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos, com sede em Merelim São Pedro;

⁴ In www.cm-braga.pt

- União das Freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães, com sede em Merelim São Paio;
- União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), com sede em Escudeiros;
- União das Freguesias de Crespos e Pousada, com sede em Crespos;
- União das Freguesias de Santa Lucrecia de Algeriz e Navarra, com sede em Santa Lucrecia de Algeriz;
- União das Freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro), com sede em Guisande;
- União das Freguesias de Arentim e Cunha, com sede em Arentim;
- União das Freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião), com sede em Cabreiros;
- União das Freguesias de Morreira e Trandeiras, com sede em Morreira;
- União das Freguesias de Vilaça e Fradelos, com sede em Vilaça.

As restantes freguesias (Adaúfe, São Vicente, São Vítor, Espinho, Esporões, Figueiredo, Gualtar, Lamas, Mire de Tibães, Padim da Graça, Palmeira, Pedralva, Priscos, Ruilhe Sequeira, Sobreposta, Tadim e Tebosa) não foram sujeitas a agregação.

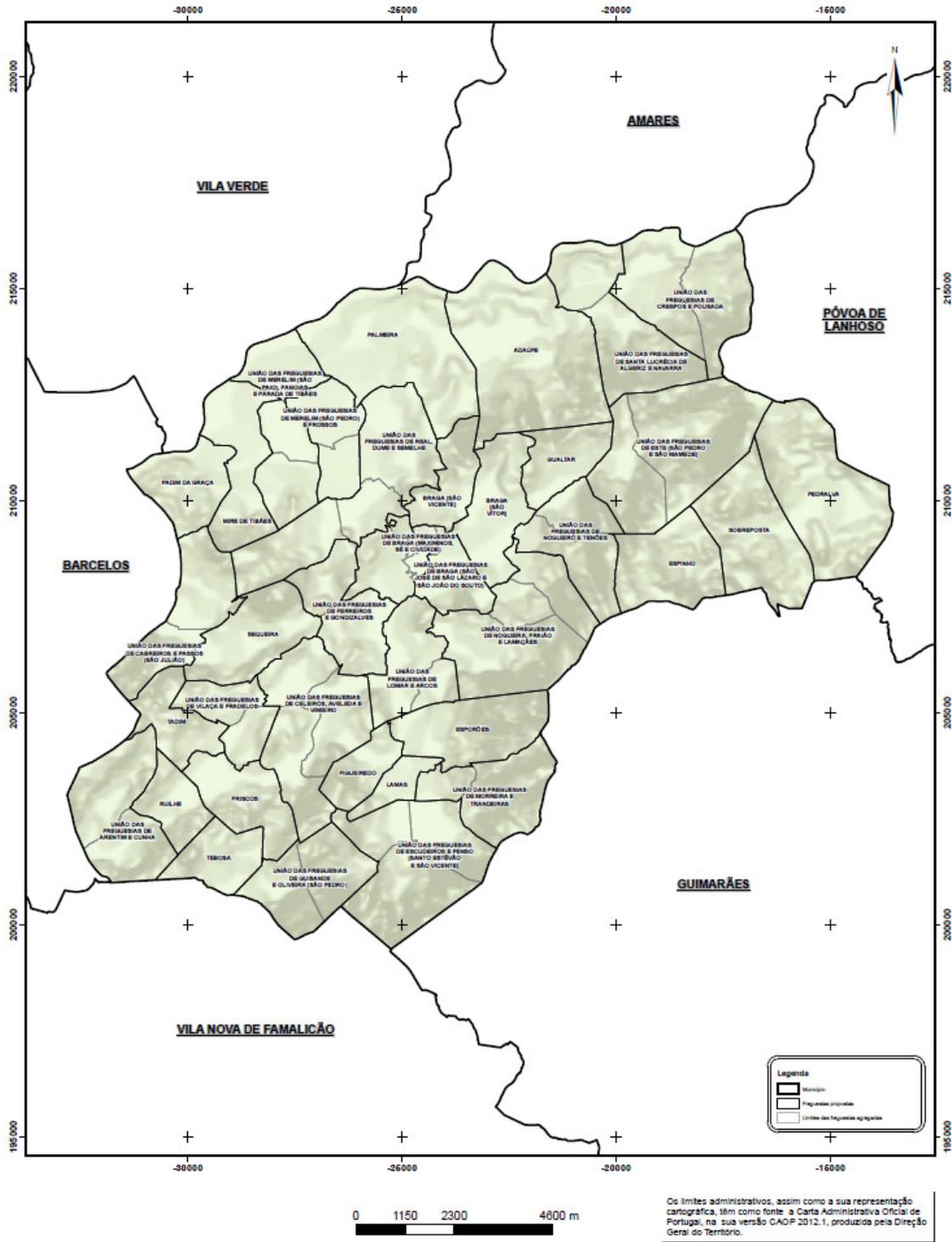


Figura 5: Freguesias que compõem o concelho de Braga após a reorganização administrativa
Fonte: www.anafre.pt

✓ **Análise Demográfica**



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

População Residente

Braga, em 2011, apresenta uma dinâmica superior à verificada na região Norte e no Cávado, registando 181474 indivíduos, resultado de um aumento na ordem dos 10,7% relativamente à década anterior. Esta percentagem é inferior à ocorrida no período 1991 e 2001 (16,2%).

Apesar da existência de 17282 novos residentes em 2011 relativamente a 2001, a taxa de crescimento reflete um abrandamento populacional. De facto, a partir de 2005, a população residente passou, pela primeira vez, a crescer menos de 1% ao ano. Caso se mantenha inalterável o ritmo de crescimento populacional registado entre 2001 e 2011, prevê-se que em 2021 residam no concelho aproximadamente 200000 indivíduos.

Entre 2001 e 2011 a expansão urbana e populacional desenvolve-se em anel relativamente ao centro da cidade, crescendo para Norte. São Victor é simultaneamente a freguesia mais populosa (29642 indivíduos) e a que apresenta o maior aumento absoluto de novos residentes (4235). Para além desta freguesia, constata-se o aumento populacional em Real (2795 indivíduos), Fraião (2474 indivíduos) e Nogueiró (1631 indivíduos).

Em 2011, pela primeira vez, assiste-se à diminuição do peso da população residente nas 7 freguesias da “cidade”, que passam a albergar 39,5% dos residentes do concelho. À exceção de São Victor e de São Vicente, as freguesias da cidade registam perdas populacionais substanciais. São os casos de São Lázaro (-1294 residentes), Cidade (-450 residentes), Maximinos (-280 residentes), Sé (-229 residentes) e São João de Souto (-203 residentes), traduzindo numa diminuição do número de residentes do centro histórico.

Densidade Populacional

O concelho de Braga apresenta uma densidade populacional crescente acompanhando a evolução da população residente. Em 2011, a densidade média é de 989 habitantes por km², sendo superior à média nacional (114 hab/ km²).

As 7 freguesias da cidade apresentam uma densidade de 5583,7 hab/km², valor bastante superior à média do concelho, confirmando a tendência de concentração populacional e urbana, bem como uma distribuição geográfica dos residentes bastante desigual relativamente às freguesias mais periféricas.

Estrutura Etária da População

A estrutura etária da população residente evidencia um envelhecimento populacional, acompanhando a realidade nacional, traduzido por um aumento da população idosa (com 65 ou mais anos) e uma redução das classes mais jovens (0 a 14 anos).

A população em idade ativa (15 e 64 anos), por sua vez, assume o mesmo valor que em 2001, fixando-se nos 70% dos residentes. No entanto, existe um envelhecimento desta classe. Assiste-se à diminuição dos adultos jovens e ao aumento dos ativos mais velhos. Este facto contribuirá a curto/médio prazo para a diminuição da taxa de natalidade e da força produtiva.

Comparando as pirâmides etárias de 2001 e 2011, verifica-se uma perda populacional bastante significativa da classe entre os 0 e os 29 anos, na ordem dos 7427 indivíduos. Centrando a análise nos indivíduos com idade entre os 15 e os 29 anos, assiste-se a um decréscimo de 6361 indivíduos, dos quais 54% são do sexo feminino. Este facto, associado à idade média de nascimento de um filho em 2011, que na região Cávado se cifra nos 31 anos, contribuirá para a diminuição significativa da natalidade nos próximos anos em Braga.

No caso dos indivíduos em idade de reforma (superior a 65 anos) verifica-se o seu aumento em 34,5%, representando em 2011 cerca de 13% da população do concelho, distribuídos por 9928 indivíduos do sexo masculino e 13966 do sexo feminino. A maior quantidade de mulheres indicia uma esperança média de vida superior à dos homens.

Natalidade e Mortalidade

Em Braga, os nascimentos são sempre superiores aos óbitos, permitindo que o saldo natural seja positivo. Em 2011 o saldo natural representa 735 indivíduos.

As taxas de natalidade e de mortalidade têm apresentado tendências distintas. A taxa de natalidade tem diminuído e a taxa de mortalidade tem aumentado ligeiramente.

Apesar de apresentar uma tendência decrescente, a taxa de natalidade em Braga continua superior à média nacional e do Norte e semelhante à do Cávado. A taxa de mortalidade é inferior à verificada em todas as unidades territoriais em que o concelho se insere.

Índices de Envelhecimento e Dependência

De acordo com os censos de 2011, assiste-se a um aumento da população idosa e decréscimo da população jovem relativamente aos ativos.

A população bracarense é jovem, apresentando um índice de envelhecimento baixo e inferior ao verificado no Cávado e no Norte. Apesar disso, esta variável aumentou em 23,2% relativamente à década anterior.

O índice de dependência dos jovens é superior ao dos idosos, indiciando a presença de uma população jovem.

O índice de envelhecimento da população é menor nas freguesias envolventes e contíguas à cidade, correspondendo às áreas de maior expansão urbana e demográfica, contrastando com a zona Central (centro histórico), Nordeste e Este.

Movimento Migratório

Em 2001, cerca de 2,5% dos residentes no concelho de Braga são estrangeiros (4316 indivíduos), sendo a nacionalidade brasileira a mais representativa.

No que respeita ao saldo migratório, Braga tem apresentado uma tendência decrescente sobretudo a partir do ano 2001, cifrando-se num saldo positivo de apenas 114 indivíduos em 2010.

População com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

Segundo os Censos de 2011, 28% da população residente do concelho de Braga apresenta pelo menos um tipo de dificuldade no dia-a-dia, nomeadamente: “ver”, “ouvir”, “andar ou subir degraus”, “memória e concentração”, “tomar banho ou vestir-se sozinho” e “compreender os outros ou fazer-se compreender”.

A principal dificuldade identificada relaciona-se com a mobilidade. Assim, 25% da população do concelho apresenta muita dificuldade de mobilidade ou está completamente incapacitada de andar ou subir degraus.

Tomando em atenção apenas os indivíduos que demonstram total incapacidade para efetuar uma ação verificamos que cerca de 30% destes não conseguem tomar banho ou vestirem-se sozinhos, sendo a principal incapacidade no concelho.

No caso do grau de incapacidade “tem muita dificuldade em efetuar a ação” os principais problemas identificados relacionam-se com o andar ou subir degraus e a dificuldade em ver. No seu conjunto, existem cerca de 50% dos indivíduos com este grau de incapacidade.

Verifica-se que existe uma relação entre a idade dos indivíduos e as suas dificuldades. Quanto mais elevada for a sua idade, maior será a sua incapacidade. Neste sentido, cerca de 59% dos indivíduos com dificuldade possuem mais de 65 anos (30152 residentes).

A principal dificuldade dos indivíduos com idade superior a 65 anos é a de andar ou subir e descer degraus (8318 residentes), existindo cerca de 65% dos indivíduos com este tipo de incapacidade.

A rede pedonal do centro do concelho de Braga apresenta um bom ambiente para os indivíduos de mobilidade reduzida, apesar de se identificar em alguns casos pontuais barreiras arquitetónicas, nomeadamente pavimentos irregulares, pavimentos inclinados, lances de topo das passeadeiras não rebaixados, passeios estreitos, existência de degraus e mobiliário urbano e árvores no centro dos passeios, bem como distância excessiva entre os lugares de estacionamento para deficientes e os equipamentos.

✓ **Análise Sócio – Económica**

População Ativa

Braga, em 2011, regista uma população ativa de 94411 indivíduos, crescendo 11% relativamente a 2001. O número de ativos no concelho é superior ao registado no Norte (que perdeu ativos na ordem dos 1,1%) e no Cávado (ativos aumentaram cerca de 5,2%). As freguesias da cidade (7 freguesias) concentram 39% dos ativos do concelho.

A população empregada atingiu os 81971 indivíduos, aumentando 3,4% relativamente a 2001. Apesar do ligeiro aumento, esta tendência contraria o verificado no Norte e no Cávado, onde esta variável diminuiu (9,3% e 2,5% respetivamente).

A população empregue regista uma diminuição no setor primário e secundário e um aumento no setor terciário. O setor primário diminuiu 41% em apenas uma década e o secundário apresenta uma perda na ordem dos 22% (menos 6811 indivíduos relativamente a 2001). O sector terciário aumentou 21%, sendo menos intenso do que na década 1991-2001 (9850 novos empregados).

Em Braga, o sector terciário é o mais importante representando cerca de 70% dos empregados, valor superior ao apresentado no Norte (62%) e no Cávado (58%). O sector secundário representa 30% dos empregados do concelho, menos 10% do que em 2001. O setor primário é praticamente inexistente em Braga, representando em 2011, cerca de 1% da população empregada, valor inferior ao registado no Norte (3%) e no Cávado (2%).

Diariamente entram no concelho 19132 empregados (66% exercem a sua atividade no setor terciário), e saem do mesmo 14897 empregados (72% exercem a sua atividade no sector terciário), perfazendo uma diferença de 4235 empregados.

Saliente-se que 80% dos empregados residentes em Braga exercem a sua atividade no concelho e 18% efetuam a sua atividade nos concelhos periféricos.

A maioria dos empregados (77%) que exercem a atividade no concelho necessita de mudar de freguesia no sentido de chegar ao seu local de trabalho potenciando os movimentos pendulares entre casa/trabalho. Apenas 23% dos empregados efetuam a sua atividade na freguesia de residência.

As regiões do Norte de Portugal que disponibilizam mais empregados para o concelho são o Cávado e o Ave (73%).

Os concelhos que apresentam relações mais fortes com Braga são Vila Verde, Barcelos, Guimarães e Vila Nova de Famalicão (com um total de entrada e saídas de 5346, 4132, 3715 e 3326 respetivamente). Estes valores comprovam a importância da proximidade como fator potenciador da deslocação de empregados em ambos os sentidos (saída ou entrada de empregados).

População Desempregada

Cerca de 15% dos ativos de Braga encontram-se desempregados, aumentando 111% relativamente á década anterior. Dos 12440 desempregados, aproximadamente 80% encontra-se à procura de novo emprego.

A maior parte dos desempregados à procura de novo emprego trabalhavam na indústria transformadora, sendo a “Confeção de artigos de vestuário, exceto artigos de peles com pelo” a mais representativa deste setor, seguida pelo “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”.

São Victor apresenta a maior quantidade de desempregados (2243 indivíduos), representando cerca de 18% do total. As freguesias da cidade, por sua vez, concentram cerca de 45% dos desempregados existentes em Braga (5517 indivíduos).

Os desempregados aumentaram em todas as freguesias do concelho entre 2001 e 2011. À exceção das freguesias da Cidade, Espinho, Crespos, São João do Souto, todas as restantes apresentam um aumento superior a 50%.

Taxa de Atividade e de Desemprego

A taxa de atividade em Braga é de 52%, sendo superior à da região Norte (47,6%) e do Cávado (49,6%). Esta taxa é mais elevada nos homens do que nas mulheres.

A taxa de atividade é superior nas freguesias contíguas à cidade e que representam a área de crescimento urbano e demográfico atual, nomeadamente em Fraião (59,3%), Lamações (58,4%), Tenões (57,9%), Real (55,32%) e Ferreiros (55,22%).

A taxa de desemprego atingiu 13,2% da população ativa bracarense (mais 6,3% que em 2001), valor inferior ao registado no Norte (14,5%) e superior ao do Cávado (12,8%).

A taxa de desemprego é superior nas freguesias que constituem a cidade mais consolidada (7 freguesias da cidade).

✓ Edificado

Parque Habitacional

Em 2011, Braga contabiliza 38881 edifícios, o que representa um aumento de 19% relativamente a 2001 (mais 6101 edifícios), superiorizando-se à taxa averbada no período anterior (15,8%).

Nas 7 freguesias da cidade existem 7739 edifícios (20% do edificado concelhio), acolhendo 39,5% da população residente de Braga.

O parque habitacional do concelho tem aumentado e, de acordo com censos de 2011, possui 84514 alojamentos familiares, representando um incremento de aproximadamente 20% em relação a 2001 (mais 14246 alojamentos).

As 7 freguesias da cidade apresentam 38180 alojamentos familiares, correspondendo a 45% dos alojamentos familiares do concelho.

As freguesias que registam o acréscimo mais significativo dos alojamentos familiares durante a última década são São Victor (2000), Fraião (1352), Gualtar (1180) e Real (1074), constituindo novas áreas de expansão urbana.



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Os alojamentos devolutos (segunda habitação ou vagos) representam cerca de 25% dos alojamentos familiares, e as 7 freguesias da cidade concentram 52,5% deste tipo de alojamentos (11.181 alojamentos).

Considerando que em média cada alojamento familiar de residência habitual possui 2,9 indivíduos e que existem cerca de 9799 fogos vagos e aproximadamente 10 631 fogos previstos (não executados) em alvará de loteamento, verifica-se que o parque habitacional tem capacidade para receber sensivelmente 60 000 indivíduos. Deste modo, o concelho tem capacidade para albergar cerca de 240.000 indivíduos.

Devido à consolidação e à ocupação do solo nas áreas centrais da cidade, assiste-se ao alargamento do núcleo urbano para freguesias mais periféricas através do aumento do número de edifícios, nomeadamente em Gualtar, Palmeira, Lomar e Fraião.

Em 2011 existe uma média de 2,2 alojamentos familiares por edifício, aumentando para 4,9 alojamentos familiares quando se considera apenas as 7 freguesias da cidade, comprovando a concentração urbana.

Edifícios Segundo a Data de Construção

Nos últimos 20 anos (entre 1991 e 2011) foram construídos 16202 edifícios, correspondendo a 41,7% do edificado de Braga, presumindo-se desta forma que este possui um edificado jovem.

As freguesias que têm sido alvo da maior quantidade de construções nos últimos 20 anos, estando desse modo em melhores condições de habitabilidade são São Victor (1061 edifícios), Palmeira (845 edifícios), Real (679 edifícios) e Gualtar (687 edifícios).

As freguesias que apresentam o índice de envelhecimento dos edifícios mais elevado coincidem geralmente com as que manifestam índices de envelhecimento da população mais elevados e perdas de residentes mais significativas.

As freguesias que apresentam um maior crescimento habitacional e baixos índices de envelhecimento dos edifícios registam índices de envelhecimento populacionais menores e acréscimos demográficos mais relevantes.

Edifícios Segundo a Data de Construção

Após o ano de 2002, as licenças para novas edificações habitacionais entraram numa evolução descendente, diminuindo 79% nesse intervalo de tempo.

Os fogos gerados pelas novas construções licenciadas, após apresentarem um período de crescimento, têm vindo a diminuir, sobretudo a partir de 2001. Assim, entre 2001 e 2011, os fogos gerados decresceram cerca de 82,5%.

Habitacões em Loteamentos

Em 2007, encontravam-se por executar 6751 edifícios resultantes de processos de loteamento aprovados em anos transatos, permitindo disponibilizar 9799 fogos caso sejam construídos.

Atendendo que em média residem 2,9 residentes por alojamento familiar de residência habitual, caso todos os fogos disponíveis em alvará sejam executados permitirão albergar aproximadamente 28400 novos residentes.

Ampliações, Alterações e Reconstruções

Entre 2001 e 2012, contabilizam-se 732 intervenções no edificado do centro histórico, registando-se o maior número de intervenções em 2011 (94).

No sentido de promover uma correta avaliação e uma eficiente intervenção de reabilitação e de reconversão urbana do centro histórico e áreas envolventes, foram criados os Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana das seguintes ARU's: "Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Braga" e "Área de Reabilitação Urbana de Braga Sul".

✓ Equipamentos

A rede de equipamentos de um território é determinante para a qualidade de vida das populações. Uma região bem servida de equipamentos apresenta uma capacidade atrativa mais elevada para as populações e empresas, aumentando a sua competitividade.

A estrutura etária da população é crucial na escolha dos equipamentos a implementar. Além disso, os equipamentos devem-se localizar a uma distância ótima dos aglomerados, beneficiando uma maior quantidade de indivíduos. Sempre que possível, devem situar-se em locais centrais e de fácil acesso, procurando evitar a localização dispersa em áreas periféricas aos aglomerados, pois neste caso os territórios ficam servidos de equipamentos mas as populações pouco usufruem deles.

Uma rede de equipamentos equilibrada e de qualidade revela-se crucial para o desenvolvimento sustentável do território, sendo preponderante para a fixação da população e desenvolvimento de novos investimentos.

No concelho de Braga os equipamentos não se distribuem de igual modo ao longo do espaço. Na área correspondente à cidade verifica-se uma maior concentração de equipamentos relativamente à periferia.

No que concerne a Equipamentos Educativos, em 2006, existiam em Braga 137 estabelecimentos escolares (pré-escolar, básico, secundário, profissional e superior). Este valor representa aproximadamente 3,4% dos equipamentos escolares da região Norte e 30% do Cávado.

Relativamente a estabelecimentos de ensino Pré-escolar e ensino Básico do 1º Ciclo, a Carta Educativa prevê o encerramento de algumas escolas que não reúnem as condições necessárias, colmatando esta situação com a criação de novos estabelecimentos escolares.

No que respeita ao ensino Básico do 2º e 3º ciclos, bem como ensino Secundário, a Carta Educativa refere que as escolas públicas da cidade se encontram sobrelotadas, referindo que existe a necessidade de se concentrar esta rede de equipamentos na cidade, visando requalificar a oferta do ensino secundário. Assim, prevê-se a construção de 2 novos estabelecimentos escolares nas freguesias de S. Vicente e Penso S. Vicente, além da ampliação da EB2,3 de Lamações. De salientar as remodelações e ampliações efetuadas nas escolas secundárias do concelho.

Relativamente ao ensino profissional, 44% das escolas de formação profissional existentes no Cávado localizam-se em Braga. Este tipo de ensino é ministrado no concelho em 4 escolas profissionais de carácter privado.

O ensino superior apresenta uma área de influência que extravasa o nível concelhio, atraindo indivíduos de todo o país e até do estrangeiro. Braga possui duas universidades, uma pública (Universidade do Minho) e outra privada (Universidade Católica).

Saliente-se também, a nível da rede educativa, o Instituto Ibérico de Nanotecnologia, a Escola de Educação Rodoviária e a Direção Geral de Viação.

Desta forma verifica-se uma evolução significativa a nível do ensino no concelho, adotando-se soluções que colmatem as carências existentes. Verifica-se uma tendência para a melhoria dos estabelecimentos de ensino, a sua localização, condições e raio de influência, melhorando a qualidade do ensino e, conseqüentemente, a qualidade de vida da população do concelho.

Relativamente a Equipamentos de Saúde, o concelho é dotado de Centros de Saúde e respetivas extensões que estabelecem os serviços de saúde primários, bem como de Unidades Hospitalares que fornecem os cuidados de saúde secundários (cuidados que as instituições de primeiro nível não resolvem, muitas vezes relacionadas a problemas de saúde que implicam internamentos e ambulatórios).

Em 2009, os cuidados de saúde secundários eram prestados por um hospital público e 3 clínicas privadas. Estas unidades hospitalares continham cerca de 53% das camas existentes no Cávado e apresentavam uma taxa de ocupação média de aproximadamente 85%, valor superior ao registado na região Norte e no Cávado.

O concelho era servido por um Hospital Distrital Público (Hospital de São Marcos), que foi encerrado por falta de espaço, transferindo as suas valências para o novo Hospital Central de Braga. A criação do novo hospital, que serve um total de 1100000 habitantes distribuídos pelas regiões do Cávado, Ave e Alto Minho, disponibilizando diversas especialidades, permitiu uma melhoria da qualidade da prestação de saúde no concelho e em toda a região.

Outro fator relevante que visa a melhoria das condições na área da saúde relaciona-se com a criação da Escola Superior de Enfermagem e do curso de medicina, na Universidade do Minho, que constitui um fator potencializador dos serviços de saúde, possibilitando que surjam novos médicos na região nos próximos anos, melhorando a qualidade do sistema.

O concelho de Braga, em 2009, apresentava cerca de 4,9 médicos por cada 1000 habitantes, valor bastante superior à média nacional e restante regiões em que se insere, perspetivando-se que esta diferença se acentue nos próximos anos.

Além da unidade hospitalar oficial, o concelho é dotado de 3 clínicas privadas com dimensão relevante, que assumem um papel preponderante na qualidade de prestação de serviços de saúde (Casa de Saúde Bom Jesus, Clínica de S. Lázaro e Clínica de Santa Tecla).

Durante o ano de 2010 foi inaugurado, na freguesia de Nogueira, o Hospital Privado de Braga, que permitiu uma melhoria na prestação de cuidados de saúde.

Ao nível dos cuidados primários, o concelho integra 3 unidades de saúde, que em conjunto possuem 12 extensões de saúde.

Além dos elementos referidos, existem ainda outros estabelecimentos relacionados com a área da saúde, no âmbito de investigação e prestação de cuidados.

Saliente-se ainda que Braga se encontra bem dotada em termos de farmácias, que são 36 no total, 21 das quais se encontram distribuídas pelas freguesias da cidade (representam 58% das farmácias existentes).

Verifica-se uma melhoria progressiva na ótica dos cuidados de saúde ao longo dos tempos, aspeto que se pretende manter e otimizar no futuro.

No que concerne a Equipamentos de Prevenção e Segurança, o concelho é dotado de um Quartel Militar, um Estabelecimento Prisional e 2 unidade de Bombeiros (Bombeiros Sapadores de Braga e Bombeiros Voluntários de Braga). Além disso, existem ainda órgãos de polícia criminal, nomeadamente a Polícia Judiciária (PJ), Polícia de Segurança Pública (PSP), Guarda Nacional Republicana (GNR) e Polícia Municipal.

Relativamente a Equipamentos de Salubridade, o concelho encontra-se bem dotado, apresentando 58 cemitérios, um por freguesia, com exceção das freguesias do centro histórico e as que lhe são contíguas, que possuem um cemitério conjunto.

A CMB tem apresentado o apoio técnico necessário à Juntas de Freguesia em caso de ampliação ou criação de novos cemitérios, obedecendo à legislação reguladora deste equipamento.

No âmbito de Equipamentos Administrativos/Judiciais verifica-se que o concelho, como capital de distrito, apresenta uma elevada variedade deste tipo de equipamentos, constituindo um pólo gerador de deslocação para indivíduos de toda a região. Estes equipamentos apresentam áreas de influência

distintas, pois uns atuam num âmbito distrital e regional, enquanto outros funcionam a nível local, estando associados ao serviço dos cidadãos e das freguesias.

Ao nível distrital ou regional destacam-se a Direção Geral de Agricultura, a Associação Florestal do Cávado, o Governo Civil, o Parque Nacional Peneda Gerês, a Assembleia Distrital de Braga e as Estradas de Portugal.

No âmbito municipal referem-se a Câmara Municipal de Braga, as Juntas de Freguesia, as Empresas Municipais, o Centro de Recrutamento, Repartições de Finanças, Correios CTT, IEFP – Centro de Formação Profissional, Loja do Cidadão, Segurança Social e Tribunais.

Os referidos equipamentos (com exceção das Juntas de Freguesia) encontram-se localizados na área mais central do concelho, correspondente ao núcleo urbano.

No que respeita a Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social, esta rede integra serviços/equipamentos para crianças, jovens e idosos, bem como serviços de reabilitação e integração social e Sedes de Associações.

Nesta ótica, o concelho encontra-se dotado de diversos equipamentos de apoio a crianças e jovens, nomeadamente creches, instituições particulares de solidariedade social e lares de infância e de jovens.

No âmbito das classes etárias mais idosas, destaca-se a existência de centros de dia, lares e casas de repouso.

Saliente-se que neste campo existem cerca de 27 lares de idosos, cuja distribuição não é uniforme no concelho. O núcleo urbano central encontra-se bem provido deste tipo de serviços, aspeto relevante pois nessa zona as faixas etárias mais envelhecidas são significativas. Não obstante, verifica-se carência destes equipamentos em determinadas áreas, situação que é necessário colmatar.

Em termos de Equipamentos Culturais o concelho encontra-se bem dotado, o que constitui uma mais-valia para a atração de visitantes e incentivo da economia local, contribuindo simultaneamente para uma sociedade cada vez mais desenvolvida e para uma melhoria da qualidade vida.

Os equipamentos culturais definem-se como um conjunto de edificações ou espaços onde decorrem eventos culturais de vários tipos, manifestando-se como um testemunho histórico de cada sociedade.

Em Braga destacam-se a existência de Auditório Municipais (2), Bibliotecas (2), Museus (9), Videotecas/Espaços Internet (3) e Salas de Exposições (4), além de um Teatro e de um Arquivo Distrital.

Os Museus assumem um papel relevante, representando cerca de 40% dos equipamentos culturais existentes. Saliente-se também o Theatro Circo, localizado na zona central do concelho, que apresenta 100 anos de existência e foi recentemente remodelado, assumindo-se como um pólo despoletador de dinâmicas culturais na cidade e na região, transformando Braga numa cidade europeia da cultura.

Analisando a distribuição espacial destes equipamentos constata-se que aproximadamente 90% se concentram no núcleo central da cidade, local de residência da maioria dos cidadãos.

Saliente-se que começam a surgir em cada Junta de Freguesia locais de acesso gratuito à internet.

Desta forma, verifica-se uma cidade rica em equipamentos culturais e que procura cada vez mais criar meios que promovam um maior conhecimento, cultura e informação.

Relativamente a Equipamentos Desportivos, é crucial impulsionar a prática de atividades desportivas por parte da população, com fins de lazer, melhoria da saúde e qualidade de vida.

A CMB, consciente deste aspeto, tem considerado prioritário a construção de equipamentos desportivos diversificados, permitindo que cada individuo opte pela prática do desporto com que mais se identifica. Procura assim incutir nos cidadãos a prática pelo desporto, promovendo inclusive um conjunto de iniciativas com esse propósito, nomeadamente as que se encontram inseridas no programa “BRAGACTIVA – pratica desporto”. Este projeto procura a promoção de atividades desportivas nas freguesias mais periféricas ao núcleo urbano, tentando promover estilos de vida mais saudáveis, bem como uma maior interação e inserção social.

Existe também um projeto de desporto sénior que procura incentivar a população menos jovem à prática de natação, além de atividades extra curriculares nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico.

O concelho de Braga integra 131 associações direcionadas para a promoção da atividade física e recreativa, as quais promovem 157 modalidades desportivas.

A rede de equipamentos de desporto é constituída por 275 instalações desportivas. Cerca de 31% destas instalações encontram-se integradas em complexos desportivos, demonstrando uma preocupação em concentrar vários equipamentos num mesmo local, procurando aumentar a sua atratividade e o incentivo à prática desportiva.

A acessibilidade aos equipamentos é fulcral para a sua utilização, existindo uma preocupação crescente neste sentido. Considerando que os indivíduos estão dispostos a percorrer aproximadamente 250 metros para aceder à rede de equipamentos desportivos, constata-se que cerca de 75% destes equipamentos estão servidos pela rede de transportes urbanos.

Saliente-se que cerca de 50% das instalações desportivas apresentam acesso condicionado, situação que deverá ser colmatada pois poderá constituir um entrave à procura desportiva por parte da população.

No que respeita a Equipamentos Religiosos, estes assumem uma importância bastante relevante para a identidade local e para o desenvolvimento das atividades económicas, nomeadamente as que apoiam o turismo religioso. Muitos destes equipamentos alicerçam-se num património de diversos estilos arquitetónicos, testemunhando a evolução social e histórica da região.

No total, Braga apresenta 291 equipamentos religiosos, que se dividem em Capelas, Igrejas, Cruzeiros, Institutos Religioso, Mosteiros, Conventos, Santuários, Igrejas não Católicas, uma Sé Catedral e uma Casa Sacerdotal. Alguns destes equipamentos estão classificados.

Os Santuários (Bom Jesus e Sameiro) são dos equipamentos de cariz religioso mais relevantes do concelho, responsáveis por atraírem anualmente um elevado número de visitantes. A sua envolvente encontra-se dotada de atividades económicas, nomeadamente hotéis, restaurantes e cafés.

A Sé Catedral é outro elemento crucial do concelho, ostentando a classificação de Monumento Nacional. Este templo testemunhou a evolução histórica de Braga e congrega vários estilos arquitetónicos.

O Mosteiro de Tibães (Imóvel de Interesse Público) é outro elemento de destaque, integrando a Igreja (Imóvel de Interesse Público) e o Cruzeiro (Monumento Nacional).

Assim, o concelho encontra-se bastante bem dotado de equipamentos religiosos, com capacidade atrativa a nível nacional e internacional. Note-se que para potenciar o turismo religioso a Diocese de Braga promove anualmente a “Semana Santa”, caracterizada pelo desfile de procissões associadas às festas da Igreja Católica. Este evento apresenta elevado potencial atrativo.

Relativamente a Mercados e Feiras , existe um espaço no concelho destinado a esse fim, localizado na área central da cidade, local bem servido em termos de acessibilidades e onde a população é bastante elevada, permitindo também um ótimo acesso para os indivíduos das freguesias periféricas.

Turismo

O turismo define-se como o conjunto de atividades que os indivíduos realizam durante as suas viagens a locais distintos da sua residência habitual, por período inferior a um ano, podendo apresentar várias vertentes, desde turismo recreativo, cultural, de saúde, religioso, de desporto, histórico e de negócios, entre outros.

A oferta turística deverá ser atrativa, pelas suas características naturais, culturais, religiosas, artísticas, históricas, tecnológicas, entre outras. Além disso, é essencial que seja dotada de bens e serviços que possibilitem a permanência e satisfação das necessidades dos indivíduos que visitam o local, bem como provida de um conjunto de infraestruturas que permitam a deslocação dos turistas.

O concelho de Braga encontra-se inserido na área turística do Minho, ocupando uma posição central relativamente à região Norte, o que possibilita a atração de uma maior quantidade de turistas.

A rede viária existente permite aos visitantes uma deslocação rápida e eficaz às regiões turísticas.

O Turismo de Portugal definiu 142 recursos turísticos para o concelho, dos quais cerca de 24% se situam no centro histórico.

Os recursos turísticos existentes no concelho dividem-se em Estações Arqueológicas, Caves/Adegas, Fontes/Chafarizes/Aquedutos, Grandes Equipamentos Desportivos (Aeródromo, Kartódromo e Estádio), Praias Fluviais, Parques/Jardins Públicos, Espaço Cultural/Recreio, Feira/Espaço de Exposição, Equipamentos Religiosos (Catedral, Mosteiro, Igrejas/Capelas), Santuários/Locais de Peregrinação, Pelouros/Cruzeiros/Alminhas, Museus/Bibliotecas/Arquivo, Palácios/Solares, Pontes (obras de arte) e Castelo/Forte.

Os equipamentos religiosos são os mais relevantes, representando cerca de 36% dos recursos turísticos de Braga. Neste âmbito destacam-se a Sé catedral, o Mosteiro de Tibães e os Santuários de Nossa Senhora do Sameiro e Bom Jesus do Monte.

Existem 71 recursos turísticos de índole religiosa no concelho, representando metade dos recursos inventariados pelo Turismo de Portugal, o que comprova a importância do turismo religioso em Braga, constituindo um relevante fator de atração de indivíduos nacionais e estrangeiros.

A oferta turística de alojamento assume-se como um fator crucial na otimização do turismo. Os empreendimentos turísticos englobam estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos, resorts, empreendimentos de turismo de habitação, empreendimentos de turismo em espaço rural, parque de campismo e empreendimentos de turismo de natureza.

Em Braga existem 47 empreendimentos turísticos, integrando 17 Hotéis, 1 Hotel-Apartamento, 12 Pensões, 1 Pousada, 1 Pousada da Juventude, 2 Motéis e 13 Casas de Turismo Rural ou de Habitação. Em 2011 encontravam-se em fase de licenciamento 2 novos hotéis e 2 hotéis rurais.

Os empreendimentos turísticos concentram-se nos espaços turísticos mais relevantes do concelho, como o Centro Histórico e o Santuário do Bom Jesus. Note-se que, apesar da importância turística do Santuário do Sameiro, não existe nenhum hotel nas suas imediações, identificando-se apenas a Albergaria do Centro Apostólico do Sameiro.

Existem 13 unidades de turismo rural, que possibilita um contato mais direto com as atividades agrícolas e com a natureza.

As dormidas e a quantidade de hóspedes registados entre 2002 e 2009 aumentaram no decorrer desse período, demonstrando a capacidade de atração turística do concelho. Para este aumento foi crucial a construção do Estádio Municipal de Braga, considerada uma obra emblemática.

Não obstante o aumento das dormidas e da quantidade de hóspedes ter aumentado, o tempo médio que os turistas permanecem nos estabelecimentos hoteleiros tem diminuído.

A taxa de ocupação média dos alojamentos permite constatar que os estabelecimentos hoteleiros de Braga apresentam capacidade de resposta à afluência de turistas num determinado período de tempo.

Em 2009, o concelho apresentava taxas de ocupação superiores às registadas na região Norte e no Cávado e, apesar disso, ainda demonstrava capacidade para receber mais turistas.

Quanto à nacionalidade dos visitantes, cerca de 80% são de origem estrangeira.

Assim, tendo em conta os dados relativos ao número de visitantes ao Posto de Turismo, verifica-se uma tendência constante para o aumento da procura turística na última década, comprovando a importância de Braga como destino turístico nacional e internacional, fomentado por um vasto património histórico-cultural e arqueológico, rotas e circuitos turísticos bem potenciados, boa hospitalidade, atividades culturais e religiosas e riqueza de recursos endógenos que se revelam fatores estratégicos de diferenciação, entre outros aspetos.

Recreio e Lazer

Os espaços de recreio e lazer são essenciais para as relações sociais, pois fomentam a convivência urbana. Além disso, representam locais onde a população está em contato com o ambiente natural, permitindo-lhes ocupar o seu tempo livre com atividades que contribuem para atenuar o stress do dia-a-dia e melhorar a sua qualidade de vida.

Estes equipamentos incluem espaços como a Quinta Pedagógica, Praias Fluviais, Parques Públicos, Parques de Merendas e Lazer, Circuitos de Manutenção e Parques Infantis.

A Quinta Pedagógica está instalada numa antiga quinta rural e os seus principais objetivos são a divulgação, no meio infantil e juvenil, da vida rural do Minho, possibilitando o contato com a terra e os animais típicos do ambiente rural. Este espaço constitui um bom espaço de lazer e recreio para os cidadãos.

Existem 3 Praias Fluviais no concelho, localizadas em Adaúfe, Merelim S. Paio e Navarra, ao longo do Rio Cávado. As duas primeiras encontram-se bem dotadas em termos de espaços ajardinados, infraestruturas de apoio e locais de estacionamento. A última necessita de reabilitação em termos de acessibilidades e estacionamento.

Os Parques Públicos assumem-se como espaços com áreas relevantes, adaptados para usos de recreio, nomeadamente passeio e atividade desportiva, fomentando a convivência entre a população. São elementos importantes para o aumento da qualidade ambiental, reduzindo o ruído e melhorando a qualidade ambiental. Em Braga existem dois espaços com estas características, um localizado no centro urbano (Parque Urbano São João da Ponte) e outro fora deste núcleo, na área do Santuário do Bom Jesus (Parque da Mata do Bom Jesus). Estes parques apresentam uma área de influência relevante, atraindo indivíduos de várias freguesias e concelhos vizinhos. Com o objetivo de reforçar este tipo de espaços, encontram-se em elaboração alguns Planos Pormenor que possibilitarão o aparecimento de novos parques, como o Parque Norte, Monte do Picoto e Sete Fontes, prevendo-se também um parque para a zona sul da cidade. Destaque ainda para a delimitação de duas UOPG's, uma a nascente (UOPG da Granja) e outra a poente (UOPG de Cones), destinadas à criação de Hortas Urbanas.

Além destes equipamentos de tamanho mais relevante, o concelho também se encontra bem dotado de espaço mais pequenos que são igualmente importantes para a vivência social e para a identidade cultural de casa freguesia, como Parques de Merende ou de lazer, Circuitos de Manutenção e Parques Infantis.

Rede de Infraestruturas

A rede de abastecimento de águas públicas do concelho tem vindo a aumentar. O sistema de abastecimento de água distribui-se por todas as freguesias e, em 2009, era constituído por 25 reservatórios de água, 1 Estação de Tratamento de Águas e 1 Unidade Depuradora de Água.

A taxa relativa à área do concelho coberta pela rede pública de abastecimento de água é de aproximadamente 98%.

A população servida por saneamento básico também tem vindo a aumentar, resultado do alargamento da rede para as freguesias periféricas.

O sistema de recolha de resíduos sólidos do concelho comporta a recolha, deposição e destino final dos resíduos para aterro ou reciclagem, estando a cargo da BRAVAL e da AGERE.

Atualmente, o aterro sanitário da BRAVAL recebe resíduos provenientes de 6 concelhos. A quantidade de resíduos sólidos depositados no aterro apresenta uma tendência crescente. A recolha, transporte e entrega no aterro dos resíduos sólidos produzidos no concelho de Braga é efetuado pela AGERE.

Quanto à rede elétrica, o concelho é atravessado por 3 circuitos elétricos de linha dupla de 400 kV. O “Plano de Desenvolvimento e Investimento da RNT 2009-2014 (2019)” prevê para o concelho um conjunto de novos projetos, tendo em vista a instalação ou reforço das ligações elétricas.

No que concerne à rede de gás, a operadora responsável pela sua distribuição no concelho é a “EDP Gás Distribuição”. A rede encontra-se mais concentrada na área central do concelho (84% da rede está integrada no perímetro urbano), coincidindo com as freguesias mais povoadas, servindo assim uma maior quantidade de indivíduos.

✓ Usos do solo definidos no PDMB 2001

No sentido de verificar a ocupação do solo proposta no PDMB de 2001, procedeu-se ao levantamento das áreas caracterizadas nos diferentes espaços, analisando-se posteriormente a sua ocupação até ao final de 2010.

O quadro seguinte permite verificar a área dos diferentes usos do solo definidos no PDMB de 2001, bem como a percentagem que estes ocupam no concelho.

Quadro 1: Usos do solo definidos no PDMB de 2001

Área do Total do Concelho (PDM 2001)		Área km2 (valores aproximados)	% (em relação à área total do concelho)
		184	
Espaços Urbanos		32,62	17,7
Espaços Urbanizáveis		24,51	13,3
Espaços de Indústria e/ou Armazéns	Existentes	2,59	1,4
	Propostos	2,57	1,4
Espaço de Parque de Sucata	Existentes	0,24	0,1
	Total Parcial	5,4	2,9
Espaços de Equipamento	Existentes	4,78	2,6
	Propostos	4,31	2,3
	Total Parcial	9,08	4,9
Espaços de Indústria Extrativa		0,74	0,4
Espaços Agrícolas		45,88	24,9
Espaços Florestais	Produção	28,4	15,4
	Proteção	2,12	1,2
	Uso Múltiplo	30,64	16,7
	Total Parcial	61,16	33,2
Usos do Solo (Total)		179,39	97,5
CONDICIONANTES			
Reserva Agrícola Nacional		39,41	21,4
Reserva Ecológica Nacional		41,83	22,7
Leitos dos Cursos de Água		0,97	0,5

É possível verificar que os espaços urbanos e urbanizáveis ocupam sensivelmente 31% da área total do concelho.

Os espaços de indústria e/ou armazéns dividem-se em existentes e propostos, podendo-se constatar que a percentagem de ocupação relativamente à área total do concelho é semelhante em ambos os casos (1,4%).

Os espaços de indústria extrativa abrangem cerca de 0,4% da área total do concelho e os espaços de sucata sensivelmente 0,1%.

Os espaços de equipamento, por sua vez, abarcam sensivelmente 4,9% da área do concelho, dividindo-se em existentes (representam cerca de 2,6% da área do concelho) e propostos (abarcam aproximadamente 2,3% da área do concelho).

Os espaços florestais abrangem cerca de 33% da área total do concelho, dividindo-se em espaços florestais de produção (15,4% da área do concelho), de proteção (1,2% da área do concelho) e de usos múltiplos (16,7% da área do concelho).

Quanto ao espaço agrícola, este abarca cerca de 25% da área do concelho.

**BRAGA**

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Além destes espaços, foram igualmente contabilizados e apresentadas as áreas ocupadas pela Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Ecológica Nacional (REN) e Leitos dos Cursos de Água.

A RAN representa aproximadamente 21,4% do território concelhio, a REN cerca de 22,7% e os leitos dos cursos de água sensivelmente 0,5%.

No âmbito da elaboração do Relatório da Avaliação da Execução do PDMB (Março de 2011) efetuou-se um estudo com o intuito de se analisar a evolução da ocupação do solo entre 2001 (ratificação do PDMB) e 2010. Os espaços foram analisados consoante o estado e tipo de ocupação, cujas definições são explicitadas no **anexo I**. O quadro seguinte expõe os resultados apurados.

Quadro 2: Ocupação do concelho de Braga entre 2001 e 2009

Ocupação no Concelho de Braga entre 2001 e 2010	Área Km2 (valores aproximados)	% (em relação aos espaços propostos)	
Espaços Urbanizáveis	Total - PDMB - 2001	24,51	100,00%
	Não Ocupados até 2010	15,36	62,66%
	Previstos e não Ocupados desde 1994	5,35	21,81%
	Ocupados até 2001 (correção para urbanizado)	0,85	3,47%
	Ocupados entre 2001 e 2010	8,30	33,87%
	Hab/Com/Serv/etc.	7,97	32,50%
	Indústria	0,10	0,39%
	Vias	0,17	0,69%
Equipamento	0,07	0,29%	
Espaços de Industria e/ou Armazéns Proposto	Total - PDMB - 2001	2,57	100,00%
	Não Ocupados até 2010	1,67	64,89%
	Previstos e não ocupados desde 1994	0,64	24,74%
	Ocupados entre 2001 e 2010	0,90	35,11%
	Indústria/Armazéns	0,86	33,29%
Vias	0,05	1,82%	
Parque Sucatas	Propostos (PDM – 2001)	0,24	100,00
	Não Ocupados até 2010	0,10	41,67
	Ocupados entre 2001 e 2010	0,14	58,33
Categoria de Espaço de Equipamento Proposto	Total - PDMB - 2001	4,30	100,00%
	Não Ocupados até 2010	3,45	80,21%
	Ocupados entre 2001 e 2010	0,85	19,79%
Espaços Florestais	Total - PDMB - 2001	61,15	100,00%
	Ocupados/Alterados entre 2001 e 2010	0,91	1,49%
Reserva Ecológica Nacional	Total - PDMB - 2001	41,08	100,00%
	Ocupados / Alterados entre 2001 e 2010	0,67	1,63%
Espaços Agrícolas	Total - PDMB - 2001	45,88	100,00%
	Ocupados (para outros fins) entre 2001 e 2010	0,79	1,72%
Reserva Agrícola Nacional	Total - PDMB - 2001	39,22	100,00%
	Autorizações de Utilização não Agrícola	0,95	2,42%
Solo Rural Ocupado por Indústria Extrativa	Ocupados a partir de 2001	0,90	

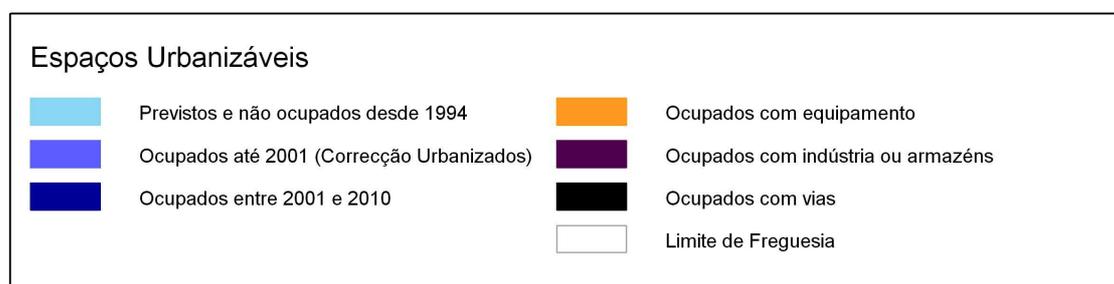
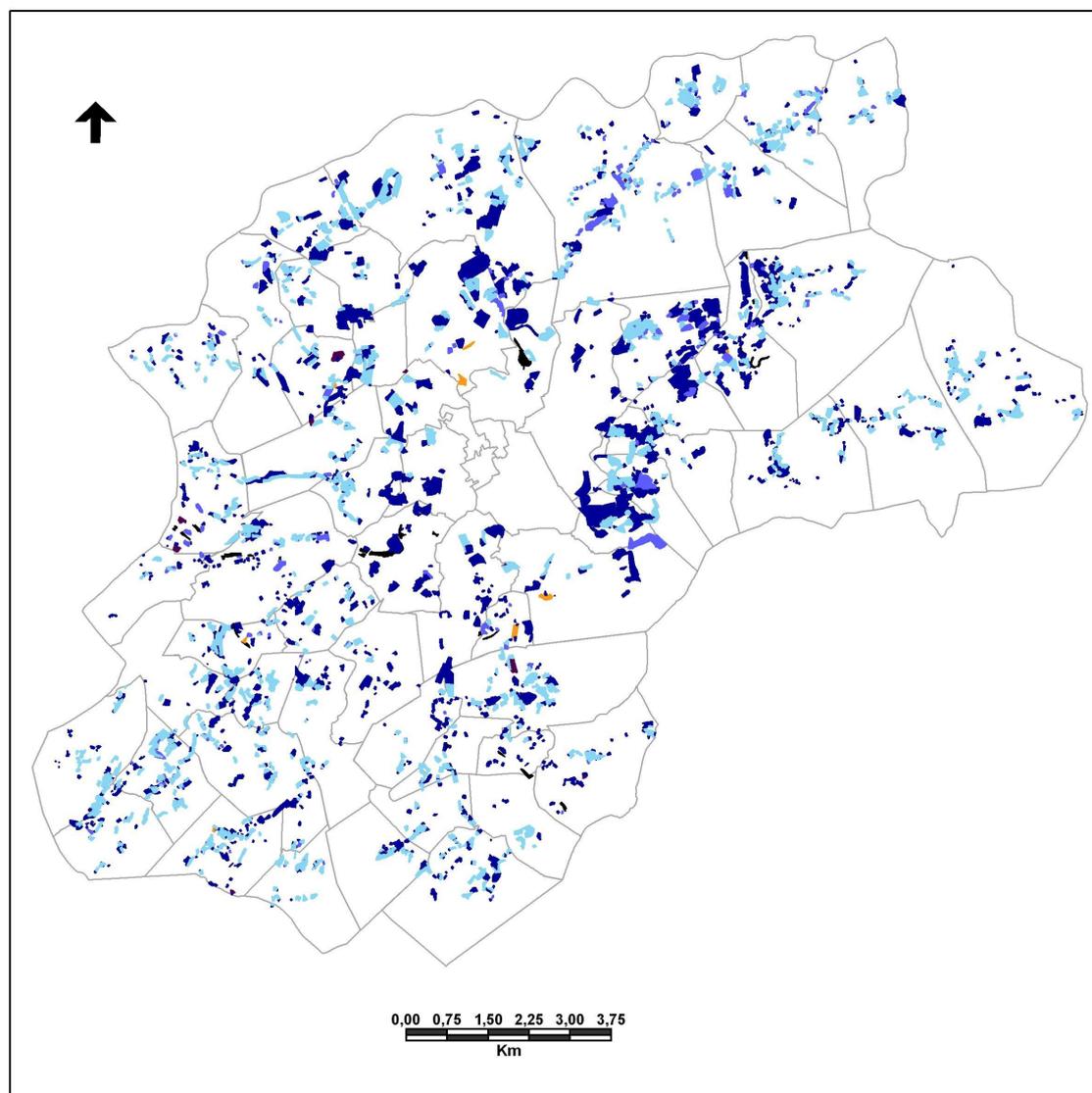


Figura 6: Espaços urbanizáveis propostos no PDMB e respetivo estado de ocupação entre 2001 e 2010

Da análise dos resultados obtidos verifica-se que, em relação aos espaços urbanizáveis propostos na revisão de 2001, cerca de 62% continuam expectáveis, embora se possa considerar que apenas 41% desses solos estão disponíveis no mercado, dado que do total de espaços urbanizáveis caracterizados no PDMB, cerca de 21% estão vagos desde 1994.



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Por outro lado, deve-se ter consciência que esta percentagem de áreas expectáveis para expansão urbana é bastante inferior à aqui apresentada, pelas seguintes razões:

- Algumas destas áreas correspondem, eventualmente, a bolsas de terrenos cujos proprietários não colocaram no mercado de solos;
- Certas áreas correspondem a espaços urbanizáveis que são residuais;
- Alguns espaços urbanizáveis referem-se a terrenos com declive acentuado;
- Determinadas áreas dizem respeito a espaços urbanizáveis sujeitos a servidões administrativas (quartel, Paiol, domínio hídrico, etc.).

Note-se ainda que muitos dos terrenos por ocupar correspondem a pequenas parcelas espalhadas pelo território.

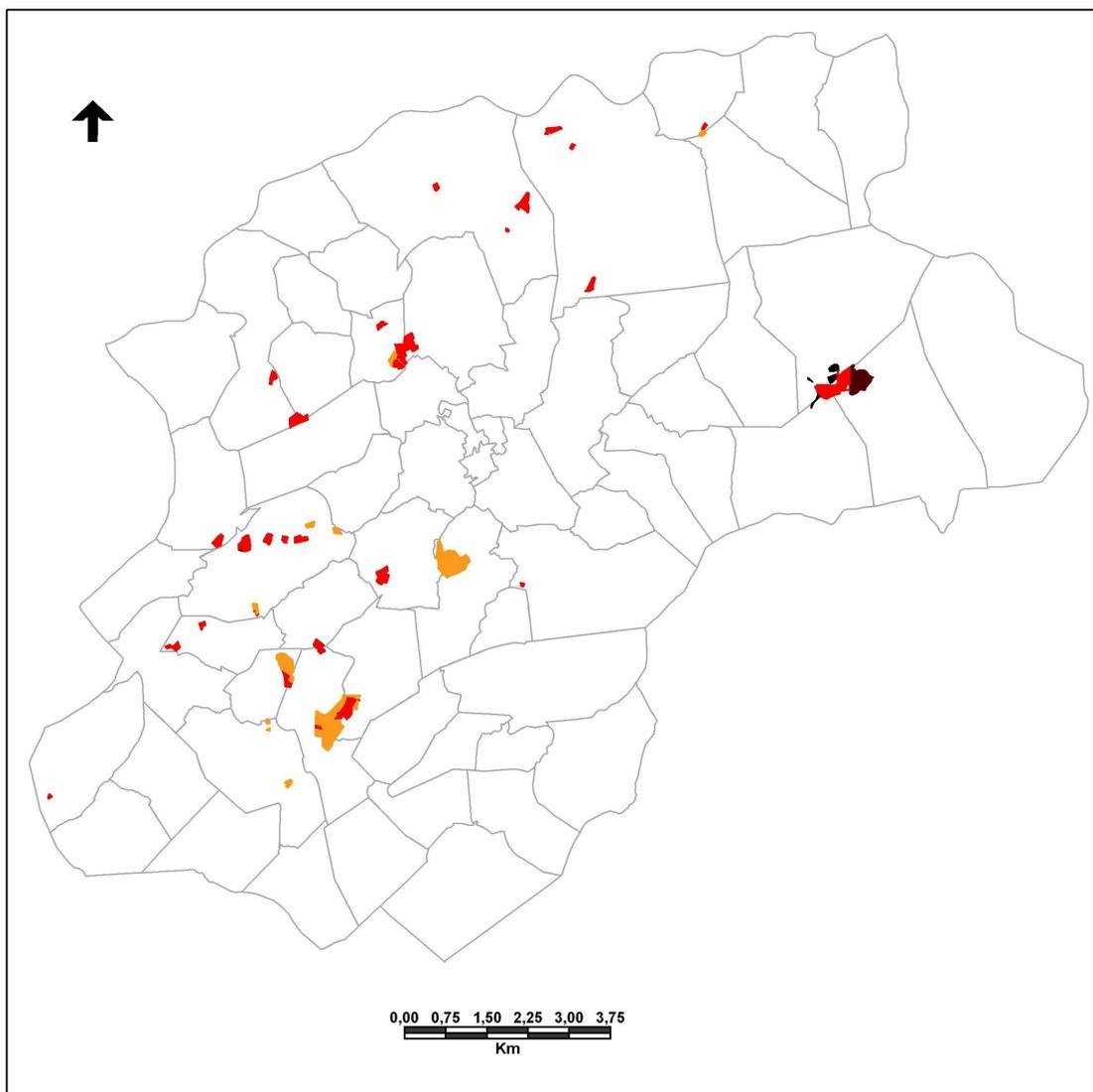


Figura 7: Espaços de indústria e/ou armazéns propostos e parques de sucatas propostos no PDMB e respetivo estado de ocupação entre 2001 e 2010

Entre 2001 e 2010 a ocupação verificada nos terrenos caracterizados como Espaços de Indústria e/ou Armazéns Propostos corresponde a cerca de 35%, sendo que cerca de 65% não se encontram ocupados. Subtraindo a esta última percentagem as áreas não ocupadas desde 1994 (aproximadamente 25%), perfaz cerca de 40% das áreas propostas. Seguindo o mesmo raciocínio dos espaços urbanizáveis, esta será a percentagem de solos ainda disponíveis no mercado para indústria e/ou armazéns.



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Apesar deste resultado, tem-se consciência de que as reservas disponíveis para este efeito não estão localizadas nos locais mais atrativos para instalações industriais e comerciais. Por outro lado, como se pode verificar na observação da respetiva carta, estes valores referem-se a áreas disseminadas pelo território, carecendo este (à exceção da área Industrial de Espinho/Sobreposta) de uma área de concentração industrial de dimensão relevante capaz de albergar “cluster`s” de âmbitos específicos.

Os Parques de Sucatas correspondem a duas áreas definidas no PDMB: o parque de sucatas municipal, em Espinho/Sobreposta e uma área definida em Navarra, contígua ao espaço industrial existente. Verifica-se que a ocupação entre 2001 e 2010, para esta classe de espaço, corresponde à totalidade do parque de sucatas municipal.

A Categoria de Espaço de Equipamento Proposto apresenta uma taxa de ocupação muito pequena face ao proposto no PDMB, devido essencialmente à estagnação da área definida pela UOPG do Vale de Santo Estêvão. Apesar deste facto, as áreas ocupadas correspondem a equipamentos relevantes já executados ou em fase de projeto, como o Estádio, Piscina Olímpica, o novo Hospital, Carreira de Tiro, Faculdade de Ciências na Universidade do Minho, etc.

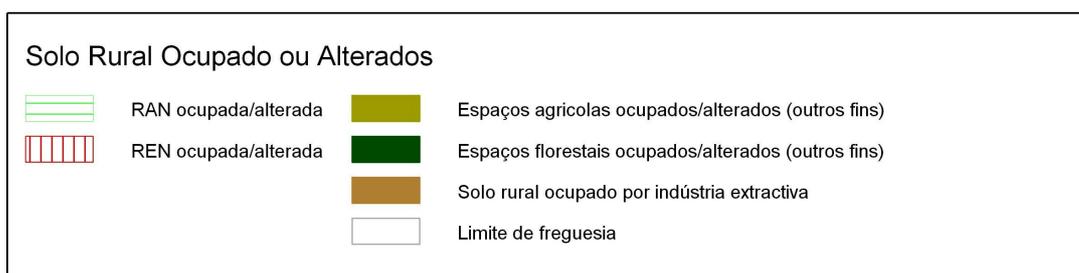
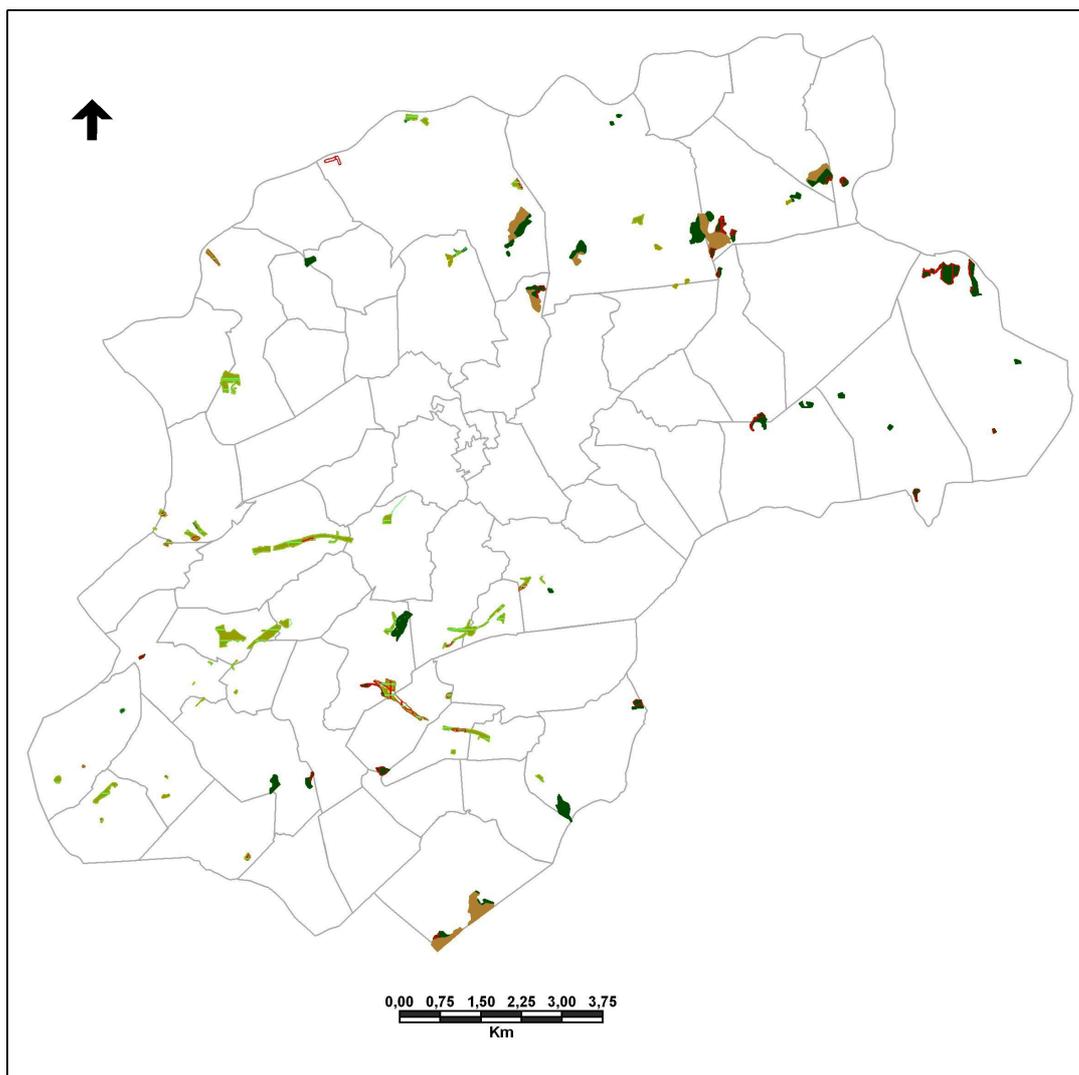


Figura 8: Solo rural ocupado/alterado entre 2001 e 2010

Relativamente ao que de modo lato se pode considerar solo rural, Espaços Agrícolas e Espaços Florestais, identificaram-se as situações que, por análise de fotografia aérea de 2003, configuram alterações significativas do solo, não implicando necessariamente a existência de construções.

De referir que estas classes de solos surgem frequentemente associadas à RAN e à REN, pelo que as áreas contabilizadas para a análise de alteração de usos são referentes aos Espaços Agrícolas e Florestais.

No que respeita à RAN identificaram-se cartograficamente as áreas que recolheram autorização da Comissão da RAN para utilizações não agrícolas destinadas a vias de comunicação, equipamentos ou situações similares. As autorizações para habitação não foram identificadas por se considerar que se integram no conceito da RAN, não implicando uma alteração à delimitação da Reserva.

Por cruzamento com a cartografia apresentada pode verificar-se que as alterações registadas se devem maioritariamente à execução de vias de comunicação e diversas ETAR's, sendo as restantes situações quase residuais.

Relativamente aos Espaços Florestais, constata-se um predomínio de alterações resultantes da expansão das explorações de inertes e da construção da nova Sub-Estação de Pedralva da Rede Eléctrica Nacional, sendo de se esperar, pelo menos parcialmente, uma reposição do uso florestal, por força da recuperação paisagística dessas áreas. Saliente-se que a área consumida pelas alterações referidas representa uma percentagem muito reduzida, quer no contexto da área total do concelho, quer no respeitante aos espaços florestais e espaços agrícolas.

✓ **Património**

Segundo a Lei de Bases de Ordenamento do Território deve-se “*assegurar a defesa e valorização do património cultural e natural*”.

No concelho de Braga é vasto o património arqueológico e histórico, nomeadamente pela existência de uma cidade romana sob a atual plataforma da cidade. São várias as ruínas existentes no concelho com interesse do ponto de vista arqueológico e histórico.

São diversos os elementos com interesse patrimonial existentes, dividindo-se em quatro categorias: Religiosa, Civil, Militar e Arqueológica.

O concelho detém um conjunto notável de elementos classificados ou em vias de classificação, que se dividem em Monumentos Nacionais⁵ (MN), Imóveis de Interesse Público (IIP) e Imóveis de Interesse Municipal (IM). Alguns deles estão classificados como Zonas Especiais de Proteção (ZEP). Com base na informação disponibilizada pela DGPC, elaboraram-se listas referentes ao património existente no concelho de Braga, constantes no **anexo II**.

No concelho existem ainda vários edifícios e locais que não sendo classificados mas, pelas suas características intrínsecas, são considerados património arquitetónico ou arqueológico inventariado no PDM. As listas referentes ao Património Inventariado no PDM encontram-se no **anexo III**.

⁵ Entende-se por Monumento Nacional uma ocorrência natural ou qualquer criação humana contendo um ou mais aspetos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua manutenção e a preservação da sua integridade (www.cm-braga.pt)

Grande parte dos elementos patrimoniais classificados localizam-se no centro histórico do concelho.

“O processo de reabilitação do Centro Histórico de Braga iniciou-se no terreno de forma sistemática e continuada em 1988, sendo que anteriormente se definiram instrumentos imprescindíveis para a gestão urbanística desta área específica e se promoveu a salvaguarda e reabilitação de alguns edifícios. Tendo em vista a salvaguarda e revitalização do grande conjunto urbano que constitui o Centro Histórico da cidade de Braga são definidos objetivos gerais a atingir para garantir a conservação e preservação da imagem do Centro Histórico”⁶.

A partir de 2001, a câmara optou por não intervir diretamente na aquisição, reconstrução e venda de edifícios para habitação no Centro Histórico, reservando esse papel exclusivamente aos privados. A atuação centralizou-se sobretudo na requalificação de edifícios com maior valor patrimonial e de espaços públicos que servissem como catalisadores do mercado da reconstrução do edificado.

Deste modo, durante os últimos 20 anos identificam-se inúmeras intervenções de renovação e regeneração do espaço público do Centro Histórico da cidade de Braga (praças, jardins e largos emblemáticos), nomeadamente: Alameda da Liberdade; Campo das Hortas; Campo Novo (Praça de Mouzinho de Albuquerque) – classificada IIP – Imóvel de Interesse Público; Jardim de Santa Bárbara; Largo da Senhora-a-Branca; Largo de Santiago; Largo do Paço; Largo Paulo Osório; Largo S. João do Souto; Largo S. Paulo; Praça da República; Praça do Município; Rossio da Sé; Praça Conde de Agrolongo (Campo da Vinha); Largo da Estação de Caminho-de-ferro.

Um dos grandes objetivos da autarquia assentou no aumento da área pedonal do centro histórico, designadamente: Rua Dr. Justino Cruz e Rua Francisco Sanches (1989); Largo S. João do Souto (1990); Terreiro do Castelo (1991); Praça da República e Largo Barão de S. Martinho (1995); Rua de S. Marcos e Rua do Castelo (1996); Rua dos Capelistas (1997); Largo da Praça Velha (1998); Rua de Eça Queirós e Rua D. Paio Mendes (1999); Rua do Forno (2000); Praça Conde de Agrolongo – Campo da Vinha (1997); Prolongamento do Túnel da Av. da Liberdade (2010).

No entanto, após se constatar a incapacidade de atuação dos privados na necessidade de renovação dos edifícios do centro histórico e à crescente vontade dos jovens em residir nesta área da cidade, assiste-se a partir de 2012 a uma mudança da forma de atuação da Câmara. O objetivo passa por comprar os edifícios mais degradados onde os proprietários não demonstrem iniciativa de os reabilitar, apesar de notificados para o fazerem. A execução das obras fica ao cargo dos particulares e dos interessados, devendo respeitar na totalidade a imagem do edifício, a sua área de implantação e respetiva capacidade construtiva. Aos investidores cabe a liberdade de atuar nos edifícios, desde que não colidam com os condicionalismos legais.

✓ **Paisagem**

Em termos paisagísticos destacam-se algumas áreas detentoras de características específicas que as tornam únicas.

⁶ www.cm-braga.pt

Com base numa análise sintetizada à configuração do terreno, às características de ocupação urbana e à utilização rural do solo, identificaram-se as áreas que apresentam características paisagísticas com relativa uniformidade e que, de algum modo, estão profundamente relacionadas com as bacias hidrográficas dos principais rios que percorrem o concelho.

As unidades identificadas podem organizar-se em três grupos principais:

- Paisagem Agrícola Tradicional;
- Paisagem Peri-Urbana;
- Paisagem Urbana.

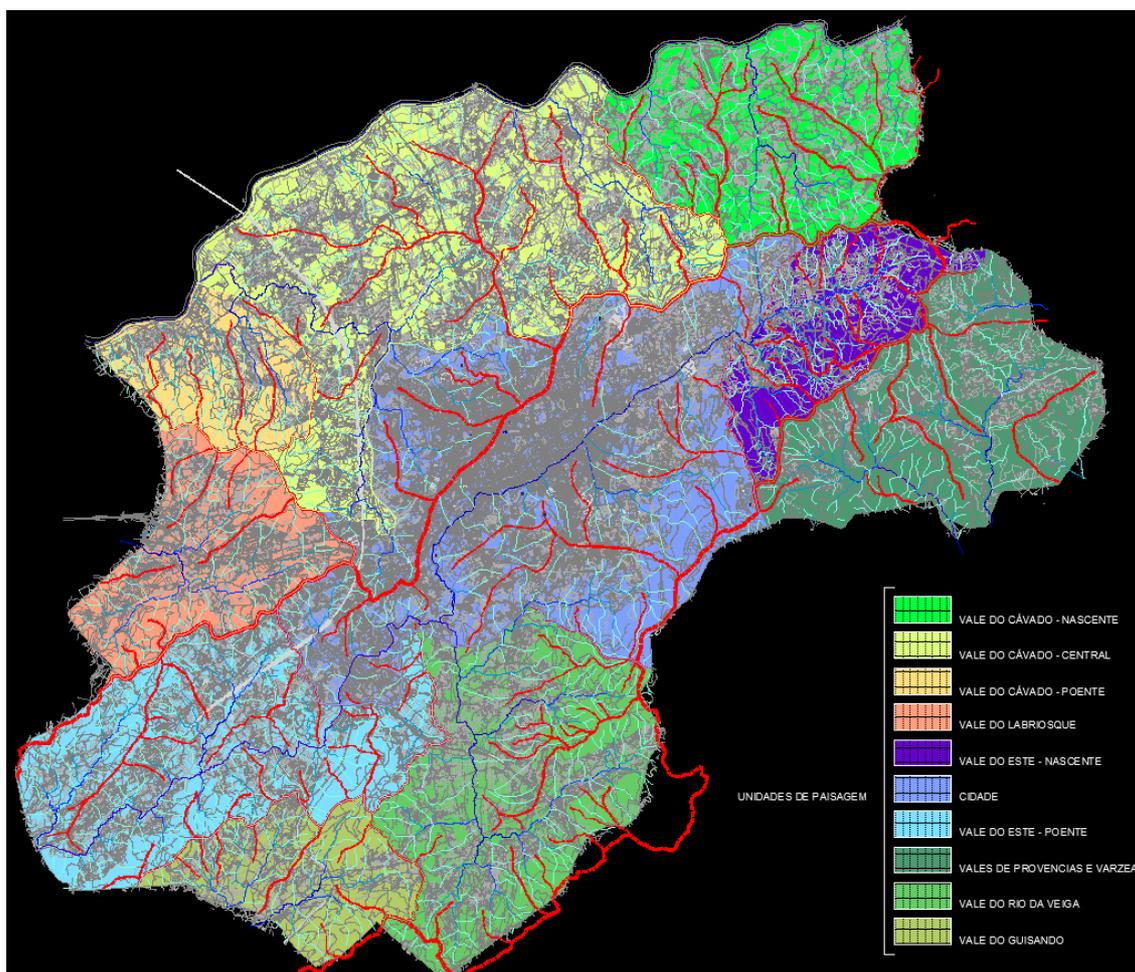


Figura 9: Unidades de Paisagem

A Paisagem Agrícola Tradicional abrange o Vale do Cávado Nascente, Vale do Cávado Poente, Vale do Este Nascente, Vale do Labriosque, Vale do Guisande, Vale do rio da Veiga e Vale de Provências.

São áreas de paisagem agrícola tradicional, constituindo um mosaico de campos de cultivo limitados por sebes vivas, no caso de Braga muito comuns as latadas e a vinha de enforcado, muros em pedra solta, caminhos e linhas de água, pontuada ocasionalmente por pequenas manchas florestais, geralmente pinhais ou carvalhais.



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Inclui também as áreas florestais de produção nas encostas mais inclinadas, que eram tradicionalmente constituídas por pinhais, dos quais se retiravam diversos subprodutos como lenha, resina, giestas e matos para as camas do gado. Com o abandono progressivo das práticas agrícolas mais tradicionais a opção pelo eucalipto foi ganhando mais expressão, sendo atualmente dominante no concelho.

Engloba ainda espaços de ocupação urbana que se concentram em aglomerados de reduzida dimensão mas também de tipologia unifamiliar isolada dispersa pelos caminhos em função da proximidade aos campos de cultivo, com recente aumento ligeiro, em algumas zonas significativo, para fins unicamente habitacionais.

A Paisagem Peri-Urbana engloba o Vale do Cávado Central e o Vale do Este Poente.

É uma paisagem de transição do espaço rural para o tecido urbano. Verifica-se uma notória dispersão da ocupação urbana ao longo das vias de comunicação, a par de aglomerados de dimensão considerável e de operações urbanísticas de dimensões relevantes, não raras vezes assentes numa matriz cadastral rural. A tipologia das construções é muito variável, da moradia unifamiliar isolada aos edifícios multifamiliares, passando pelas moradias geminadas, que nos últimos anos constituíam uma das opções mais procuradas pelos promotores.

Verifica-se a existência de unidades industriais e de armazenagem, realocizadas por incompatibilidade com as funções instaladas na cidade. Estas instalações, isoladas ou organizadas em parques industriais servem-se na maior parte dos casos da rede de acessos viários pré-existente e por isso insuficiente, pois não foi calculada para o tipo de tráfego a que agora tem de dar resposta.

O espaço rural, de uso agrícola ou florestal, intercala-se frequentemente com o espaço urbano, sendo frequente a existência de bolsas de espaço rural completamente rodeadas de construções, assim como também é frequente o oposto, ou seja, bolsas de solo urbanizado envoltas em meio rural. Este é pois um espaço de grandes contrastes que levanta problemas muito próprios, nomeadamente a inadequação da rede viária, a linguagem arquitetónica das novas construções em rutura com o espaço envolvente e questões de incompatibilidade frequente das novas funções com instalações agrícolas ou florestais pré-existentes.

A Paisagem Urbana corresponde à plataforma da cidade consolidada, com predomínio da função residencial, comércio e serviços. A organização do espaço reflete maior planeamento e desenho urbano na definição da rede viária e na tipologia de construção, bem como uma densidade e complexidade de nível substancialmente superior. Apresenta uma transição mais abrupta para o espaço rural.

Em resultado da densificação na ocupação construída e da impermeabilização do solo em grande escala, é uma paisagem onde a necessidade de espaços verdes se faz sentir com mais premência, tanto maior quanto mais interiorizada for a localização no tecido urbano.

Tem-se verificado uma crescente preocupação com a qualidade ambiental, bem como com a criação e preservação de unidades de paisagem e espaço de lazer. O projeto de novos parques urbanos, como o Parque Norte, o Parque do Monte Picoto e a requalificação do Parque da Ponte/S. João, é um sinal visível da tentativa de dotar a cidade de uma melhor qualidade ambiental e de novos espaços de lazer. Além destes projetos, o concelho de Braga possui áreas verdes cruciais contíguas à cidade, como o Monte do Bom Jesus, Sameiro e Santa Marta, que funcionam como espaços de cultura e lazer, apresentando também uma função natural e paisagística relevante.

Destaque-se ainda, em termos de consciencialização ambiental e paisagística, a requalificação de determinados cursos de água e áreas adjacentes, salientando-se o plano de reabilitação do Rio Este e o projeto de revitalização do Parque da Ponte.

O plano de reabilitação do Rio Este já se encontra em fase de implementação e tem como principal objetivo a proteção, recuperação e valorização do rio e toda a sua área envolvente, apresentando medidas para médio/longo prazo, que visam os seguintes aspetos:

- Renaturalização do leito do rio;
- Criação de bacias de retenção (pequenas lagoas) a montante da zona urbana, que impeçam a ocorrência de inundações;
- Requalificação e valorização de toda a área envolvente do rio com a plantação de vegetação própria da região, importante para a fixação dos solos e retenção da água prevenindo o escoamento;
- Criação de espaços de lazer ao longo do rio (ciclovias e caminhos pedonais);
- Intervenções de limpeza, desassoreamento e recuperação de património hidráulico com o objetivo de melhorar a drenagem do rio evitando possíveis inundações.

No que concerne ao Parque da Ponte, procedeu-se a um estudo integrado para a criação de uma ampla zona de desporto e de lazer, que incluirá o Parque da Ponte e a área sul do Parque de Exposições, no sentido de criar uma nova centralidade na cidade de Braga. A intervenção neste espaço, visa dotar esta área de um conjunto de serviços ao nível social, desportivo e cultural, procurando recuperar e requalificar o Parque da Ponte e o Parque de Campismo

Mais recentemente teve início o estudo integrado de toda a margem do rio Cávado e terrenos adjacentes visando a requalificação e ordenamento de uma faixa alargada deste espaço ribeirinho de âmbito concelhio. Com o objetivo expresso de disponibilizar ao usufruto público um espaço natural de dimensões relevantes e de promover a ligação da cidade ao rio, a ideia inicial teve entretanto a adesão dos municípios vizinhos evoluindo para um projeto supramunicipal.

Além de todos os planos e projetos, tem-se procurado despertar a problemática do ambiente e da necessidade da sua proteção, nomeadamente através da criação da Quinta Pedagógica, onde se realizam periodicamente sessões de esclarecimento e de sensibilização.

✓ **Solo Rural**

Os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) devem compatibilizar os objetivos municipais com as estratégias nacionais e regionais relativas ao ordenamento do território.

De acordo com o ponto 1, do artigo 5º, do Decreto-Lei nº 11/2009, de 29 de Maio, “a *classificação do solo como rural visa proteger o solo como recurso natural escasso e não renovável, salvaguardar as áreas afetadas a usos agrícolas e florestais, à exploração de recursos geológicos ou à conservação da natureza e da biodiversidade e enquadrar adequadamente outras ocupações e usos incompatíveis com a integração em espaço urbano ou que não confirmam o estatuto de solo urbano*”.

O processo de caracterização no âmbito da revisão do PDM de Braga consistiu essencialmente no levantamento da situação atual do uso do solo, procedendo-se à análise, classificação e qualificação do solo rural.

A classificação e reclassificação do solo são estabelecidas no PDMB, traduzindo-se na opção de planeamento territorial que determina o destino básico dos terrenos. Classifica-se como solo rural aquele que apresenta características para aproveitamento agrícola, pecuário e florestal, ou que seja afeto à exploração de recursos geológicos e a espaços naturais de proteção, lazer, turísticos e culturais, entre outros usos incompatíveis com a sua integração em solo urbano.

Os trabalhos de caracterização do solo rural basearam-se na integração de categorias e subcategorias a definir e regulamentar com base nos diversos critérios definidos, na fase de qualificação do solo rural.

Da análise realizada nos estudos de caracterização observa-se que o solo agrícola, ao longo das últimas décadas, tem sido alvo da pressão exercida pela expansão do solo urbano. Os solos mais procurados são aqueles que possuem os declives mais baixos, que correspondem essencialmente aos solos com maior aptidão agrícola. Para além da transformação do solo agrícola em solo urbano, também o abandono dos campos agrícolas limítrofes ao perímetro urbano levou à degradação e erosão do solo, descaracterizando a paisagem. Contudo preservam-se alguns núcleos rurais, como por exemplo, a veiga de Penso, Navarra e Crespos, Pousada e Sobreposta, Mire e Parada de Tibães.

Quanto ao solo florestal, a pressão da expansão urbana não foi tao evidente, uma vez que corresponde essencialmente aos solos de encosta.

Os povoamentos florestais predominantes na região são o pinheiro e o eucalipto bravo. Estas duas espécies constituem o suporte da economia florestal da região, assim como as folhosas autóctones que contribuem para a obtenção de madeira de qualidade.

O papel essencial do espaço florestal no concelho de Braga é a proteção do solo, evitando a sua erosão, a proteção dos recursos hídricos ao nível do armazenamento e circulação de água, e a fixação do carbono.

O espaço florestal no concelho de Braga destina-se essencialmente à produção, convertendo a madeira num produto final mais económico, apresentando também função de recreio, que se reflete em extensas áreas, nomeadamente espaço florestal de enquadramento a santuários. Note-se que a silvo pastorícia, a caça e a pesca não são atividades expressivas.

As manchas florestais mais significativas situam-se a sudeste do Concelho, percorrendo a encosta desde a nascente do rio Este até ao Monte da Santa Marta das cortiças. A ocupação florestal não se alterou significativamente nos últimos anos.

As principais manchas florestais encontram-se em zonas de aptidão agrícola moderada e marginal, preservando a utilização de solos com elevada aptidão agrícola e com menor declive para a agricultura.

✓ ***Fauna e Flora***

As espécies florestais existentes no concelho são essencialmente o Pinheiro Bravo (*Pinus pinaster*) e o Eucalipto (*Eucalyptus globulus*), verificando-se ainda a presença de Carvalho Alvarinho (*Quercus robur*), do castanheiro (*Castanea sativa*), do carvalho negral (*Quercus pyrenaica*) e em ascensão o sobreiro (*Quercus suber*). Nos trabalhos de campo observaram-se alguns povoamentos e núcleos de sobreiro a emergir um pouco por todo o concelho, resultante da regeneração natural após a ocorrência de incêndios.

Em termos de arbustivas, as espécies predominantes são características da região e do clima atlântico do norte. As espécies mais representativas são assim: urzes variadas, giesta (*Genista florida*), torga (*Calluna vulgaris*), a Carqueja (*Chamaespartium tridentatum*), a queiroga (*Erica umbelata*), entre outras.

No que respeita à vegetação associada à rede hidrográfica, é possível encontrar nas margens dos rios amieiros (*Alnus glutinosa*), salgueiros (*Salix, s.p*) freixos (*Fraxinus angustifolius*), com um estrato arbustivo constituído essencialmente por silvas (*Rubus ulmifolius*) e heras (*Hedera hélix*).

A galeria ripícola associada aos cursos de água potencia a capacidade destes funcionarem como corredores ecológicos, incrementando deste modo a diversidade biológica associada ao rio e às áreas adjacentes.

A característica paisagem minhota apresenta uma diversidade muito particular. Os terrenos mais férteis e planos destinam-se quase sempre à agricultura. Verifica-se contudo, que é nas zonas mais planas do concelho que se concentram os núcleos urbanos, consumindo assim solo destinado à agricultura.

Na meia encosta observa-se a presença de agricultura de subsistência alternada com vinha em alguns casos pontuais.

Conforme aumenta a latitude, as manchas florestais tornam-se mais dominantes. Nas últimas décadas verificou-se uma substituição dos exemplares florestais autóctones, tais como, povoamentos de carvalhos

e outras folhosas, por espécies de crescimento rápido, numa tentativa de combate à erosão dos solos após incêndio, e como matéria-prima com retorno económico rápido.

Assim, constituem espaços florestais as áreas com aptidão florestal, ocupadas ou não com espécies arbustivas e arbóreas, de manifesta importância para o equilíbrio ambiental e paisagístico, quer se destinem ou não à produção florestal, as áreas com uso silvopastoril e os terrenos incultos de longa duração.

Os povoamentos predominantes no Concelho são o pinheiro bravo e o eucalipto. Estas duas espécies correspondem ao suporte da economia florestal da região, assim como as folhosas autóctones que contribuem para a obtenção de madeira de qualidade. Contudo a proliferação de espécies de crescimento rápido tornou-se dominante na ocupação florestal levantando problemas ao nível da biodiversidade, pela presença de monoculturas, bem como a sua suscetibilidade ao risco de incêndio.

No que respeita à fauna, destacam-se no concelho as seguintes espécies:

- Mamíferos: raposa, javali, gineta, rato do campo, ratazana, morcego rateiro grande, morcego anão, toupeira, musaranho comum e ouriço-cacheiro.
- Anfíbios e Repteis: salamandras, tritão verde, tritão de ventre laranja, sapo comum, sapo corredor, rã verde, sardanisca argelina, lagarto comum, cobra rateira, cobra de água visperina e provavelmente a víbora de Seoane.
- Aves: coruja das torres, cuco, alvéola branca, carriça, ferreirinha, pisco, carriça do mato, felosa comum, melro, chapins, pardal, estorninho, gaio, pega e corvo.

✓ **Rede Hidrográfica**

O concelho de Braga apresenta uma abundante rede hidrográfica que advém da elevada pluviosidade e da morfologia do terreno.

Pelo facto de possuir um território acidentado, o concelho configura diversos vales, uns mais aprofundados que outros, o que proporciona a existência de paisagens únicas que se traduzem em extensos espaços verdes beneficiados pela presença de água.

O concelho de Braga é percorrido por dois cursos de água principais, o rio Cávado e o rio Este, bem como pelos seus afluentes.

A Norte, é banhado pelo rio Cávado que nasce na Serra do Larouco, a uma altitude de 1500 m e desagua em Esposende, no Oceano Atlântico. É um curso de água que apresenta características bastante naturais, com extensas margens cobertas de vegetação ripícola onde a presença humana é ainda pouco notória.

O rio Este nasce na Serra dos Carvalhos, na freguesia de São Mamede de Este à altitude de 455m, atravessando o Concelho e desaguando em Vila do Conde, na margem direita do rio Ave. O troço que

atravessa o perímetro urbano da cidade apresenta características muito humanizadas, traduzidas principalmente por margens artificiais ausentes de vegetação.

Pelo facto de possuir margens artificializadas, por norma emparedadas e lisas, em alguns pontos de estrangulamento, o rio transborda o seu leito provocando inundações, essencialmente em casos de agravamento do estado do tempo associados a períodos de chuva intensa.

Este rio apresenta ainda alguns problemas ao nível da poluição da água, uma vez que ao longo do seu traçado vai recebendo diversas descargas poluentes, quer domésticas, quer provenientes da lixiviação dos campos agrícolas.

Atualmente está em curso o projeto de reabilitação e renaturalização das margens do rio Este, num troço mais citadino. Espera-se com este projeto uma melhoria do estado do rio, dos seus impactos e um maior aproveitamento das suas margens.

✓ **Acessibilidades e Rede Viária**

A rede viária concelhia é composta por uma estrutura viária medieval consolidada, que ainda hoje subsiste no centro histórico, apesar de apresentar algumas alterações às suas características iniciais. Esta área, atualmente, é composta por uma grande quantidade de vias vedadas ao automóvel, formando um núcleo central compacto, onde existe uma elevada densidade de edifícios antigos que moldam os arruamentos

A partir desse centro, desenvolve-se um conjunto de vias de ligação regional, que se dispõem de uma forma radial (subsistema radiocêntrico), formando um modelo de ocupação urbana do tipo “estrela”. Ao confluírem diretamente para o centro do concelho, reforçam o papel polarizador do núcleo central da cidade em relação ao restante território. Estas vias constituídas, sobretudo, por estradas nacionais, estabelecem a ligação com os aglomerados urbanos mais importantes da região, nomeadamente: Porto (pela EN14), Póvoa de Lanhoso e Chaves (pela EN 103), Guimarães (pela EN 101 e EN 309), Barcelos (pela EN 103 e EN 205-4), Famalicão (pela EN 309 e EN 14), Vila Verde e Monção (pela EN 101), Ponte de Lima e Valença (pela EN 201). Em estreita ligação com as estradas nacionais, existem estradas e caminhos municipais.

A estrutura da rede viária do Concelho de Braga configura, ainda, um subsistema anelar composto pela “Circular Norte” e “Circular Sul” da cidade. Esta apresenta ligações com a A11 e a A3. Refere-se que estas circulares desempenham as funções para a qual foram concedidas tendo como principal função estabelecer a ligação aos principais eixos estruturantes existentes e favorecer as deslocações de média e longa distância.

A construção da Variante à EN 101/201 (Vila Verde) permitiu uma ligação do município com as regiões norte do País e é a via que regista o maior volume de tráfego de todo o concelho, com uma média de 42627 veículos por dia em ambos os sentidos.

Encontra-se por executar a Variante à EN 103, permitindo a ligação à A11/IC14. Relewa-se que, segundo as contagens de tráfego automóvel em 2005, a EN 103 é a segunda via com maior volume de tráfego automóvel. A construção da Variante do Fojo, de iniciativa municipal, veio constituir uma alternativa parcial à Variante à EN 103.

Atualmente existe a necessidade de se proceder à construção de uma circular exterior que funcione como alternativa à circular interior, uma vez que a existente passou a estar integrada no perímetro urbano. A circular exterior irá permitir uma ligação em rede entre as vias principais de acesso à cidade e os seus aglomerados.

Segundo os estudos de tráfego de 2005, mais de 90% dos veículos que circulam no concelho são ligeiros.

É possível identificar alguns condicionalismos e áreas problemáticas a nível estrutural e funcional da rede viária concelhia, que condicionam a estruturação da rede viária existente.

Identifica-se ainda a importância que a rede de estradas nacionais desempenha nas acessibilidades do Concelho e que apresenta as seguintes características: à escala interurbana, a EN 14 (Porto-Trofa-Famalicao) é o eixo estruturante mais importante deste território, quer pela ligação ao Porto, quer pela alternativa não tarifada à autoestrada. As EN 101, EN 103, EN 201e EN 205-4 têm vindo a perder funcionalidade e nível de serviço, passando a desempenhar em simultâneo funções interurbanas/regionais e de acesso local em vários troços do seu percurso. As estradas não pertencentes ao Plano Rodoviário 2000, designadamente a EN 309, a EN 103-3 e a EN 103-2 perderam também a funcionalidade de distribuição secundária para a qual foram concebidas, tendo sido absorvidas pela expansão urbana.

A variante do Fojo assume um papel de distribuição do trânsito local e opera ainda como um eixo alternativo à EN 103, no que diz respeito ao trânsito de passagem.

No que respeita aos modos suaves, saliente-se que existe apenas uma ciclovia construída ao longo da “Variante da Encosta”.

Quanto ao modo pedonal, é o segundo meio de transporte nas deslocações e contribui de uma forma importante para a intermodalidade, uma vez que a estação de caminho-de-ferro e a central de camionagem se encontram localizadas em pontos da cidade que abrangem áreas de influência compatíveis com as extensões das deslocações pedonais tecnicamente aceitáveis, quer para a deslocação para o emprego, quer para as paragens de autocarro ou de acesso aos principais equipamentos de utilização coletiva, que apresentam uma maior concentração no centro urbano. As recentes intervenções na área do centro histórico têm vindo a contribuir para uma melhoria e alargamento desta rede. No entanto, a rede pedonal existente não abrangida pelo centro histórico apresenta vários fatores que condicionam a mobilidade pedonal, nomeadamente pavimentos irregulares, pavimentos inclinados, lances de topo das passeadeiras não rebaixadas, passeios estreitos, degraus, mobiliário urbano e árvores no centro dos

parques. Numa análise global do ambiente urbano construído verifica-se a falta de intervenção geral a nível de pequenas obras tais como repavimentação, rebaixamento de lancis ou elevação das passadeiras de colocação de corrimões ou de rampas em determinados acessos.

Relativamente aos transportes públicos, a cidade encontra-se relativamente bem servida. Na perspetiva de melhorar a oferta do transporte público urbano, a TUB/EM tem vindo a reestruturar a sua rede de forma a promover ligações mais eficientes entre as linhas que explora e os modos complementares, designadamente o comboio na Estação de Caminho-de-ferro e os autocarros interurbanos na Central de Camionagem. Esta reestruturação tem sido feita em parceria com os restantes operadores, designadamente a CP, através da conjugação de horários e promoção conjunta, o que tem permitido uma evolução muito positiva da procura nas linhas que obedecem a estes princípios, bem como no próprio serviço urbano de comboios entre Braga e Porto. Ainda assim, no que respeita aos autocarros, a cidade apresenta vários pontos críticos para a sua circulação, verificando-se zonas de conflito devido ao estacionamento desordenado, ilegal e muitas vezes em segunda fila. Assim, os autocarros ficam parados demasiado tempo, com o trânsito bloqueado, em zonas que constituem importantes eixos fundamentais para a sua circulação.

No que concerne ao estacionamento, de acordo com o estudo oferta-procura, verifica-se uma certa carência. Na cidade consolidada, mais propriamente no centro histórico, onde se localizam a maioria dos equipamentos, bem como um elevado número de serviços, verifica-se um significativo défice de estacionamento. Porém, este resultado contabilístico não é coincidente com a realidade, uma vez que o estacionamento coberto existente, sobretudo o do centro da cidade, não se encontra saturado. A insuficiência de estacionamento poderá equacionar-se para os residentes, pois são eles que necessitam estacionar por períodos de tempo mais prolongados.

Ainda na cidade consolidada, onde se encontram os principais equipamentos escolares, verifica-se um elevado défice de estacionamento. Não obstante existem parques cobertos no perímetro, mas encontram-se deslocados face a alguns estabelecimentos de ensino, além de serem pagos, estando também mais vocacionados para a cobertura de estacionamento dos estabelecimentos administrativos aí existentes, nomeadamente Segurança Social, Tribunal e Finanças.

Relativamente às áreas de crescimento contíguas à cidade consolidada, o défice de estacionamento pode ser considerado um problema, uma vez que é uma zona periférica e a oferta de estacionamento existente é essencialmente na via.

3.2| PLANEAMENTO BRAGA – ANTECEDENTES DA REVISÃO DO PDM⁷

Para uma adequada compreensão das alterações operadas na forma urbana de Braga e análise das dinâmicas urbanas que determinarão o seu futuro, considerou-se oportuno sistematizar os principais instrumentos que legitimaram ou legitimam essas transformações territoriais.

⁷ In Corais, T. Filipa; "Dinâmicas Territoriais Na Aglomeração Urbana De Braga"; Tese de mestrado em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto / Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; 2002.

O Plano de Groër (1941) orientou o desenvolvimento urbano da cidade. Este assentava num esquema de satélites rurais adotando a teoria de Howard Étienne De Gröer desenha um cinturão viário que estabelece a relação entre os vários pontos fulcrais da cidade e constitui a transição entre a rede viária de escala urbana e a rede a nível regional.⁸

Nas décadas de 50 e 60, verifica-se um crescimento acentuado de Braga, desenvolvendo-se, sobretudo para sul (concretizando o **Plano de Urbanização a Sul de Braga** de 1958), em consonância com o plano de Étienne De Gröer, embora adotando uma formalização distinta no que se refere à ocupação dos quarteirões.

“A revolução do 25 de Abril de 1974 promoveu uma descentralização do poder e introduziu alterações substanciais na legislação e nas políticas urbanas.⁹ A Lei dos Solos (decreto-lei 794/76) confere à Câmara Municipal o poder de delinear novas estratégias de desenvolvimento e de reestruturação urbana. Usado como material de trabalho, este decreto serve de base para uma política de solos, que estabelecerá as prioridades pretendidas, e que confere à Câmara o controlo do mercado de compra e venda de solos.

O **Plano de reestruturação do Território**, desenvolvido nessa data, viria a assumir um cariz dinâmico (do tipo “solicitação – resposta”) na procura de um constante “feedback” com a população e um diálogo permanente com seus agentes de implementação¹⁰.

No “Plano de Reestruturação do Território Municipal”, assumiu-se, assim, a vontade de promover o desenvolvimento da cidade no sentido sudoeste – Nordeste, numa procura de definição de eixos de grande utilização e referência urbana. Foi deste modo, que surgiram os Eixos Norte e Sul, eixos de qualificação urbana que ajudam a definir e estruturar a cidade dos anos 80, impondo a “Ideia de Fuso”.¹¹

O plano determina a concretização de dois eixos pedonais atravessados por equipamentos existentes e previstos, um a norte e outro a sul. Estes dois eixos, assumem igualmente a função de fronteira do solo urbano com o solo rural e com a Reserva Agrícola Nacional garantindo uma transição suavizada dos mesmos.

Desenvolvidos pela Câmara e CEAPE são também executados planos de pormenor¹², definindo as principais áreas de crescimento, na tentativa de “resolver a curto prazo situações urbanísticas delicadas e

⁸ In, Lemos, Clara; “Braga. Análise da forma urbana como metodologia de trabalho”; Prova final; Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Outubro, 2000.

⁹ In, Lemos, Clara; “Braga. Análise da forma urbana como metodologia de trabalho”; Prova final; Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Outubro, 2000.

¹⁰ Técnicos camarários e, sobretudo, autarcas. in SÁ, Manuel Fernandes de. Experiências de Planeamento Municipal. Artigo da revista Cadernos Municipais, Ano 3 N.º 14, Outubro 1981, Pág. 36-44

¹¹ A cidade teria um crescimento em fuso ou em “sela de cavalo”. - No decurso de uma conversa com o Arquiteto Manuel Fernandes de Sá. Este arquiteto integrava-se na equipa trabalhou neste projeto. e In, Lemos, Clara; “Braga. Análise da forma urbana como metodologia de trabalho”; Prova final; Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Outubro, 2000.

¹² a) Plano de Pormenor das Sete Fontes (106 fogos); Plano de Pormenor do Pinheiro do Bicho (200 fogos); Plano de Pormenor da Garapoa – Celeirós (184); Plano de Pormenor de S. Pedro d’ Este;



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

*elementos essenciais para o desenho da cidade*¹³: *Constituem alternativas a uma expansão desordenada e permitem o alojamento de cerca de 2000 habitantes (a capacidade total dos espaços urbanizáveis criados nesta época, correspondiam a uma ocupação prevista de 45 mil habitantes.*¹⁴ *Este valor corresponde sensivelmente ao crescimento efetuado até 2001 e a cerca do dobro do crescimento previsto até 2000, em 1982).*

Em 1992, a Câmara Municipal de Braga dispunha de um PDM interno, indicativo (realizado em 1981) que não tinha sido submetido a aprovação nem ratificado. No entanto, na década de 90, a Câmara sentiu que a flexibilidade conferida pela opção de não ratificação do plano da década anterior, não era suficiente para a adequada gestão urbana. A par com a alteração da legislação pelo Governo, a Câmara optou, assim, por fazer o seu PDM (Resolução de Conselho de Ministros n.º 35/94), elaborado pelo Gabinete de planeamento e Gestão urbanística da Câmara Municipal, sob orientação de consultores exteriores, acabando por ser a primeira autarquia do Distrito de Braga a homologá-lo.

O PDMB foi alterado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 70/98, de 18 de Junho.

Em 1998 *procedeu-se ao início do processo de **Revisão ao PDMB**, publicado em 2001* (ratificada por Resolução de Conselho de Ministros n.º 9/2001 de 30 de Janeiro), *que tal como o PDM de 1994, foi elaborado por uma equipa de técnicos camarários.*¹⁵

As principais alterações impostas no PDM de 2001 têm a ver com a caracterização dos solos em espaço canal; caracterização de espaços existentes que colidiam com a RAN e REN; aumento dos índices de construção para a densidade rural e baixa densidade; criação de novos espaços urbanizáveis, resultado quer da caracterização das áreas condicionadas pelo espaço canal e pela colmatação das áreas em RAN, quer para dar resposta às necessidades da generalidade das Juntas de Freguesia tentando corrigir assimetrias.

Deste modo, no PDM ratificado em 2001, a quantidade de solos urbanizáveis apresenta-se por excesso (com uma margem bastante elevada) face às expectativas para o crescimento urbano nos 10 anos seguintes. A política adotada, visava reduzir a especulação imobiliária, gerada quer pela inércia de alguns proprietários que não demonstravam vontade de urbanizar, quer pela formação de monopólios dos

b) Planos que tinham como ímpeto a expansão no sentido SO/NE:

Plano de Pormenor de Gualtar; Plano de Pormenor da Amarela – Ferreiros;

c) Necessidade de conter e disciplinar uma tendência desordenada de expansão (e não por uma vontade de extensão):

Plano de Pormenor de Fraião; Plano de Pormenor de Nogueira;

d) Tendo como base de estudo as propostas de eixos estruturadores do Norte e Sul da cidade:

Plano do Fujacal (1976- Arq. Álvaro Augusto Portugal); Plano das Parretas; Plano de Pormenor da área envolvente da central de Camionagem;

e) Outros:

Quinta de Sotto Mayor (1972-Arq. Lúcio Miranda; 1977-Arq. Januário Godinho); Santa Tecla (1977 – Cooperativa de habitação Económica Bracara Augusta); Loteamento Carandá; Loteamento Quinta das Fontes (1976 – Arq. Luís Cunha); Loteamento das andorinhas (1985 – construído pela Câmara)

¹³ *in* SÁ, Manuel Fernandes de. Experiências de Planeamento Municipal. Artigo da revista Cadernos Municipais. Ano 3. N.º 14. Outubro 1981. Pág. 41

¹⁴ “Plano de Reestruturação do Território Municipal”;1982

principais investidores e por as políticas urbanas adotadas não visarem uma intervenção direta do município no mercado de solos (ao contrário do que acontecia na década de 80).

Tendo decorrido mais do que 10 anos de vigência do PDM, considera-se que se encontram reunidas as condições necessárias para encetar um processo de revisão de acordo com o Decreto-Lei acima referido.

3.3| PROCESSO DE REVISÃO DO PDMB

A adequação ao novo quadro legal, por si só, é um motivo que consubstancia a necessidade de revisão. De facto, as alterações introduzidas na programação do solo, na necessidade de definição de uma estrutura ecológica municipal, etc., consolidam questões que incidem numa nova estratégia de intervenção. Também o aparecimento de novos paradigmas de competitividade territorial à escala internacional, a necessidade de articulação com o PNPT e o PROT ~~e o Projeto Ferroviário de Alta Velocidade~~, bem como a necessidade de afirmação do quadrilátero urbano constituem razões impreteríveis para se proceder à revisão do PDMB.

Em detrimento da prática exercida nos planos de 1ª geração, que privilegiam a expansão, os novos planos impõem o desafio de uma gestão urbana centrada na utilização dos espaços já infraestruturados e valorização do património existente, assumindo a reclassificação do solo rural em urbano como uma exceção.

Neste contexto, os PDM de 2ª geração deverão contrariar o crescimento casuístico e disperso e as ruturas morfotipológicas, procurando garantir o carácter estruturante dos espaços públicos, entre outros. Trata-se de uma questão de estratégia que não confunde desenvolvimento com mero crescimento e visa uma aposta qualitativa. Verifica-se uma aposta na qualificação do espaço urbano onde as ações estruturantes se encontram programadas, as prioridades estão estabelecidas e onde as áreas de expansão quase se confinam às necessidades de crescimento estimadas. Esta ação pressupõe a determinação da autarquia em assumir, de certa forma, os prazos do desenvolvimento urbano.

Assim, no que respeita ao Solo Urbano (solo urbanizado e urbanizável), surgem novas categorias funcionais, que foram classificadas consoante as suas características:

- Espaço Central (Zona Histórica);
- Espaços Residenciais (com diferentes tipologias e índices, conforme as características do local);
- Espaços de Atividades Económicas (com diferentes tipologias e índices associados, conforme as características do local);
- Espaços Verdes (divididos em subcategorias, consoante as suas características);
- Espaços de Uso Especial (inclui equipamentos e infraestruturas);
- Espaços Urbanos de Baixa Densidade (com dois índices distintos, conforme as características do local).

Quanto ao solo rural, no PDMB de 2001 as classes consistem no espaço agrícola e florestal. Contudo, na qualificação do solo rural, inserido no processo de revisão do PDMB e com base nas alterações introduzidas com o Decreto Regulamentar nº 11/2009, de 29 de Maio, as categorias de espaço rural propostas são:

- Espaço Agrícola;
- Espaço Florestal;
- Espaço de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal;
- Espaços afetos à exploração dos recursos geológicos;
- Espaços afetos a atividades industriais;
- Espaços Naturais;
- Espaços Culturais;
- Espaços destinados à ocupação turística;
- Espaços de equipamento em solo rural;
- Aglomerados rurais;
- Áreas de edificação dispersa.

Em termos de condicionantes, a RAN e a REN foram redelimitadas de forma mais criteriosa, admitindo-se exclusões apenas a título excecional.

A delimitação da Estrutura Ecológica Municipal constitui um instrumento valioso, promovendo a compatibilização de valores naturais e sociais do território, com vista a uma maior sustentabilidade.

A delimitação de UOPG's foi mais ponderada, eliminando-se algumas existentes no PDMB de 2001 e propondo-se outras, tendo em conta as necessidades de áreas que carecem de uma intervenção mais ordenada, com base nas suas características.

A delimitação das unidades de execução pressupõe a definição de uma área de intervenção com dimensão adequada, garantindo a abrangência de todas as áreas contíguas que conformam um sistema unitário e autónomo.

Deste modo procurou-se seguir a estratégia delineada para a revisão do PDMB, assente em objetivos e domínios estratégicos muito específicos.

3.3.1| OBJETIVOS E DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS DA REVISÃO DO PDMB

A revisão ao PDMB incide em quatro domínios estratégicos:

1. **“Braga, um município onde queremos viver”;**
2. **“Braga, um concelho que queremos visitar”;**
3. **“Braga, um território para investir”;**
4. **“Braga, rumo à centralidade ibérica”.**

Em todos estes domínios estão contemplados os objetivos que se pressupõem nos PDM de 2ª Geração, onde se prevê uma diminuição do crescimento expansionista das cidades e organização sustentável do território.

O domínio estratégico "**Braga, um município onde queremos viver**" engloba os seguintes objetivos específicos:

 **Promover a Imagem da Cidade:** Traduz-se na necessidade de promover a imagem de uma cidade estruturada, capaz de atrair a população. É crucial a coerência urbana, assim como uma correta articulação entre as estruturas territoriais existentes. Neste âmbito, é necessário efetuar uma abordagem relativa a quatro fatores essenciais: edificado, rede viária, espaços públicos e espaços naturais.

Assim, em termos de edificado, será necessário criar parâmetros de qualidade urbanística e arquitetónica a exigir nas intervenções, de acordo com o preceituado no PNPOT e nas orientações da política nacional de arquitetura e da paisagem¹⁶.

Do mesmo modo, será necessário (re)definir conceitos com reflexos na qualidade do edificado e em consonância com o estipulado no Decreto-Lei 9/2009 de 29 de Maio.

O PDMB deverá assentar numa lógica de "regulação variável", impondo rigidez às certezas abrangidas no plano e regras do jogo para as incertezas. Neste sentido, os núcleos urbanos (cidade e núcleos centrais das freguesias) deverão ser alvo de um estudo mais aprofundado, permitindo definir regras qualitativas. Em termos das vias, será necessário promover um diagnóstico da rede viária e tipificar em termos de resultados e soluções.

Os parâmetros de dimensionamento da rede viária deverão ser redefinidos, do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

Ao nível da rede viária, impõe-se à escala meso a definição da nova circular exterior e a articulação da escala macro com a escala micro. À escala micro, por sua vez, impõem-se ações que visem uma maior integração e continuidade viária de grande parte dos "cul-de-sac" que proliferam pelo concelho e estancar o incremento da rede viária capilar.

No âmbito dos espaços públicos, urge a definição de um sistema integrado capaz de garantir a integração urbana.

¹⁶ PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território; proposta técnica; sumário; aprovada para discussão pública pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2006, de 27 de Abril; Maio 2006, p.36 e PNPOT; relatório; Fevereiro 2006, p.72 e 73; "A Arquitetura é hoje reconhecida como uma atividade de interesse público e um recurso para o desenvolvimento, por razões culturais (identidade, património, distinção e notoriedade dos países e das cidades), económicas (valor acrescentado na qualidade da construção civil, do ambiente urbano e do território), sociais (espaços públicos, equipamentos coletivos, qualidade de vida, imagem urbana, coesão social) e ambientais (eficiência energética, valorização paisagística). (...)
A compreensão da arquitetura e do urbanismo reforça o sentido cívico e deverá constituir um elemento imprescindível da cultura territorial no nosso país."

Algumas questões de requalificação do espaço urbano deverão ser resolvidas através da integração da rede de espaços públicos existentes na estrutura ecológica urbana e os problemas detetados deverão ser abordados, consoante os casos, através de regulamentação, definição de programas, ou medidas de acupuntura urbana. Por outro lado, será importante redefinir os parâmetros de cedência ao domínio público, considerando as áreas padrão em sistemas de avaliação da qualidade de vida urbana e as carências detetadas no concelho.

Quanto ao espaço natural, a paisagem do Minho, marcadamente humanizada, é sempre o resultado da conjugação destas três formas de ocupação do território, florestal, agrícola e urbana, variando a percentagem relativa de cada uma delas em função das características morfológicas e da qualidade dos solos, pelo que a abordagem os espaços naturais terá que equacionar a integração destas características.

Nesta perspetiva deverão ser identificadas as áreas de características agrícolas relevantes que justifiquem uma regulamentação própria no que respeita à alteração dos usos do solo e eventualmente à tipologia das edificações a construir.

Do mesmo modo, em relação aos espaços florestais haverá que identificar os maciços mais interessantes pela sua composição, localização estratégica e, como se verifica frequentemente, pela sua função de enquadramento e compartimentação dos espaços agrícolas ou urbanos.

 **Reordenar o território (sem acréscimo da área total de Solo Urbano):** No decorrer da elaboração do relatório de avaliação da execução do PDM de 2001, constatou-se a existência de diversas áreas classificadas como espaços urbanizáveis que não se encontram ocupadas e/ou apresentam características pouco adequadas à edificação. Nesta ótica, no âmbito de revisão do PDM efetuou-se a reclassificação desses terrenos em solo rural. Por outro lado, sem pôr em causa os imperativos da legislação em vigor que determinam o regime excecional de reclassificação do solo rural em urbano, no sentido de garantir a consolidação e a colmatação urbana procedeu-se à reclassificação de certas áreas de solo rural em solo urbanizável, obedecendo sempre a critérios muito específicos. Desta forma, procura-se reordenar de forma sustentável o território visando alcançar o “saldo zero”, ou seja, reestruturá-lo sem acréscimo da área total de solo urbano atual. Saliente-se que, face à grande quantidade de solo urbano do PDM de 2001 e tendo em conta as expectativas de crescimento no horizonte do presente plano (atestado pelos estudos demográficos, económicos, sociais...), o “saldo zero” representa o limiar máximo, sendo que o ideal será obter uma diminuição do solo urbano face ao PDM atual.

 **Garantir a adequada programação da Ocupação Urbana:** As intervenções urbanas devem ser cuidadosamente programadas, condicionando-se a expansão urbana de acordo com a estratégia delineada. A recuperação e revitalização dos espaços urbanizados também é relevante num cenário de desenvolvimento urbano bem estruturado, assim como a racionalização das infraestruturas, transportes coletivos ou recolha de resíduos urbanos.

A programação da ocupação urbana deve igualmente ter em consideração a localização de equipamentos e outros empreendimentos passíveis de constituir espaços âncora no território, bem como articular-se com a estrutura ecológica e viária.

Para a consumação da regulação variável é essencial definir prioridades de intervenção, dando primazia a zonas consideradas de maior certeza no planeamento.

No sentido de estabelecer prioridades, a hierarquização da execução de UOPG's e Unidades de Execução, assume um papel preponderante na implementação do modelo territorial pretendido. Neste sentido, impõe-se reprogramar as UOPG's, eliminando algumas que não se encaixam nas novas diretrizes estratégicas, reclassificando as restantes (de solo rural para solo urbano) e, eventualmente, propondo novas áreas. Por outro lado, verifica-se que os limites das UOPG's definidas no PDMB de 2001, se restringem, na maioria dos casos, à área condicionada pela RAN, REN, etc. Considera-se importante redefinir esses limites com base em critérios de coerência de intervenção global (ao nível do edificado, do sistema viário, das cedências ao domínio público para espaços verdes e de equipamento, etc.), abarcando uma área mais extensa do que a prevista, no sentido de não colocar em causa a adequada implementação destas UOPG's.

Desta forma, procura-se alcançar uma programação urbana sustentável, conjugando uma urbanização bem programada com a proteção dos recursos naturais.

 **Proteger e valorizar a Estrutura Ecológica Municipal:** A EEM pressupõe a delimitação de áreas que, pelas suas características intrínsecas, constituem um suporte físico de processos ecológicos, sendo fundamentais para a sustentabilidade do território e da população.

É crucial que se proceda a um investimento contínuo e devidamente programado nestas áreas, potenciando as características que justificaram a sua inclusão na EEM, correlacionando os diversos espaços naturais e disponibilizando à população uma rede de espaços de recreio e lazer em ambiente natural.

No Município de Braga, o desenvolvimento da EEM passa primeiramente pela definição daqueles que constituem os valores base da paisagem concelhia, elementos que estão na sua génese e que foram moldando a sua identidade ao longo dos anos. Torna-se essencial identificar unidades de paisagem relevantes e representativas do concelho.

 **Conter a Dispersão:** Pretende-se a promoção de um desenvolvimento urbano compacto, reforçando a centralidade urbana e promovendo a contenção da dispersão territorial e os custos a ela inerentes.

Os perímetros urbanos deverão ser redefinidos em função da sua taxa de ocupação, bem como da rentabilização das principais vias (numa profundidade máxima de cerca de 40m ao eixo do arruamento,

inibindo a criação de novos arruamentos paralelos aos existentes) e promovendo o reforço do núcleo central.

Em terrenos que apresentam condições naturais, topográficas, hidrográficas, morfotipológicas, etc. adversas à edificação, poderá recorrer-se à redução dos índices urbanísticos e definição de parâmetros urbanísticos complementares ou mesmo eliminação dos perímetros urbanos existentes.

🚧 **Reforçar a Identidade dos Núcleos Urbanos Periféricos:** No âmbito do reforço da identidade dos núcleos urbanos periféricos devem ser identificados os elementos relevantes e estruturantes para a afirmação da identidade do núcleo, atendendo às suas potencialidades.

Os perímetros urbanos periféricos à cidade deverão ser enquadrados em unidades territoriais, garantindo o reforço da sua identidade e a contenção da dispersão.

A requalificação e programação de espaços públicos existentes e/ou propostos, assim como a definição da estrutura ecológica e integração da rede viária e de equipamentos, assumem papéis preponderantes na concretização do referido objetivo.

🚧 **Proteger e valorizar o Sistema de Vistas:** A definição de um sistema de vistas implica a identificação de pontos de referência na paisagem do concelho, tal como de unidades paisagísticas relevantes que devem ser preservadas e valorizadas. Além disso, é importante o reconhecimento de áreas sensíveis do ponto de vista cultural, ambiental e paisagístico, restringindo a ocupação e expansão urbana suscetível de provocar impactos negativos e conduzindo as expansões urbanas através de regras de atuação.

Em Braga, a Igreja é um fator de unidade territorial e um elemento marcante e constante na memória coletiva e na paisagem. São, de facto, os santuários que dominam e enquadram a cidade e em qualquer ponto da mesma é possível ter a presença das Igrejas.

Neste sentido, parece pertinente conduzir as novas expansões, no sentido de não se perder este e outros fatores (tais como monumentos, unidades de paisagem, linhas de água, elementos orográficos, etc.) contributivos para a Identidade territorial.

🚧 **Promover uma Mobilidade Sustentável:** O meio de transporte de eleição no concelho é o transporte individual. Pretendem-se criar opções alternativas na área dos transportes que consigam competir de forma relevante com o transporte individual.

Para tal, pressupõe-se a criação de medidas de racionalização da rede de transportes, bem como a criação de transportes alternativos, incluindo a criação e racionalização de faixas BUS, criação de redes cicláveis, etc.

✚ **Consolidar a Rede de Equipamentos:** Pretende-se a reestruturação da rede de equipamentos existente no concelho, relacionando os equipamentos com a população, hierarquizando-os e articulando-os com a rede viária e de transportes e definindo a sua cobertura geográfica. Esta análise irá possibilitar a definição de carências e excessos existentes, adotando-se sequencialmente medidas de intervenção sustentáveis que permitam colmatar essas situações.

O domínio estratégico **“Braga, um concelho que queremos visitar”** engloba os seguintes objetivos específicos:

✚ **Fomentar o Investimento Turístico nas diversas vertentes:** Pretende-se identificar áreas com vocação turística, bem como fomentar o turismo em espaços rurais abandonados/desaproveitados que apresentem potencial para turismo rural. Simultaneamente é prioritária a intervenção em espaços âncora do concelho, como o triângulo turístico constituído pelos santuários do Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra e Sé, as praias fluviais e o centro histórico.

✚ **Renovar metas de crescimento turístico visando o turismo global:** De acordo com a legislação em vigor, o Plano Estratégico Nacional para o Turismo e parceiros do setor, foi feita uma reflexão sobre os desafios que Braga enfrenta nesta era do Turismo Global, procurando otimizar o território e os seus recursos, reforçando a trajetória de crescimento turístico no concelho de Braga, de modo sustentado e competitivo.

O Turismo é um pilar na evolução da economia que precisa renovar as metas do seu crescimento para assegurar e maximizar a sua contribuição para o bem-estar social, liderando a nova era do turismo global, marcada pela mudança tecnológica, a responsabilidade do meio ambiente e as novas demandas turísticas.

Pretende-se criar as condições necessárias (comunicação, equipamentos, infraestruturas) que permitam potenciar a escala do concelho. Pretende-se que Braga se torne um concelho charneira no contexto do Norte de Portugal, mas sobretudo da euro-região Galiza-Norte de Portugal, para se apresentar efetivamente como um destino turístico *per si*, com escala e identidade própria, devidamente posicionada no mercado, com capacidade de competir em novos segmentos de mercado internacionais.

✚ **Fomentar o turismo como fator de desenvolvimento económico:** Dotar os profissionais da área turística de níveis de formação, especialização e qualificação adequados ao desenvolvimento do setor é fundamental para posicionar Braga como destino de Qualidade e Expert na arte de bem receber. Estas características irão permitir a diferenciação positiva do concelho no mercado turístico, com competência e escala competitiva relativamente a outros destinos concorrentes.

A inovação em Turismo materializa-se em processos de criação e melhoria dos produtos e experiências que se oferecem, envolvendo a colaboração essencial dos parceiros privados: gerar e incorporar o conhecimento na atividade turística, aproximar os centros de investigação e conhecer as preocupações do setor.

Partindo destes pressupostos, pretende-se apostar na dinamização e divulgação de todos os excelentes atrativos turísticos do concelho, como fonte de geração de riqueza e de indução de projetos de negócio relacionados com o turismo.

✚ **Incorporar estratégias de preservação e valorização do património:** Pretende-se construir as bases de um modelo turístico que potencie o equilíbrio entre residentes e visitantes, preservando os modelos de identidade e de convivência na cidade, bem como estabelecer as participações a levar a cabo pelos diferentes agentes públicos e privados por forma a garantir a sustentabilidade e continuidade de maior procura turística.

Propõe-se a incorporação de políticas e estratégias de preservação e valorização do património cultural e natural no processo de planificação cultural e turística, prestando atenção ao património imaterial e que permitam a criação, desenvolvimento e implementação de novos produtos, serviços e atividades turísticas que facilitem uma utilização respeitadora do património cultural, natural e imaterial, transformando a cidade num destino urbano de qualidade que se traduz nos seguintes itens:

- Conservação do património Cultural;
- Desenvolvimento económico;
- Conservação Ambiental;
- Gestão e Controle dos produtos turísticos;
- Segurança do Visitante;
- Satisfação dos Clientes/Turistas;
- Informação ao consumidor.

✚ **Valorizar as Unidades de Paisagem:** Esta revisão ao PDM privilegia a proteção e preservação do ambiente e das características mais genuínas do nosso território.

Conhecer as características próprias de cada Unidade de Paisagem é fundamental na fase de análise prévia, em qualquer processo de dinamização e desenvolvimento territorial que se pretenda sustentável e sustentado, com qualidade e inovador. Nesse sentido, a valorização das Unidades de Paisagem é muito importante, não só por uma questão de organização do território e de perceção das suas características singulares, mas também pelo seu papel na promoção da qualidade e sustentabilidade ambiental do concelho.

Num segundo momento, a identificação de áreas com potencial acrescido para a atração turística poderá constituir uma excelente ferramenta de auxílio aos agentes económicos, na seleção de oportunidades de investimento, tendo o Município a oportunidade de atuar proactivamente como catalisador na captação de investimento turístico para o concelho.

✚ **Implementar um plano de comunicação concelho:** Integrado no Plano de Comunicação do Município e partindo da imagem institucional central, este domínio estratégico implementará uma marca turística que assegurará a coerência, identidade e diferenciação no posicionamento e promoção dos territórios, produtos e serviços a oferecer a quantos visitam o concelho.

Conhecendo ao pormenor o território, a marca turística a definir irá atuar nas diferentes tipologias, nomeadamente algumas que constam no Plano Estratégico Nacional do Turismo: Turismo de Natureza, Turismo de Saúde e Bem-Estar, Gastronomia e Vinhos, Turismo de Negócios, City-Break, Touring Cultural e Paisagístico e nas tipologias já consolidadas: turismo religioso, patrimonial, automobilístico e etnográfico.

✚ **Definir um modelo de cooperação em rede com os destinos mais próximos:** Na prossecução de um concelho aberto, ativo e sem fronteiras será reforçada a presença e iniciativa junto dos vários organismos regionais, com destaque para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, o Quadrilátero Urbano, a Comunidade Intermunicipal do Cávado, a Associação do Eixo Atlântico e a Entidade de Turismo Porto e Norte de Portugal. Pretende-se dinamizar a promoção de produtos diversos, similares ou outros que enriqueçam a oferta do concelho de Braga.

✚ **Otimizar a mobilidade turística:** Pretende-se garantir a comodidade, mobilidade e segurança de visitantes e turistas. Serão desenvolvidas ações, parcerias e protocolos com os principais operadores de transporte, de modo a assegurar as experiências turísticas que se pretendem desenvolver ou ter o papel de facilitador, parceiro ativo e colaborante junto dos agentes económicos que pretendam operar nesta área estratégica.

O domínio estratégico “**Braga, um território para investir**” engloba os seguintes objetivos específicos:

✚ **Potenciar a Atração de Empresas no Concelho:** O PNPO determina o setor industrial como uma mais-valia para o crescimento do PIB, sendo crucial potenciar a atração de empresas no concelho. Este objetivo pode ser alcançado através da implementação de medidas específicas, que passam por incentivos via regulamentar e/ou intervenções diretas no território, disponibilizando para o efeito terrenos com localização de excelência em termos de acessibilidades.

As áreas empresariais existentes devem ser potencializadas, podendo ser alvo de revitalização a vários níveis, nomeadamente acessibilidades, edificado, etc.

✚ **Dotar o Concelho de uma nova área de localização empresarial:** No âmbito da importância do setor empresarial para uma dinâmica económica positiva, pretende-se dotar o concelho de uma nova área de localização empresarial com elevado potencial.

Atualmente, o concelho tem vindo a ser solicitado para a implantação de áreas de dimensão relevante. No entanto, verifica-se uma carência de áreas para este efeito, visto que as existentes não ocupadas se encontram disseminadas pelo território e/ou não apresentam dimensão suficiente.

Assim, é necessário a definição de uma área de localização estratégica para atividade empresarial, com dimensão relevante e articulada com as áreas já existentes, empresas TIC patentes no concelho e com a Universidade.

✚ **Modernizar as áreas Industriais Existentes:** Na ótica da importância das áreas industriais, as já existentes devem ser otimizadas, podendo ser alvo de intervenção a diversos níveis, nomeadamente racionalização de estacionamento, da estrutura viária, etc.

✚ **Estimular a Relocalização de Empresas no Espaço Industrial:** Aposta na reordenação e qualificação dos espaços industriais existentes, incentivando a relocalização de unidades isoladas. Esta

medida pressupõe medidas dissuasoras de ampliações e remodelações relevantes ou mudança de ramo das indústrias inseridas em aglomerados urbano.

🚦 **Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M., C.M.B., Associações Empresariais, Escolas de Formação Profissional, Instituto Ibérico de Nanotecnologia, Empresas T.I.C:** Atendendo à crescente competitividade e visando o desenvolvimento económico, as empresas devem apostar na inovação, internacionalização e cooperação através de projetos em rede. Ao nível do PDMB, é crucial a programação de espaços físicos onde estas entidades possam coexistir. Emerge, de igual modo, a necessidade de integração com o planeamento municipal, dos projetos preconizados no âmbito do Quadrilátero. A articulação da CMB com o Quadrilátero Urbano e com a CIM Cávado representa uma mais-valia para o desenvolvimento territorial em causa.

🚦 **Aproximar o Tecido Empresarial do Aeroporto Sá Carneiro e Porto de Leixões:** Criação de uma área logística próxima de Celeirós, privilegiando a proximidade ao Porto de Leixões, ao Porto de Viana e ao Aeroporto Sá Carneiro. Pretende-se articular as preexistências, integrando-as e valorizando-as no sentido de potenciar eventuais sinergias se podem estabelecer entre as atividades económicas. Este fator é crucial para uma gestão económica mais eficaz, permitindo otimizar a racionalização da prestação de serviços das indústrias e empresas e tornar a sua atividade mais rentável.

O domínio estratégico "**Braga, rumo à centralidade Ibérica**" engloba os seguintes objetivos específicos:

🚦 **Reforçar o papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Pólis XXI):** As transformações ocorridas na economia, sociedade e planeamento tornaram possível a promoção de uma rede de cidades complementares, legitimando a criação de um quadrilátero urbano composto por Braga-Guimarães-Famalicão-Barcelos. As condicionantes físicas destes territórios deixaram de constituir uma barreira ao desenvolvimento concertado, pelo que se agregam agora através da Associação de Municípios de fins específicos e de um conjunto de projetos e políticas urbanas.

É crucial articular o planeamento municipal com os projetos subjacentes a esta rede de cidades.

🚦 **Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supramunicipal:** Na ótica das novas exigências de globalização e da complexidade associada ao modo como o território se relaciona e desenvolve, emerge a necessidade de políticas urbanas relativas ao abastecimento urbano e à logística. Esta matéria está diretamente relacionada com a mobilidade e qualidade de vida urbana, que quando bem organizada pode evitar determinados constrangimentos no espaço público.

No transporte de mercadorias, no que concerne à Região Norte, verifica-se a prevalência do modo rodoviário. Deste modo, a localização estratégica para que esta atividade logística cumpra a premissa de se apresentar competitiva à escala regional, deverá congratular a localização com maior incidência e integração viária à Escala Macro, não descurando a interface com a rede ferroviária.

A logística, pelo papel que assume na organização territorial e económica de uma região, terá que se desenvolver de uma forma planeada e integrada. Deverá pressupor uma organização com objetivos estratégicos bem definidos.

 **Reforçar o papel da Cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional:**

Braga apresenta um elevado potencial no âmbito das tecnologias de informação, verificando-se a existência de empresas que desenvolvem e difundem tecnologias de informação e conhecimento, desempenhando um papel de extrema relevância no apoio a empresas dos diversos setores económicos. É crucial incentivar este setor, pela importância económica que lhe está inerente e pela projeção como elemento de marketing urbano.

Nesta ótica, é necessário apostar na criação de parques qualitativos que se destaquem pelo aproveitamento desta mais-valia, incorporando o conhecimento associado às empresas.

 **Reforçar a Vertente Histórica, Cultural e Turística:**

A criação de incentivos que reforcem a vertente histórica, cultural e turística no quadrilátero e no concelho assume um papel de elevada importância. Neste âmbito, torna-se crucial a elaboração de uma carta de espaços com vocação histórica, cultural e turística, valorizando o potencial existente.

É também relevante a criação de medidas que dinamizem o espaço público para o desenvolvimento de atividades culturais, como o Parque Urbano a uma escala supramunicipal.

3.4| RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS – 1ª FASE DA AVALIAÇÃO

Conforme referido na metodologia, a definição dos *Fatores Críticos para a Decisão* (FCD) derivou de uma análise integrada do *Quadro de Referência Estratégico* (QRE), *Questões Estratégicas* (QE) e *Fatores Ambientais* (FA).



Figura 10: Relação de interligação na identificação dos fatores críticos para a decisão

Fonte: Adaptado do “Guia de Boas Práticas para AAE ”; Partidário, Mº do Rosários; APA; Lisboa 2007

O *Quadro de Referência Estratégico* (QRE) é constituído por outros planos e programas cuja estratégia é pertinente para a avaliação das diretrizes de desenvolvimento propostas na revisão do PDMB. Após

análise simultânea do território e das problemáticas do concelho, que se constituíram nos principais e mais importantes objetivos da revisão, procedeu-se à seleção dos Planos e Programas aos quais o PDMB deve estar subjacente, tendo em vista a melhoria de questões relativas ao ambiente e realidade socioeconómica.

Desta forma constituiu-se o seguinte QRE:

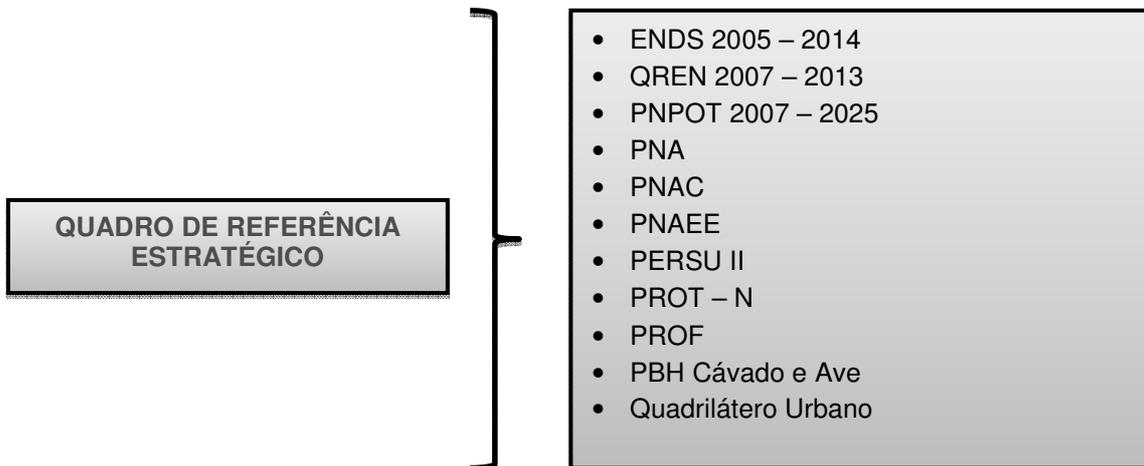


Figura 11: Quadro de referência estratégico adotado como orientação no processo de revisão

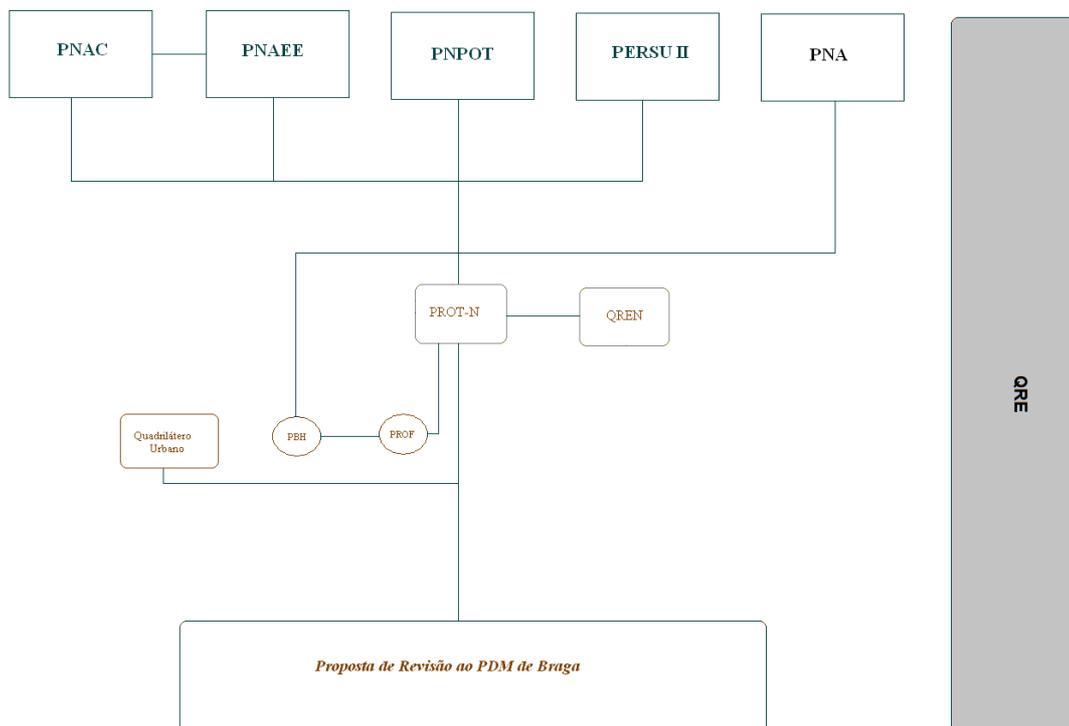


Figura 12: Articulação entre os Principais instrumentos de Política e Ordenamento utilizados que constituem o QRE
 Fonte: Fonte: Adaptado do “Guia de Boas Práticas para AAE”; Partidário, Mº do Rosários; APA; Lisboa 2007

As *Questões Estratégicas* (QE) dizem respeito aos domínios estratégicos e objetivos específicos definidos no âmbito da Revisão do PDMB.

O procedimento adotado para a definição das questões estratégicas da revisão do PDMB constou num exaustivo estudo em busca de problemas levantados após a implementação da proposta final da revisão do PDMB. Todos os objetivos específicos foram analisados independentemente numa fase inicial, e em conjunto numa fase posterior, numa tentativa de encontrar problemas derivados da sua aplicação individual ou coletiva. De todos os objetivos gerais e específicos acima indicados, foram escolhidos como objeto de avaliação aqueles que apresentavam maior relevância e impacte ao nível do ambiente, da sociedade e da economia do concelho. Foi ainda tido em consideração a correspondência destes com os objetivos dos instrumentos de planeamento utilizados no desenvolvimento da ENDS, o que também condicionou a sua seleção. Após a seleção dos objetivos específicos finais, estes formaram as questões estratégicas a analisar no desenvolvimento do presente relatório. As questões estratégicas são portanto, os objetivos específicos dos quatro Domínios Estratégicos que revelam a necessidade de uma avaliação e acompanhamento ao longo do processo de revisão.

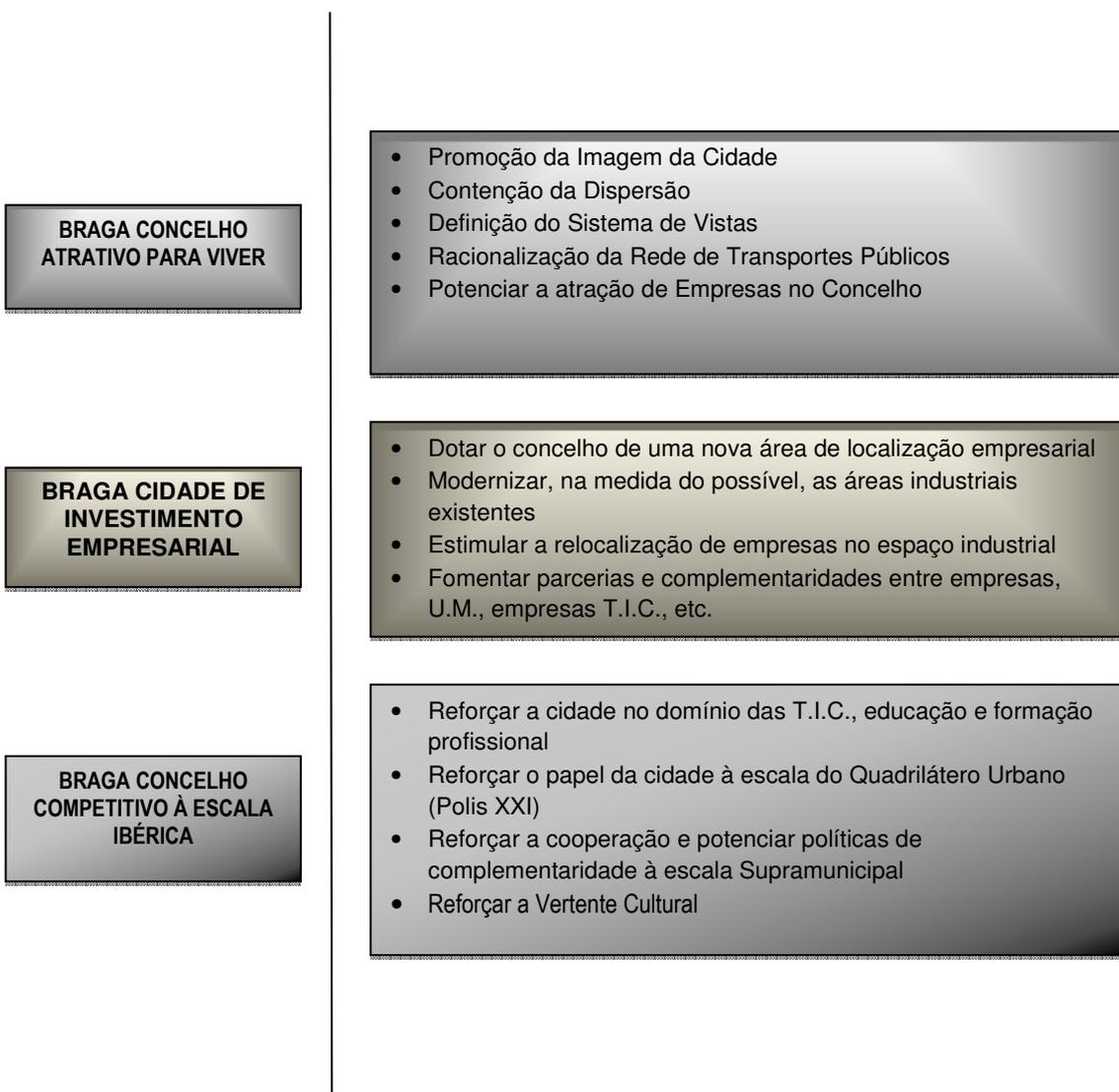


Figura 13: Questões Estratégicas da Revisão do PDMB (extraído do Relatório de Fatores Críticos)

Seguidamente confirmou-se a interligação entre os objetivos dos vários planos e programas selecionados com as questões estratégicas definidas. Este procedimento procurou garantir que no processo de revisão do PDMB, são tidas em consideração todas as questões legais, de carácter ambiental, social e cultural. Desta forma criou-se uma matriz onde se cruzaram os objetivos do PDMB e dos planos e programas que constituem o QRE e se verificaram as interligações, caracterizadas como fracas, medias ou fortes.

Pode-se concluir que existem várias ligações convergentes entre as questões estratégicas, objetivos da revisão do PDMB, e os objetivos dos Planos e Programas inseridos na ENDS. Esta análise permite ter em conta quais os aspetos, temas e políticas de desenvolvimento sustentável que devem suportar a base da AAE.

Os *Fatores Ambientais* (FA) considerados estão de acordo com o disposto na alínea e) do nº1 do art.º 6º do Decreto-Lei 232/2007 de 15 de Junho, que refere que no procedimento de AAE têm que ser identificados os efeitos significativos no ambiente, decorrentes da aplicação do Plano. Devem ser devidamente analisados, os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, permanentes, temporários, positivos e negativos considerando as seguintes temáticas:

- Biodiversidade
- População
- Saúde humana
- Fauna
- Flora
- Solo
- Água
- Atmosfera
- Fatores climáticos
- Bens materiais
- Património cultural
- Paisagem

A metodologia utilizada nesta fase foi determinante para a escolha dos FCD. Numa primeira fase, reuniram-se os membros da equipa e individualmente cada um cruzou numa tabela os objetivos do PDMB (definidos como sendo as QE) com os FA definidos no Decreto-Lei 232/2007 de 15 Junho, para se analisar a relação de convergência entre estes. De seguida, foi analisada individualmente cada tabela e pelo maior número de correspondências selecionaram-se os FA mais relevantes a ter em consideração na AAE. De seguida agruparam-se estes FA em áreas temáticas para que juntamente com o QRE se constituíssem os FCD.

Da análise da respetiva tabela escolheram-se como objeto de estudo para as fases seguintes da AAE os fatores ambientais: população, solo e paisagem e saúde humana pelo maior número de interligações verificadas em todas as tabelas. Os fatores ambientais “Fatores Climáticos” e “Água” vão ser também objeto de estudo pela sua importância no bom funcionamento de um ecossistema.

Os *Fatores Críticos para a Decisão* permitem estruturar a análise e a avaliação de oportunidades e riscos durante a elaboração da AAE do PDMB, que correspondem aos impactos positivos ou negativos de natureza estratégica.

Na medida em que os fatores críticos são definidos como as dimensões de análise que irão estruturar a avaliação a ser desenvolvida, é necessário que envolvam os principais temas das questões estratégicas e os FA, visto que traduzem as principais dimensões do modelo de desenvolvimento sustentável nacional no âmbito da revisão do PDMB.

Tendo em atenção as interligações entre os objetivos do PDMB, os objetivos dos vários instrumentos identificados e os FA acima descritos, foram então selecionadas áreas estratégicas de convergência para o desenvolvimento sustentável e para o ambiente que constituem assim, os seguintes FCD da revisão do PDMB¹⁷:

Governança – Definiu-se este FCD, para evidenciar o contributo do PDMB na conquista de uma melhor governança de acordo com os cinco princípios do Livro Branco da UE sobre Governança Europeia: abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência.

De acordo com estes princípios, a busca de uma boa governança passa pela transparência entre as entidades e os cidadãos. A disponibilização da informação (através de workshop, debates ou campanhas) para consulta e discussão induz nos cidadãos uma maior confiança, porque a sua opinião é também parte integrante da tomada de decisão. Isto pode ser alcançado através dos meios já previstos na legislação em vigor (períodos de discussão pública), assim como promovendo conferências e permitindo a participação no site da Câmara, que funcionaria como plataforma interativa de informação e debate, entre outros meios.

Esta temática foi também considerada como fator crítico pela influência que uma boa Governança pode desempenhar na concretização dos objetivos do Quadrilátero, no reforço de cooperação entre a Câmara Municipal, Empresas e Universidade do Minho, etc.

A governança, ao nível dos municípios deverá garantir os direitos dos cidadãos e a clareza e coerência durante os processos e na tomada de decisões.

Ordenamento do Território – Demonstrando o contributo do PDMB para um melhor ordenamento do território, elemento importante para a identidade local. Considera-se um FCD para garantir que o PDMB

¹⁷ Consultar Relatório de Fatores Críticos para a Decisão, CMB, Setembro de 2011

seja um instrumento de gestão da interação homem/ território, de planeamento das ocupações, valorização das infraestruturas existentes e preservação do solo como recurso limitado.

Desenvolvimento Sócio – Económico – Pela importância e visão prospetiva da evolução dos usos e das necessidades da população, de forma a fomentar o emprego e contribuir para um aumento do PIB a nível concelhio.

Paisagem e Património Cultural – Para que o PDMB seja também um instrumento de proteção, preservação e valorização da paisagem e património cultural.

Recursos Naturais – Para evidenciar a influência do PDMB ao nível da biodiversidade, impactes da alteração da Reserva Ecológica Nacional, desafetações da Reserva Agrícola Nacional, e a fragmentação de habitats;

Um dos principais problemas de conservação da natureza é precisamente a fragmentação de habitats, que leva à destruição de ecossistemas, perda de biodiversidade, transformação e ocupação do solo. Este tema foi considerado FCD para que a implementação do futuro PDMB venha contrariar esta tendência, seguindo as diretrizes traçadas pela Estratégia Nacional de Conservação de Natureza e Biodiversidade (ENCNB), que visam a continuidade espacial e conectividade entre áreas com interesse conservacionista. Esta continuidade é alcançada através da criação de corredores ecológicos nos espaços rurais e urbanos ao nível do PDMB, designadamente através da EEM.

Ambiente e Lazer – Para garantir o contributo do PDMB na adoção de hábitos de vida saudáveis e aumento da qualidade de vida dos cidadãos com repercussões na saúde.

Os FCD em questão foram determinados recorrendo a três domínios estratégicos definidos no âmbito da revisão do PDM. No entanto, com o evoluir do processo optou-se por criar um novo domínio estratégico que assenta em critérios relacionados com a promoção do turismo, aspeto que já se encontrava imbuído no processo, mas que se decidiu enfatizar constituindo um novo domínio estratégico, designado “Braga, um concelho que queremos visitar”. Ressalve-se que este domínio não interfere nos FCD definidos, pois como já estava integrado nos critérios da revisão (embora de forma mais ligeira), está patente no processo.

De referir ainda que algumas das designações apresentadas no Relatório de Fatores Críticos – 1ª fase da AAE foram alteradas, mantendo-se no entanto todo o estudo subjacente a cada FCD.

4| ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS FCD

No presente capítulo procede-se à avaliação de cada FCD com vista a obter as diretrizes de monitorização e seguimento, bem como avaliar a pertinência da proposta do plano face aos FCD, ponderando-se cenários alternativos.

Após a aprovação do relatório dos FCD (1ª fase do processo de AAE, Definição do âmbito) ocorreram várias alterações externas ao planeamento, nomeadamente a alteração do contexto económico atual.

Assim, foi necessário efetuar diversos ajustes quanto às questões estratégicas e quanto aos critérios e indicadores definidos no processo de avaliação dos FCD.

A metodologia adotada nesta fase, em que se procede à avaliação da preponderância dos diversos fatores críticos no processo de Revisão do PDMB, iniciou-se com a definição dos objetivos de sustentabilidade e respetivos indicadores de processo para cada um. Posteriormente procedeu-se à descrição dos critérios e objetivos definidos, seguindo-se uma análise SWOT estática, onde se abordaram as questões fundamentais verificadas no território no que concerne a cada fator crítico. Esta análise permitiu identificar as forças e fraquezas existentes, permitindo reconhecer oportunidades e ameaças. Pretende-se realçar as oportunidades, bem como minimizar as ameaças, aumentando desta forma o potencial da proposta de revisão do PDMB.

Efetuuou-se depois uma avaliação das opções estratégicas, realizando-se ainda uma análise de tendências com e sem implementação do plano, a qual permitiu aferir o grau de interação do FCD com o PDMB.

Por fim, definiram-se os indicadores de monitorização e seguimento que deverão avaliar o plano nos anos seguintes à sua publicação.

4.1| FCD: GOVERNANÇA

A governança de uma instituição municipal reflete o modo como é exercido o seu poder administrativo, centrando-se na sua capacidade de planeamento, organização e tomada de decisão, entre outros aspetos.

Uma boa governança engloba diversos fatores que permitem um melhor desempenho da instituição, contribuindo para um bom desenvolvimento da região.

4.1.1| DESCRIÇÃO E OBJETIVOS

O quadro seguinte identifica os objetivos de sustentabilidade definidos para a governança, os quais se pretendem alcançar com a implementação do plano, proporcionando uma melhoria do desempenho da instituição.

Quadro 3: Critérios e objetivos de sustentabilidade para o FCD Governança

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade
I - Governança	Abertura/ Transparência	Melhorar a confiança nas instituições; Informação atualizada ao longo das fases do processo
	Participação	Motivar a participação
	Responsabilização	Clareza e responsabilidade das instituições competentes
	Eficácia/Eficiência	Tomada de decisões adequada
		Cumprimento de prazos de entrega e resposta entre instituições
		Integração de uma equipa multidisciplinar no planeamento
	Coordenação intermunicipal	
Coerência	Articulação com outros planos, programas e outros instrumentos de gestão territorial inter e intra concelhios	



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Este FCD visou o conteúdo previsto nos cinco princípios do Livro Branco da UE sobre Governança Europeia: abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência.

No que concerne à abertura e transparência, considerou-se como principal objetivo manter a população informada garantindo a confiança na instituição. Essa valência será alcançada com recurso a mecanismos de participação para além dos impostos pela legislação em vigor.

Quanto à responsabilização, a sua importância advém da necessidade de todos os serviços do município serem mais pró-ativos nas questões do planeamento. Além disso, é preponderante o envolvimento de entidades de diversas áreas, cujo contributo seja relevante para o processo de revisão.

O recurso a novas metodologias e ferramentas de planeamento apoiam na tomada de decisão, tornando-a mais responsável, transparente e eficiente. Neste sentido, a implementação de um SIG na estrutura do município que permita a articulação entre os diversos serviços municipais é um fator crucial para o adequado acompanhamento do processo, para uma boa gestão e para a devida celeridade dos procedimentos técnicos e administrativos.

Acresce que ter este sistema implementado de forma integrada com o planeamento, particularmente com os indicadores que resultam da AAE, garantirá a eficiência da governança nas questões de ordenamento do território.

A abordagem contemporânea ao ordenamento do território tem vindo a tornar-se cada vez mais complexa pela multiplicidade de novos instrumentos de gestão do território, tais como PMDFCI, PME, Mapa de Ruído, entre outros. Para além destes, destaca-se o recurso a várias ferramentas auxiliares, designadamente carta de declives, de exposição solar das vertentes, das morfotipologias, etc. Por conseguinte, é pertinente promover a articulação destes novos instrumentos e ferramentas com o processo de revisão do PDM, conferindo-lhe assim, a devida coerência.

4.1.2| ANÁLISE SWOT

O quadro seguinte apresenta a análise SWOT (estática) para o FCD Governança, que permite avaliar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças existentes no concelho relativamente a este fator crítico.

P O N T O S F O R T E S

AMBIENTE INTERNO

- A CMB é uma entidade com bons antecedentes nesta matéria (envolve os atores-chave do desenvolvimento e a população em geral nos processos de planeamento), prática que advém desde o Plano de Reestruturação do Território de 1981;
- Reuniões com os representantes das Juntas de Freguesia, representantes da Assembleia Municipal, realização de atendimento público e receção de reclamações ou sugestões, no âmbito da Revisão do PDMB;
- Processo simplificado de participação pública (facultando-se aos municípios um formulário com nota explicativa anexa e respetivo apoio do serviços técnicos sempre que necessário).

P O N T O S F R A C O S

- Poucas ações de divulgação do PDMB/planeamento;
- Site ainda não contempla informação atualizada relativamente às ações de planeamento, mais concretamente ao processo de revisão do PDMB;
- Site pouco intuitivo no que concerne à informação da área de planeamento disponível (verificando-se solicitações de alguns municípios no apoio ao seu acesso);
- Pouco envolvimento/ articulação no desenvolvimento dos trabalhos da revisão do PDM entre concelhos contíguos (existente quase exclusivamente ao nível da CA), verificando-se diferentes abordagens metodológicas e conceitos díspares;
- Fraca articulação dos serviços internos;
- Não se tem vindo a dar continuidade à atualização em SIG.

O P O R T U N I D A D E S

AMBIENTE EXTERNO

- Aumento dos contributos dos municípios no orçamento participativo;
- Alterações na legislação que vêm beneficiar uma boa governança (mais transparência, mais participação, etc.):
 - Novos decretos-lei e decretos regulamentares;
 - AAE;
 - Simplex;
 - Mapa de ruído;
 - PDMFCI;
 - REOT.
- Estão previstas várias ações de divulgação de planeamento (workshops);
- Quadrilátero e CIM-Cávado – maior transparência, maior número de atores envolvidos em questões de planeamento e desenvolvimento do território;
- Criação do Balcão único;
- Obrigatoriedade da AAE em determinados PU e PP, aumentando a participação de atores chave nos processos.

A M E A Ç A S

- Crise – pode conduzir a uma redução de atores chave no ordenamento;
- Fraca cultura de participação consciente;
- PROT-N ainda não aprovado;
- Falta de PIOT;
- Dificuldade de conciliar os interesses dos proprietários no âmbito da perequação;
- Burocracia – afasta investidores e credibilidade das instituições.

4.1.3| ANÁLISE DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS

O presente subcapítulo apresenta a abordagem adotada no sentido de concretizar os objetivos de sustentabilidade que consubstanciam os critérios definidos para o fator crítico.

Os indicadores do processo pretendem aferir a situação atual relativa aos objetivos em questão, possibilitando verificar se estes estão a ser atingidos.

Quadro 4: Indicadores do processo para o FCD Governança

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte
I - Governança	Abertura/ Transparência	Melhorar a confiança nas instituições; Informação atualizada das fases do processo	Atualização dos conteúdos do processo de revisão do PDM no site da CMB	S/N	CMB
			Grau de disponibilização da informação existente de forma transparente	%	CMB
			Realização de workshops e exposições	Nº	CMB
	Participação	Motivar a participação	Participações	Nº	CMB
			Debates Públicos com recurso às TIC	Nº	CMB
			Reuniões com as Juntas de Freguesia	S/N	CMB
			Reuniões com outros stakeholders	S/N	CMB
	Responsabilização	Clareza e responsabilidade das instituições competentes	Grau de interação dos agentes envolvidos (CMB/ Serviços CMB/ CA/ outros)	Elevado/Médio/Baixo	CMB
			Técnicos/ formação	Nº	CMB
			Grau de satisfação do atendimento ao público (realização inquéritos)	Elevado/Médio/Baixo	CMB
			Tomada de decisão mais responsável com recurso a metodologias de análise SWOT	S/N	CMB
	Eficácia/Eficiência	Tomada de decisões adequada	Implementação de um SIG que permita uma melhor articulação entre serviços municipais e uma melhor monitorização dos indicadores definidos em sede de AAE	S/N	CMB
			Certificação dos serviços	S/N	CMB
			Atualização em SIG de todas as entradas de processos/ aprovação e licenciamento	S/N	CMB
			Adoção de medidas para avaliar a qualidade arquitetónica das operações urbanísticas e de loteamento.	S/N	CMB
		Cumprimento de prazos de entrega e resposta entre instituições	Processos/ entregas dentro do prazo	Nº	CMB
			Pareceres recebidos dentro do prazo	Nº	CMB
		Integração de uma equipa multidisciplinar no planeamento	Existência de uma equipa multidisciplinar para elaboração e monitorização de PDM/ PP/REOT e PU.	S/N	CMB
Coordenação intermunicipal	Reuniões entre municípios	Nº	CMB		
Coerência	Articulação com outros planos, programas e outros instrumentos de gestão territorial inter e intra concelhios	Interações entre a proposta de PDM e Mapa de Ruído, AAE, PMDFCI, PME, entre outros	Nº	CMB	
		Integração do QRE da AAE no processo de planeamento	S/N	CMB	

O fator crítico governança assume um papel fulcral no processo de revisão do PDMB pelo envolvimento entre decisores, agentes económicos e munícipes. Nestes processos é decisiva a adequada coordenação entre a administração e a equipa técnica, para garantir a consolidação e concretização do modelo preconizado para o território.

Além disso, face às alterações na legislação aplicável aos planos e às novas diretrizes defendidas no ordenamento do território, a CMB/Divisão de Planeamento assumiu um papel “pedagógico” no sentido de esclarecer estas mudanças e envolver a população no mesmo desígnio.

No sentido de promover uma maior abertura e transparência e com a finalidade de garantir uma melhoria na confiança na instituição, é essencial tornar a página do município mais acessível e intuitiva ao utilizador, além de realizar workshops e sessões de esclarecimento a técnicos (internos e externos), empresários e população em geral, no sentido de motivar uma participação inclusiva. Nesta ótica, foram adotadas diversas iniciativas, procurando alcançar o objetivo de disponibilização de informação e incentivo à participação. Destacam-se:

- Período de participação preventiva, que decorreu oficialmente de 17 de Junho a 17 de Julho de 2008, sendo que o prazo para as Juntas de Freguesia se prolongou até 14 de Agosto e para os particulares decorreu e decorrerá durante todo o processo de revisão (quer através de requerimento, e-mail ou atendimento público disponível semanalmente). Nesta fase, os munícipes e as Juntas de Freguesia formularam questões e pedidos de esclarecimento à autarquia, solicitando na sua maioria alterações de classificação do solo. Para este efeito, no que respeita aos particulares, a CMB forneceu um requerimento tipo onde o requerente descrevia a sua pretensão. Relativamente às Juntas de Freguesia, foi enviado pela CMB um documento composto por diversas orientações que permitiram às juntas formular um resumo das propostas e correções consideradas relevantes para cada freguesia. Os dados foram posteriormente sistematizados através de software próprio para posterior análise das propostas;
- Reuniões individuais com os representantes das Juntas de Freguesia, que decorreram entre Outubro de 2011 e Fevereiro de 2012. Estas reuniões visaram a análise da planta de ordenamento proposta no âmbito da revisão do PDMB, bem como a ponderação das propostas efetuadas pelos presidentes das Juntas de Freguesia no âmbito da participação preventiva, além do esclarecimento de qualquer dúvida considerada pertinente;
- Reunião de esclarecimento e apresentação do processo de revisão do PDMB aos representantes da Assembleia Municipal, em Abril de 2012;
- Reuniões semanais com os serviços técnicos da Câmara com o intuito de alcançar um consenso na elaboração do Regulamento do PDMB, entre Abril e Agosto de 2013;
- Realização de duas sessões públicas de esclarecimento, uma direcionada aos presidentes de junta (em 18 de Dezembro de 2013) e outra dirigida ao público em geral (exposição e sessão pública da revisão do PDMB, a 18 de Janeiro de 2014), para que todos tomassem conhecimento do processo de revisão, dos estudos elaborados e da proposta realizada até à data;

- Tendo em conta a reorganização administrativa do território efetuaram-se também novas reuniões individuais com os presidentes de Freguesias/Uniões de Freguesias, entre Janeiro e Abril de 2014;
- Criação do Projeto “Nós Propomos”, onde foram auscultadas as opiniões de cerca de 120 jovens estudantes sobre as matérias desenvolvidas na revisão do plano;
- Publicação no site da CMB das apresentações elaboradas para a exposição e sessão pública da revisão do PDMB, referentes ao enquadramento do processo, caracterização e diagnóstico, proposta de ordenamento e avaliação ambiental estratégica. Posteriormente serão disponibilizados os relatórios integrais destas temáticas. O site permite ainda a participação on-line de todos os interessados, disponibilizando um formulário e uma conta de e-mail para onde as sugestões podem ser encaminhadas.

Ressalve-se ainda que, ao longo do processo de revisão, a DPU tem vindo a solicitar o apoio dos diversos serviços da CMB, consoante a necessidade verificada nas matérias abordadas. Além disso, mantém-se sempre disponível para esclarecer dúvidas e ponderar sobre os contributos sugeridos pelos municípios e agentes económicos.

A inter-relação com os técnicos de planeamento dos concelhos contíguos é de suma importância, quer para a melhor articulação do zonamento quer para a garantia de coerência da Planta de Enquadramento Regional. Para esse efeito, tem-se vindo a contactar os respetivos técnicos, no sentido de fornecerem os elementos necessários e atualizados. Por outro lado, a participação da CMB nas CA dos PDM dos concelhos contíguos tem-se verificado benéfica no sentido de alcançar a dita congruência na continuidade dos IGT. O estudo de enquadramento regional elaborado reflete as relações de proximidade com os concelhos contíguos, bem como com outros territórios mais longínquos que se revelam pertinentes no quadro da competitividade urbana do concelho. Esta planta e respetivo estudo (traduzido no relatório de enquadramento regional) demonstram a relevância da análise dos elementos estruturantes do território alargado, que servirá de enquadramento para a tomada de decisão em diversas matérias ao nível do planeamento. Saliente-se que o Relatório da Avaliação da Execução do PDMB, entregue aquando da 1ª e 4ª reuniões plenárias da Comissão de Acompanhamento da respetiva revisão, em Maio de 2011, abordou o enquadramento regional na sua vertente geográfica, demográfica, económica, edificada, equipamentos, etc. O conteúdo dessa informação deverá ser considerado complementar do relatório de enquadramento regional posteriormente desenvolvido.

O estudo de enquadramento regional tem como objetivo conciliar as plantas de enquadramento dos restantes concelhos compaginando, se possível, a mesma visão do território alargado. Note-se também a importância de promover a homogeneidade entre concelhos, evitando uma disparidade de conceitos em situações de fronteira administrativa. No que se refere a esta matéria, verifica-se que apesar da legislação em vigor, do PNPOT e dos estudos do PROT-N serem conducentes para os mesmos objetivos, estes instrumentos não garantem a uniformidade dos critérios entre concelhos. Considera-se que a CCDR-N terá aqui um papel fundamental para precaver a discrepância da aplicação dos conceitos nos diversos concelhos (como por exemplo ao nível da definição de centralidades, espaços residenciais e respetivas densidades, espaços de baixa densidade, aglomerados rurais, áreas de edificação dispersa, entre

outros), evitando, assim, uma disparidade de conceitos em situações de fronteira administrativa e promovendo a homogeneidade entre concelhos.

As reuniões de trabalho do Quadrilátero, que envolvem técnicos da área do planeamento ou transversais dos quatro concelhos (Braga, Barcelos, Guimarães e Famalicão), têm-se revelado bastante positivas na articulação entre os municípios e na troca de informações. Serão vertidas as principais diretrizes dos diversos eixos definidos por esta associação de municípios de fins específicos, nomeadamente no que respeita à planta da rede viária funcional.

Verificou-se também um empenho da equipa técnica em realizar reuniões setoriais com os técnicos da CA, no sentido de garantir um produto final mais assertivo. Neste sentido, cooperou também a avaliação efetuada com recurso a metodologias de análise SWOT. É de salientar que durante todo o processo se articulou a proposta de revisão do plano com outros instrumentos de gestão municipal, nomeadamente o Mapa de Ruído, PMDFCI, PME, entre outros. Do seu cruzamento resultaram algumas incongruências que foram devidamente ponderadas para que todo o processo fosse coerente.

No decurso do ano de 2012, no âmbito da avaliação da qualidade na CMB, foram realizados inquéritos de avaliação da satisfação de serviço. Prevê-se dar continuidade a estes inquéritos adaptando-os, no entanto, a questões mais pertinentes e direcionadas para os objetivos traçados para a AAE do PDMB.

Outro aspeto que se pretende fomentar é a aposta numa equipa técnica multidisciplinar devidamente formada e atualizada, pelo que é fundamental proporcionar ações de formação aos técnicos para que estes contribuam de forma mais eficaz e eficiente no desenvolvimento dos trabalhos.

Na fase de revisão do PDMB constatou-se a necessidade da implementação de um SIG que permitisse a obtenção de informação mais simplificada, célere e direcionada para os objetivos deste processo. Para as seguintes fases do processo de AAE, essencialmente ao nível da monitorização, é premente o funcionamento eficaz e eficiente deste sistema, tanto na estrutura do município como nos serviços municipalizados.

4.1.4| EVOLUÇÃO DE TENDÊNCIAS COM E SEM IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

Tendo em conta os critérios e objetivos de sustentabilidade definidos, elaborou-se o quadro seguinte, que se pretende indicativo da evolução do FCD Governança com e sem a implementação da revisão do PDMB.

Quadro 5: Evolução de tendências com e sem implementação do plano para o FCD Governança

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Sem Plano	Com Plano
I - Governança	Abertura/ Transparência	Melhorar a confiança nas instituições; Informação atualizada das fases do processo	↔	↑↑
	Participação	Motivar a participação	↔	↑
	Responsabilização	Clareza e responsabilidade das instituições competentes	↑	↑
	Eficácia e Eficiência	Tomada de decisões adequada	↔	↑
		Cumprimento de prazos de entrega e resposta entre instituições	↔	↔
		Integração de uma equipa multidisciplinar no planeamento	↘	↑↑
		Coordenação intermunicipal	↔	↔
Coerência	Articulação com outros planos, programas e outros instrumentos de gestão territorial inter e intra concelhios	↔	↑↑↑	

↔ Estagnar
↓ Contributo para agravar
↑ Contributo para melhorar
↗ Mantém tendência para melhorar
↘ Mantém tendência para agravar

↑↑ Contributo muito significativo para melhorar
↓↓ Contributo muito significativo para agravar
↑↑↑ Contributo decisivo para melhorar
↓↓↓ Contributo decisivo para agravar
--- Sem aplicação

De seguida, efetua-se uma breve análise às questões que se afiguraram mais preponderantes.

Abertura e Transparência

“Melhorar a confiança na instituição”

Sem a implementação da proposta de revisão do plano, estima-se que não se observaria a tendência para a melhoria da confiança na instituição, prevendo-se até o seu agravamento, por comparação com outros concelhos que vão adotando regras mais claras nas revisões dos PDM's.

Prevê-se, com a implementação do plano, um contributo muito significativo para a concretização deste objetivo de sustentabilidade, visto que a proposta de revisão do PDMB assenta em critérios mais rigorosos e promove uma maior transparência e abertura.

Participação

“Motivar a Participação”

A implementação do plano vai fomentar a participação porque se prevê uma metodologia mais interativa com a população durante e após o processo. Durante a elaboração tem-se motivado a participação dos agentes chave, mantendo-os informados. As ações desenvolvidas neste âmbito extravasam as fases de participação obrigatória. Na fase posterior pretende-se que a participação se mantenha igualmente positiva, designadamente na realização de workshops e exposições, assim como na elaboração de unidades de execução.

Responsabilização

“Clareza e responsabilidade das instituições competentes”

Considera-se que com ou sem a implementação do plano este objetivo apresenta um contributo positivo, visto que as instituições intermunicipais (Quadrilátero e a CIM Cávado, por exemplo) estão a desenvolver ações que garantem o seu envolvimento com os municípios e destes entre si. Por outro lado, a legislação vigente já incentiva o incremento da articulação entre entidades.

Eficácia e eficiência

“Tomada de decisões adequada”

Com a implementação de um SIG que dê resposta às exigências da revisão do PDM, AAE e REOT prevê-se que a tomada de decisões seja mais adequada.

“Integração de uma equipa multidisciplinar no planeamento”

Devido à conjuntura económica verifica-se que a estrutura dos serviços municipais deverá ser afetada no que concerne à constituição adequada das equipas de trabalho. Face às necessidades específicas que o processo em causa implica, esta situação não se verifica atualmente na equipa que está a desenvolver o plano. Do mesmo modo, pelas especificidades inerentes ao planeamento, designadamente aos procedimentos da fase de monitorização e elaboração de REOT ou elaboração de PU e PP, pretende-se a manutenção da equipa multidisciplinar.

“Coordenação intermunicipal”

Considera-se que com ou sem implementação do plano este objetivo não assume um contributo significativo. Contudo, se se quiser apostar nesta vertente, as intenções da Carta de Enquadramento Regional terão que ser reforçadas.

Coerência

“Articulação com outros planos, programas e outros instrumentos de gestão territorial inter e intra concelhos”

Esta articulação constitui um contributo decisivo para a coerência, visto que só se verifica com a implementação do plano. De facto, algumas exigências legais dos outros planos só vigoram com a publicação do PDMB.

4.1.5| DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO

Apresentam-se de seguida as diretrizes de monitorização que permitirão averiguar o cumprimento das opções estratégicas delineadas face ao FCD Governança.

Quadro 6: Indicadores de Monitorização para o FCD Governança

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte	Indicadores de monitorização	Unidade Medida	Fonte
I - Governança	Abertura/ Transparência	Melhorar a confiança nas instituições; Informação atualizada das fases do processo	Atualização dos conteúdos do processo de revisão do PDM no site da CMB	S/N	CMB	Manutenção/atualização da informação do PDM nos diferentes canais de comunicação	S/N	CMB
			Grau de disponibilização da informação existente de forma transparente	%	CMB	Grau de disponibilização da informação existente de forma transparente	%	CMB
			Realização de workshops e exposições	Nº	CMB	Manutenção/atualização da exposição	S/N	CMB
	Participação	Motivar a participação	Participações	Nº	CMB	Participações no desenvolvimento de UOPG's	Nº	CMB
			Debates Públicos com recurso às TIC	Nº	CMB			
			Reuniões com as Juntas de Freguesia	S/N	CMB	Novas UE executadas	Nº	CMB
			Reuniões com outros stakeholders	S/N	CMB			
	Responsabilização	Clareza e responsabilidade das instituições competentes	Grau de interação dos agentes envolvidos (CMB/ Serviços CMB/ CA/ outros)	Elevado/Médio/Baixo	CMB	Grau de interação dos agentes envolvidos (CMB/ Serviços CMB/ CA/ outros)	Elevado/Médio/Baixo	CMB
			Técnicos/ formação	Nº	CMB	Técnicos/ formação	Nº	CMB
			Grau de satisfação do atendimento ao público (realização inquéritos)	Elevado/Médio/Baixo	CMB	Grau de satisfação do atendimento ao público (realização inquéritos)	Elevado/Médio/Baixo	CMB
			Tomada de decisão mais responsável com recurso a metodologias de análise SWOT	S/N	CMB			
	Eficácia/Eficiência	Tomada de decisões adequada	Implementação de um SIG que permita uma melhor articulação entre serviços municipais e uma melhor monitorização dos indicadores definidos em sede de AAE	S/N	CMB	Processos analisados no prazo máximo de 10 dias	%	CMB
			Certificação dos serviços	S/N	CMB	Número Serviços Certificados	Nº	CMB
			Atualização em SIG de todas as entradas de processos/ aprovação e licenciamento	S/N	CMB	Atualização em SIG de todas as entradas de processos/ aprovação e licenciamento	S/N	CMB
			Adoção de medidas para avaliar a qualidade arquitetónica das operações urbanísticas e de loteamento.	S/N	CMB	Avaliação da qualidade arquitetónica das operações urbanísticas e de loteamento.	Elevado/Médio/Baixo	CMB
		Cumprimento de prazos de entrega e resposta entre instituições	Processos/ entregas dentro do prazo	Nº	CMB	Percentagem de processos c/ prazos de entrega cumpridos	%	CMB
			Pareceres recebidos dentro do prazo	Nº	CMB			
		Integração de uma equipa multidisciplinar no planeamento	Existência de uma equipa multidisciplinar para elaboração e monitorização de PDM/ PP/REOT e PU.	S/N	CMB	Percentagem de Execução do Plano de Monitorização	%	CMB
	Coordenação intermunicipal	Reuniões entre municípios	Nº	CMB	Nº de ações conjuntas intermunicipais	Nº	CMB	
	Coerência	Articulação com outros planos, programas e outros instrumentos de gestão territorial inter e intra concelhios	Interações entre a proposta de PDM e Mapa de Ruído, AAE, PMDFCI, PME, entre outros	Nº	CMB	Atualizações resultantes da articulação c/ outros Planos e Legislação	Nº	CMB
Integração do QRE da AAE no processo de planeamento			S/N	CMB				

4.2| FCD: ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O ordenamento do território constitui um instrumento de gestão da interação homem – território, abrangendo questões como o planeamento da ocupação urbana, valorização das infraestruturas existentes, preservação do solo e dos valores paisagísticos e culturais existentes.

4.2.1| DESCRIÇÃO E OBJETIVOS

O quadro seguinte identifica os objetivos de sustentabilidade definidos para o ordenamento do território, os quais se pretendem alcançar com a implementação do plano, proporcionando um desenvolvimento integrado e sustentável do território.

Quadro 7: Critérios e objetivos de sustentabilidade para o FCD Ordenamento do Território

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade
II - Ordenamento do território	Solo Urbano	Promoção da imagem da Cidade
		Programação Urbana
		Estruturação Urbana
	Solos afetos à Estrutura Ecológica Urbana	Garantir o desenvolvimento sustentável do concelho, associando os sistemas naturais e urbanos
	Solo Rural	Ordenamento e salvaguarda dos solos rurais
		Conservação de área florestal
		Conservação de área agrícola
		Contenção da dispersão
	Mobilidade	Promoção dos modos suaves
		Promover uma melhor mobilidade e acessibilidade através da adequada resposta dos sistemas de transporte público
		Promover a intermodalidade
		Adequar o estacionamento ao novo paradigma da mobilidade
		Promover a mobilidade para todos
	Acessibilidades	Contribuição das infraestruturas rodoviárias para a coesão urbana e funcional do espaço
		Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades no concelho

O ordenamento do território foca-se num desenvolvimento equilibrado das regiões, sendo um elemento crucial para a identidade local.

Assim, a definição deste FCD pretende evidenciar o contributo do PDMB para uma melhoria da organização territorial, visando um desenvolvimento social, cultural e económico integrado e sustentável.

Os critérios definidos consideram-se de suma importância, estando associados de forma intrínseca ao sistema de ordenamento do território.



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO

No que respeita ao solo urbano, considerou-se pertinente a garantia de uma programação e estruturação urbana mais criteriosa, promovendo a imagem da cidade através de mecanismos de planeamento e ordenamento territorial que a tornem cada vez mais funcional e atrativa para viver. Desta forma, um dos aspetos preponderantes relaciona-se com a delimitação da EEU, que constitui um instrumento de sustentabilidade ecológica. A EEU pretende promover a coesão do sistema urbano através de intervenções na malha urbana que permitam que as funções sociais coexistam com as funções ecológicas, melhorando a qualidade de vida da população.

No que concerne ao solo rural, é importante o seu correto ordenamento e salvaguarda, visando a proteção das áreas florestais e agrícolas existentes. Nesta perspetiva, é essencial adotar medidas de contenção da dispersão, evitando as construções isoladas em solos agrícolas e florestais relevantes.

A mobilidade e acessibilidade no concelho são dois aspetos que se revelam essenciais em termos de ordenamento do território. Assim, pretende-se a promoção de mecanismos que proporcionem uma mobilidade adequada a toda a população, potenciando os modos suaves e o transporte público em detrimento do transporte individual.

As acessibilidades assumem, neste quadro, um papel fundamental na estruturação do território. A adequada hierarquização viária e respetiva articulação com os usos do solo contribuirá para a coesão urbana do concelho.

4.2.2| ANÁLISE SWOT

O quadro seguinte apresenta a análise SWOT (estática) para o FCD Ordenamento do Território, que permite avaliar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças existentes no concelho relativamente a este fator crítico.

P O N T O S F O R T E S

AMBIENTE INTERNO

- Setor terciário preponderante na cidade;
- Tendência para o aumento populacional – representativo do caráter polarizador do concelho;
- Habitação com custos acessíveis comparativamente com os restantes concelhos;
- Índice de envelhecimento dos edifícios pouco elevado/parque habitacional jovem – essencial para atrair novos indivíduos, traduzindo-se num maior dinamismo populacional;
- Boa localização de zonas industriais, visto que se encontram afastadas do centro (zona de maior concentração residencial) e se localizam próximo de vias arteriais ou distribuidoras;
- Intervenções bem-sucedidas no Centro Histórico, que podem servir de modelo;
- Iniciativas de reabilitação urbana e requalificação – tornam o espaço público mais apazível e com capacidade de cativar um maior número de indivíduos interessados em residir ou ocupar estas áreas;
- Boa taxa de cobertura da rede de transportes públicos da TUB;
- Caráter centrípeto do Concelho.
- Boa taxa de cobertura de equipamentos, infraestruturas e rede viária.

P O N T O S F R A C O S

- Precedentes de padrões de planeamento demasiado expansionistas e respetivos estrangimentos provocados no território;
- Parque habitacional mais degradado;
- Falta de espaços públicos relevantes;
- Falta de diversidade e qualidade na oferta do parque habitacional;
- Aumento dos lotes residenciais e alojamentos familiares vagos;
- Dispersão industrial patente no Concelho;
- Estagnação do Setor secundário – retraindo o desenvolvimento e investimento no Concelho;
- Diminuição do Setor primário (abandono do solo agrícola);
- Diminuição do solo agrícola cultivado - dispersão de terrenos agrícolas e o envelhecimento populacional provocaram o abandono de grande parte dos terrenos agrícolas, desencadeando processos de erosão e desertificação;

O P O R T U N I D A D E S

AMBIENTE EXTERNO

- Nova legislação (medidas de contenção, programação obrigatória, consolidação dos espaços urbanos, maior articulação com outros regimes, introdução de parâmetros qualitativos e ajuste de parâmetros quantitativos, etc.)
- Definição da EEM - possibilidade de estruturar em rede os espaços verdes públicos, potenciando a capacidade de apoiar um melhor ordenamento territorial;
- AAE como instrumento essencial a um desenvolvimento sustentável;
- Posicionamento geoestratégico do Concelho no Norte de Portugal;
- Crise – poderá possibilitar um maior controlo do planeamento, bem como incentivar o incremento do setor primário;
- Quadrilátero e CIM – Cávado - poderão proporcionar articulação de políticas de planeamento transversais nesta matéria;
- A partir de 2001, a CMB deixou de intervir diretamente na reabilitação urbana dos imóveis do Centro Histórico;
- Possibilidade de integração da rede de alta velocidade ferroviária no concelho.

A M E A Ç A S

- Estado deixou de investir diretamente no planeamento;
- Crise – falta de concretização de projetos estratégicos;
- Antecedentes de práticas de desenvolvimento do território apoiadas em ações demasiado individualistas.

4.2.3| ANÁLISE DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS

O presente subcapítulo apresenta a abordagem adotada no sentido de concretizar os objetivos de sustentabilidade que consubstanciam os critérios definidos para o fator crítico.

Os indicadores do processo pretendem aferir a situação atual relativa aos objetivos em questão, possibilitando verificar se estes estão a ser atingidos.

Quadro 8: Indicadores do processo para o FCD Ordenamento do Território

FCD	Crítérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte	
		Promoção da imagem da Cidade	Inclusão de parâmetros qualitativos na revisão do PDMB	S/N	CMB	
			Área impermeabilizada / Área do Concelho	%	CMB	
			Medidas de previsão de controlo da impermeabilização (parâmetros, etc)	S/N	CMB	
			Área de Espaços verdes/Área do Solo urbano	%	CMB	
			Proposta de reabilitação de edifícios e espaço público	Nº ou ha	CMB	
			Aumento dos parâmetros quantitativos na revisão do PDMB	S/N	CMB	
		Programação Urbana	UOPG por fase de execução (I, II, III)	Nº/fase	CMB	
			Intervenções propostas de regeneração urbana	Nº	CMB	
			SU não ocupado (loteamentos)	ha ou %	CMB	
			SU não ocupado (exceto loteamentos)	ha ou %	CMB	
			Fogos vazios	Nº	INE	
		Estruturação Urbana	A proposta de PDM reforça o carácter centrípeta do Concelho	S/N	CMB	
			A proposta de ordenamento contempla o saldo zero	S/N	CMB	
			Promoção de medidas de combate à dispersão e crescimento linear	S/N	CMB	
			Área cedida para espaço verde e para equipamento/área obrigatória para cedência ao domínio público	ha ou %	CMB	
			Solo reclassificado para solo rural por falta de aptidão para construção	% ou área	CMB	
			Promoção de medidas de transição de categorias entre usos de solo incompatíveis (ex: residencial/industrial)	S/N	CMB	
			Indústrias localizadas em espaço residencial	Nº	CMB	
		Solos afetos à Estrutura Ecológica Urbana	Garantir o desenvolvimento sustentável do concelho, associando os sistemas naturais e urbanos	Área de EEM proposta/ área do Concelho	%	CMB
				Corredores de conectividade propostos	Nº e Km	CMB

Solo Rural	Ordenamento e salvaguarda dos solos rurais	Solo rural existente face ao PDM de 2001	%	CMB
		Edificações isoladas existentes no solo rural (fora dos aglomerados rurais e AED)	Nº	CMB
		Edificações existentes em solo rural coincidentes com a RAN	Nº	CMB
		Edificações existentes em solo rural coincidentes com a REN	Nº	CMB
		Edificações não licenciadas referenciadas	Nº	CMB
		Medidas para a requalificação de áreas anteriormente exploradas para recursos geológicos	S/N	CMB
		Área destinada a aglomerados rurais	ha	CMB
		Área destinada a áreas de edificação dispersa	ha	CMB
		Vacarias existentes	Nº	CMB
		Definição de espaços de transição entre vacarias e outros espaços	S/N	CMB
		Definição de parâmetros quantitativos e qualitativos no solo rural	S/N	CMB
	Conservação de área florestal	Espaço florestal classificado em PDM face ao PDM de 2001	%	CMB
	Conservação de área agrícola	Espaço agrícola classificado em PDM face ao PDM de 2001. Espaço agrícola cultivado e abandonado	%	CMB
	Contenção da dispersão	Edifícios existentes em espaço agrícola e espaço florestal	Nº	CMB
Mobilidade	Promoção dos modos suaves	Troços pedonais existentes	Km	CMB
		Troços cicláveis existentes	Km	CMB
		Parques de bicicletas propostos	Nº	CMB
	Promover uma melhor mobilidade e acessibilidade através da adequada resposta dos sistemas de transporte público	Passageiros no transporte público	Nº	TUB/ ARRIVA/ REFER/ Outras
		Grau de satisfação dos utilizadores	Elevado/Médio/Baixo	CMB
		Viagens em transporte público/ Viagens em transporte individual	Nº	CMB
		Requalificação em vias que integram vias bus e paragens de autocarro	Nº	CMB
	Promover a Intermodalidade	Ações previstas que promovam a intermodalidade	Nº	CMB
	Adequar o Estacionamento ao novo paradigma da mobilidade	Oferta de estacionamento público com e sem tarifa	Nº	CMB
		Cartões de residente emitidos	Nº	CMB
		Procura de estacionamento por zonas	Satisfeito/Não satisfeito	Quadrilátero
		Rotação de estacionamento por zonas	Nº carros/dia/lugar	Quadrilátero
	Promover a Mobilidade para todos	Edifícios públicos com condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada	Nº	INE
		Ruas em núcleos urbanos que cumprem critérios de acessibilidade	Nº	CMB
Edifícios em núcleos urbanos que cumprem critérios de acessibilidade		Nº	INE	
Urbanizações em núcleos urbanos que cumprem critérios de acessibilidade		Nº	INE	

	Acessibilidades	Contribuição das infraestruturas rodoviárias para a coesão urbana e funcional do espaço	Definição da hierarquização viária administrativa e funcional	S/N	CMB
			Articulação da rede viária macro e micro	S/N	CMB
		Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades no concelho	Promoção de contagens de tráfego	S/N	CMB
			Projeto da circular exterior	S/N	CMB
			Propostas de Requalificação do sistema viário	Km	CMB

O ordenamento do território constitui a base do processo de revisão do PDMB, definindo critérios que se pretendem estruturantes no solo urbano e rural, assim como no âmbito da mobilidade e acessibilidade.

Solo Urbano

No sentido de promover a **imagem da cidade**, tornando-a mais atrativa, verifica-se a inclusão de parâmetros qualitativos no plano, assim como o aumento dos parâmetros quantitativos, que se pretendem estruturantes para uma cidade mais organizada.

A proposta de revisão do PDMB visa o controlo da impermeabilização do solo associado a novos espaços verdes e à introdução de parâmetros específicos nessa matéria, que são essenciais para uma cidade bem estruturada, atrativa e ambientalmente sustentável. Assim, a proposta de ordenamento executada reflete medidas que contemplam uma expansão urbana controlada. Além disso, têm-se verificado várias ações de reabilitação de edifícios e espaços públicos, questão que continua a ser contemplada no âmbito da revisão.

Em termos de **programação urbana**, efetuou-se a contabilização de espaço urbano não ocupado, bem como o número de alojamentos vagos (fonte INE) e lotes vazios destinados à habitação (fonte CMB). Estes dados permitiram aferir as reais necessidades residenciais do concelho, possibilitando um planeamento mais eficaz e o controlo da dispersão.

Delimitaram-se também várias UOPG's correspondentes a unidades territoriais que, pelo uso e ocupação que apresentam, devem ser alvo de uma análise mais pormenorizada, visando uma evolução ordenada. Nestas áreas prevê-se uma intervenção específica, de acordo com as necessidades do local. No geral, a integração em UOPG pretende garantir a salvaguarda de recursos naturais, a continuidade viária, a criação/estruturação dos equipamentos e espaços de utilização coletiva de forma integrada e coerente, além da criação de zonas de expansão de forma controlada. Estas unidades pretendem ainda evitar intervenções avulsas, conduzindo ações privadas em conformidade com a estratégia de desenvolvimento prevista no PDMB, garantindo as prioridades delineadas.

Cada UOPG apresenta objetivos e parâmetros urbanísticos específicos, apresentando um sistema de execução apropriado e um correto faseamento.

A criação/estruturação de espaços de utilização coletiva está prevista em muitas destas unidades, procurando colmatar a carência de espaços de lazer/convívio em determinados pontos da cidade.

No que concerne à **estruturação urbana**, a proposta de revisão do PDMB reforça o caráter centrípeto do concelho, tendo-se adotado critérios de consolidação urbana e contenção da dispersão. Para este efeito, o território foi abordado a uma escala menor no sentido de alcançar uma unidade de conjunto global nesta matéria. Verifica-se uma concentração e reforço da área mais central, atribuindo-se a esta área índices de utilização mais elevados e diminuindo-os num “*dégradé*” até à periferia. Nas áreas mais periféricas adotou-se a mesma estratégia com a devida adaptação de escala, ou seja, na área mais central desses aglomerados o índice atribuído é superior aos índices que fazem o interface com o solo rural. Paralelamente efetuou-se uma análise territorial pormenorizada, procurando garantir uma coerência morfológica e parâmetros urbanísticos adequados ao contexto em que se inserem.

Por outro lado recorreu-se a normas de planeamento mais profícuas, adotando uma estratégia de colmatação urbana, atribuindo capacidade construtiva somente a terrenos localizados à face de vias infraestruturadas, integrados em zonas já consolidadas (área superior a 5ha) e que não ultrapassem os 40 metros de profundidade medidos ao eixo da via. Nestes trâmites, possibilita-se a edificação em espaços livres entre edificações cuja distância entre edifícios seja inferior a 100m (corresponde à análise de proximidade de 25m a cada edifício, acrescido de um espaço intersticial de 50 m). Nas áreas de expansão que não se enquadrem nos critérios anteriores, estabelece-se a obrigatoriedade de programação, procurando desta forma conter a dispersão e não fomentar a expansão desnecessária. Além disso, também não se promovem construções isoladas e procura-se evitar crescimentos lineares.

Efetuaram-se ainda análises mais aprofundadas dos terrenos que permitiram a reclassificação de algumas áreas em solo rural, dado que se constatou a sua falta de aptidão para construção.

Quanto ao índice de utilização atribuído aos terrenos, foi efetuado um estudo mais minucioso que permitiu a atribuição de índices mais adequados. As principais reclassificações ou reduções de índices incidiram sobre áreas que apresentam características naturais ou topográficas adversas (como terrenos atravessados por linhas de água ou com declives mais acentuados) ou mesmo em terrenos cujas características do edificado envolvente assim o implicaram.

Com vista a um correto uso do solo delimitaram-se também novas áreas destinadas a atividades económicas, procurando promover medidas de transição entre usos de solo incompatíveis, bem como aproveitar as principais vias de acesso do concelho que garantem uma boa visibilidade, acessibilidade e compatibilidade dos usos, procurando afastá-las sempre que possível dos núcleos residenciais.

Outro aspeto relevante relaciona-se com o estudo das áreas cedidas para equipamento e espaços verdes no âmbito das operações de loteamento. No PDM de 2001 verifica-se que na maior parte dos casos estes espaços apresentam áreas diminutas e residuais. Neste sentido, a proposta de ordenamento contempla medidas que permitirão prever um aproveitamento mais eficaz dos espaços em questão.

Solos afetos à Estrutura Ecológica Urbana

No processo de revisão considerou-se essencial a delimitação de solos afetos à **Estrutura Ecológica**, procurando associar os sistemas naturais e culturais existentes. Desta forma, a delimitação da EEM afigura-se preponderante. A EEU é fulcral, visto que proporciona a conjugação dos elementos naturais e culturais na malha urbana, estabelecendo uma estrutura de proteção, regulação climática e permitindo a

criação/reabilitação de locais de lazer no tecido mais edificado. Assume também elevada relevância a proposta de corredores verdes, não esquecendo a importância da conectividade entre eles, para promover o *continuum naturale*.

Solo Rural

A proposta de qualificação do solo rural contempla a introdução de novas categorias, especializando o solo rural de acordo com a sua principal aptidão e promovendo simultaneamente a sua preservação e a disponibilização para usos que até então não eram permitidos. Esta situação verifica-se, por exemplo, na possibilidade de prever edificação em solo rural, através da delimitação dos aglomerados rurais e das áreas de edificação dispersa, o que conduziu à criação de regras mais rígidas no que concerne à edificação em solo rural fora destes espaços, contrariando a dispersão. A proposta contempla ainda a definição dos locais mais aptos para a implantação de equipamentos e ocupação turística em solo rural, bem como de locais com vertente cultural mais acentuada.

Esta metodologia pressupõe uma delimitação mais rigorosa, assente num estudo mais detalhado e exaustivo do território rural. Para além do recurso a estudos complementares e a cartas temáticas efetuou-se uma articulação com outros planos, nomeadamente o PMDFCI e respetiva legislação.

A revisão das cartas da RAN e da REN revestiu-se de extrema importância, efetuando-se de forma criteriosa, procurando-se que o desenvolvimento do solo rural assente em políticas de desenvolvimento sustentável e conservação dos recursos naturais, de modo a concretizar a necessidade de os preservar para as gerações futuras. As exclusões da REN foram concedidas a título excepcional, somente quando o solo estava alterado.

Relativamente à RAN, o processo baseou-se no seu reordenamento, incluindo os solos com aptidão agrícola mais elevada, propondo-se áreas de expansão em solos com menor aptidão para a agricultura desde que se encontram estrategicamente localizados para expansão urbana.

Da redelimitação das cartas da REN e da RAN resultou um aumento da área abrangida por estas condicionantes.

A conservação da área florestal e sua dinamização também se reflete na proposta de revisão, através da divisão do espaço florestal em três subcategorias:

- Espaço florestal de produção – os espaços onde dominam os povoamentos de eucalipto e pinheiro foram qualificados como espaço florestal de produção, pelo facto de serem espécies de crescimento rápido com maior retorno financeiro. Alguns povoamentos de folhosas foram também inseridos nesta subcategoria, uma vez que apresentam potencial para produção de madeira de melhor qualidade;
- Espaço florestal de proteção: este espaço agrega o espaço florestal condicionado pela Reserva Ecológica Nacional, nomeadamente pelas tipologias “áreas com risco de erosão” e “cabeceiras de linhas de água”. A ocupação florestal nas áreas identificadas consiste em povoamentos de eucalipto e pinheiro, observando-se cada vez mais o aparecimento espontâneo de carvalhos e outras folhosas em fase de regeneração após incêndio e em situação de abandono prolongado.

Considerou-se importante introduzir esta categoria de espaço na qualificação do solo florestal, uma vez que são áreas de declive mais acentuado e como tal sujeitas a uma maior erosão, e por se considerar que a gestão florestal destes espaços deve prever medidas de minimização dos impactos.

O espaço florestal de proteção compreende ainda os povoamentos florestais de pequenas dimensões e isolados, que embora não tendo um carácter conservacionista deverão ser alvo de um cuidado acrescido, assumindo relevantes funções de enquadramento e proteção como zonas tampão no interface solo urbano/solo rural;

- Espaço florestal de recreio, enquadramento e estética da paisagem – este espaço corresponde às matas do Sameiro, Santa Marta – Santa Marta das Cortiças, Bom Jesus e Mire de Tibães. Os povoamentos florestais nestas áreas caracterizam-se por uma dominância de eucalipto e pinheiro, apresentando localizadamente manchas significativas de folhosas, em particular carvalhos e sobreiros. É importante dinamizar o aproveitamento dos espaços florestais para recreio e lazer, com o objetivo de desenvolver o turismo em espaço rural e o turismo de natureza, atendendo aos valores de conservação e diversidade florística, faunística, cénicos e paisagens notáveis da sub-região.

Estas áreas circundam os principais Santuários e o Mosteiro de Tibães onde se pretende alargar o turismo da natureza ao espaço florestal envolvente, potenciando a sua gestão e promoção.

Mobilidade e Acessibilidade

A mobilidade representa um papel essencial no dia-a-dia da população, pelo que se pretende promover o aumento/reabilitação de áreas pedonais e cicláveis, nomeadamente quando associadas a espaços de lazer que proporcionam uma melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Desta forma, a proposta do plano contempla a criação de uma rede ciclável, além de medidas da otimização dos espaços de circulação para o peão. A criação da EEU preconiza-se fundamental nesta ótica, representado um fator potencial de dinamização de meios alternativos aos transportes motorizados, nomeadamente a bicicleta ou o meio pedonal, contribuindo para uma mobilidade interna mais sustentável.

A promoção dos sistemas de transporte público também é de elevada relevância. Esta valência, associada aos percursos pedonais e faixas cicláveis, permitirá uma melhoria da mobilidade populacional, incrementando um uso mais frequente dos transportes públicos em detrimento do transporte individual. Assim, propõe-se no âmbito da revisão a criação de corredores BUS em determinados pontos da cidade, considerados mais críticos, promovendo uma melhoria do tráfego viário existente e otimizando a utilização dos transportes públicos, tornando-os mais funcionais e com maior capacidade de resposta às necessidades populacionais.

A questão do estacionamento foi também devidamente estudada, contemplando-se na proposta de revisão do plano medidas que permitam otimizar este aspeto.

Assim, tendo em conta a situação atual, que aponta para um défice de estacionamento, devem ser adotadas medidas que permitam colmatar o problema. No entanto, no caso da cidade consolidada, a carência de estacionamento não deverá ser argumento para aumentar a oferta de estacionamento, principalmente tendo em conta a disponibilidade de parques de estacionamento existentes, que não se encontram sobrelotados. A situação atual deverá representar uma alavanca para a requalificação do espaço público de forma a incentivar outros meios de transporte, nomeadamente ciclável, pedonal e

utilização dos transportes públicos, por oposição ao transporte individual. A otimização destas vertentes poderá contribuir para que os indivíduos escolham meios alternativos de acesso ao centro urbano, evitando o uso do veículo privado.

Já nas zonas mais periféricas do concelho propõe-se a requalificação das vias, dotando-as de mais lugares de estacionamento, visto que não há oferta de estacionamento público coberto, efetuando-se o estacionamento nas próprias vias, que regra geral não apresentam condições para o efeito.

As infraestruturas rodoviárias são essenciais para a coesão urbana e funcional do espaço, devendo apresentar uma correta hierarquização, bem como condições que lhe confirmam uma maior eficiência. Nesta ótica, no que concerne às acessibilidades rodoviárias concelhias, a proposta de ordenamento do plano estabelece algumas linhas orientadoras, nomeadamente através da adoção de uma hierarquia de espaços canais que promovam uma melhoria das acessibilidades e da estrutura viária, estruturando o crescimento urbano e melhorando a mobilidade entre as áreas de expansão urbana e as zonas consolidadas.

4.2.4| EVOLUÇÃO DE TENDÊNCIAS COM E SEM A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

Tendo em conta os critérios e objetivos de sustentabilidade definidos, elaborou-se o quadro seguinte, que se pretende indicativo da evolução do FCD Ordenamento do Território com e sem a implementação da revisão do PDMB.

Quadro 9: Evolução de tendências com e sem implementação do plano para o FCD Ordenamento do Território

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Sem Plano	Com Plano
II - Ordenamento do território	Solo Urbano	Promoção da imagem da Cidade	↔	↑↑
		Programação Urbana	↘	↑↑↑
		Estruturação Urbana	↘	↑↑↑
	Solos afetos à Estrutura Ecológica Urbana	Garantir o desenvolvimento sustentável do concelho, associando os sistemas naturais e urbanos	↘	↑↑↑
	Solo Rural	Ordenamento e salvaguarda dos solos rurais	↘	↑↑
		Conservação de área florestal	↔	↑↑
		Conservação de área agrícola	↔	↑↑
		Contenção da dispersão	↓	↑↑
	Mobilidade	Promoção dos modos suaves	↔	↑↑
		Promover uma melhor mobilidade e acessibilidade através da adequada resposta dos sistemas de transporte público	↔	↑↑

		Promover a intermodalidade	↔	↑
		Adequar o Estacionamento ao novo paradigma da mobilidade	↔	↑
		Promover a mobilidade para todos	↔	↑
	Acessibilidades	Contribuição das infraestruturas rodoviárias para a coesão urbana e funcional do espaço	↘	↑
		Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades no concelho	↘	↑

↔ Estagnar
↓ Contributo para agravar
↑ Contributo para melhorar
↗ Mantém tendência para melhorar
↘ Mantém tendência para agravar

↑↑ Contributo muito significativo para melhorar
↓↓ Contributo muito significativo para agravar
↑↑↑ Contributo decisivo para melhorar
↓↓↓ Contributo decisivo para agravar
--- Sem aplicação

De seguida, efetua-se uma breve análise às questões que se afiguraram mais preponderantes.

Solo Urbano

“Promoção da imagem da cidade”

Sem a implementação do PDMB estima-se que a situação em relação a este objetivo se manteria quase inalterável, podendo até agravar-se.

De facto, a implementação do plano representa um contributo muito significativo para a concretização deste objetivo, pela adoção de parâmetros urbanísticos quantitativos e qualitativos, nomeadamente a consolidação urbana e as medidas de redefinição dos índices de utilização, bem como a criação e estruturação de espaços verdes.

“Programação Urbana”

Prevê-se que sem a implementação do plano este objetivo não iria ser concretizado, devido ao facto da legislação que está subjacente ao PDMB de 2001 não contemplar a programação urbana, deixando as dinâmicas urbanas ao cargo dos privados. Deste modo, no PDMB de 2001, a programação urbana restringe-se quase exclusivamente às UOPG's definidas no mesmo. Na sua maioria estão caracterizadas como solo rural, pelo que, o enquadramento legal atual inviabiliza a reclassificação do solo para urbano. A revisão do PDMB prevê medidas que representam um contributo decisivo para uma melhoria da programação urbana. De facto, com base nas novas exigências legais, propõe-se uma programação mais criteriosa, em que a maioria do solo urbanizável se encontra integrado em UOPG's e UE.

“Estruturação Urbana”

Sem a implementação do PDMB seria de prever uma tendência para o agravamento da situação. A revisão do plano é decisiva na melhoria deste objetivo, dado que prevê uma visão global para o concelho, estruturada sobretudo com recurso à EEM, à definição de equipamentos, de espaços de utilização coletiva e à hierarquização da rede viária. Do mesmo modo, os índices aplicados ao solo urbano também corroboram para este objetivo, pois foram pensados a uma escala macro. Por outro lado, a definição de parâmetros quantitativos e qualitativos também conduz a uma estruturação mais eficaz, adotando critérios que promovem a consolidação urbana, a contenção da dispersão, a redefinição dos índices de utilização,

a criação de UOPG's em solo urbanizável e a criação/estruturação de espaços de utilização coletiva, entre outros aspetos.

Solo afetos à Estrutura Ecológica Urbana

“Garantir o desenvolvimento sustentável do concelho, associando os sistemas naturais aos urbanos”

Sem a implementação do plano prevê-se um agravamento da situação, pois com o PDMB de 2001 muitos ecossistemas se encontram vulneráveis. A revisão do plano revela-se um contributo decisivo neste aspeto, pela delimitação da Estrutura Ecológica.

Solo Rural

“Ordenamento e salvaguarda dos solos rurais”

Prevê-se que sem a implementação do plano este objetivo poderia agravar-se, nomeadamente pelo aumento da dispersão. A implementação do plano é um contributo muito importante neste campo pela proposta de qualificação do solo rural que contempla a introdução de novas categorias, caracterizando o solo rural de acordo com a sua principal aptidão.

“Conservação da área florestal” e “Conservação da área agrícola”

Sem implementação do plano o mais provável é que a situação se mantivesse inalterável. A revisão do PDMB representa um contributo bastante importante pela nova qualificação do solo rural, assente na introdução de novas categorias, nomeadamente em termos de áreas florestais, contribuindo para a sua conservação. A redelimitação da RAN, baseada em critérios mais minuciosos, promove uma proteção mais eficaz dos solos agrícolas evoluídos.

“Contenção da dispersão”

Sem implementação do plano a contenção da dispersão no solo rural poderia agravar-se bastante, pois persistiria a tendência para a dispersão. Com a revisão do PDMB prevê-se que a situação irá melhorar bastante, pela delimitação de áreas de edificação dispersa e de aglomerados rurais associados a regras de edificabilidade próprias, bem como pelas regras mais restritivas à construção fora destas áreas.

Mobilidade

“Promoção dos modos suaves”

Estima-se que sem a implementação do plano a situação se mantivesse igual. A revisão do PDMB representa um contributo bastante importante pela criação/estruturação de áreas pedonais e cicláveis.

“Promover uma melhor mobilidade e acessibilidade através da adequada resposta dos sistemas de transporte público”

Prevê-se que a situação se manteria igual sem a implementação do plano. A revisão deste é um contributo muito relevante neste âmbito, pela criação de corredores BUS em pontos da cidade considerados mais críticos, promovendo a sua melhoria.

Acessibilidades



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO

**“Contribuição das infraestruturas rodoviárias para a coesão urbana e funcional do espaço” e
“Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades no concelho”**

Na ausência do plano prevê-se um agravamento das condições de circulação rodoviária no município, quer por falta de hierarquização da rede viária, quer por falta de investimentos a levar a cabo, no que toca essencialmente à requalificação e beneficiação dos de troços existentes. A revisão do plano estabelece linhas orientadoras que permitem uma correta hierarquização da rede viária, contribuindo de forma muito significativa neste âmbito.

4.2.5| DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO

Apresentam-se de seguida as diretrizes de monitorização que permitirão averiguar o cumprimento das opções estratégicas delineadas face ao FCD Ordenamento do Território.

Quadro 10: Indicadores de Monitorização para o FCD Ordenamento do Território

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte	Indicadores de monitorização	Unidade Medida	Fonte
II - Ordenamento do território	Solo Urbano	Promoção da imagem da Cidade	Inclusão de parâmetros qualitativos na revisão do PDMB	S/N	CMB	Processos urbanísticos integrados em UE/ Total de processos	Nº/Nº	CMB
			Área impermeabilizada / Área do Concelho	%	CMB	Área impermeabilizada / Área do Concelho	%	CMB
			Área de Espaços verdes/Área do Solo urbano	%	CMB	Áreas cedidas para espaço verde / equipamento	ha	CMB
			Proposta de reabilitação de edifícios e espaço público	ha ou Nº	CMB			
			Aumento dos parâmetros quantitativos na revisão do PDMB	S/N	CMB	Nº de informações técnicas que incluem questões estéticas da operação urbanística	Nº	CMB
		Programação Urbana	UOPG por fase de execução (I, II, III)	Nº/fase	CMB	Loteamentos em UOPG por fase de execução/ Total de loteamentos	%	CMB
			Intervenções propostas de regeneração urbana	Nº	CMB	Percentagem de Execução das i intervenções propostas de regeneração urbana	%	CMB
			SU não ocupado (loteamentos)	ha ou %	CMB	Ocupação fogos urbanos: novos executados, novos vazios, com alvará não construídos	%	CMB
			SU não ocupado (exceto loteamentos)	ha ou %	CMB		%	CMB
			Fogos vazios	Nº	INE		%	INE
		Estruturação Urbana	A proposta de PDM reforça o carácter centrípeto do Concelho	S/N	CMB	Intervenções dentro do SU/ Total de intervenções	Nº/Nº	CMB
			A proposta de ordenamento contempla o saldo zero	S/N	CMB			
			Promoção de medidas de combate à dispersão e crescimento linear	S/N	CMB	Área cedida para espaço verde/área obrigatória para cedência ao domínio público	ha ou %	CMB
			Área cedida para espaço verde e para equipamento/área obrigatória para cedência ao domínio público	ha ou %	CMB	Área cedida para equipamento/área obrigatória para cedência ao domínio público	ha ou %	CMB
			Solo reclassificado para solo rural por falta de aptidão para construção	% ou área	CMB	Área destinada a transição entre categorias	ha	CMB
			Promoção de medidas de transição de categorias entre usos de solo incompatíveis (ex: residencial/industrial)	S/N	CMB			
			Indústrias localizadas em espaço residencial	Nº	CMB			

	Solos afetos à Estrutura Ecológica Urbana	Garantir o desenvolvimento sustentável do concelho, associando os sistemas naturais e urbanos	Área de EEM proposta/ área do Concelho	%	CMB	Varição da Área de EE Urbana executada/ Área do Concelho	%	CMB	
			Corredores de conectividade propostos	Nº e Km	CMB	Execução dos corredores verdes entre espaço urbano e espaço periurbano	Km ou %	CMB	
Solo Rural	Ordenamento e salvaguarda dos solos rurais		Solo rural existente face ao PDM de 2001	%	CMB				
			Edificações isoladas existentes no solo rural (fora dos aglomerados rurais e AED)	Nº	CMB	Novas edificações isoladas em solo rural (fora dos aglomerados rurais e das AED)	Nº	CMB	
			Edificações existentes em solo rural coincidentes com a RAN	Nº	CMB	Novas edificações em zonas condicionadas por RAN	Nº	CMB	
			Edificações existentes em solo rural coincidentes com a REN	Nº	CMB	Novas edificações em zonas condicionadas por REN	Nº	CMB	
			Edificações não licenciadas referenciadas	Nº	CMB	Medidas de minimização	Nº	CMB	
						Total de Edificados referenciados/ licenças edificações novas	%	CMB	
			Medidas para a requalificação de áreas anteriormente exploradas para recursos geológicos	S/N	CMB	Ativos e empresas dedicados à agricultura	Nº	MAMAOT	
			Área destinada a aglomerados rurais	ha	CMB	Licenças emitidas dentro dos aglomerados rurais e das áreas de edificação dispersa	Nº	CMB	
			Área destinada a áreas de edificação dispersa	ha	CMB				
			Vacarias existentes	Nº	CMB	Vacarias existentes/ vacarias legalizadas	%	CMB	
						Vacarias existentes/vacarias cumprem Espaços de transição	%	CMB	
			Definição de espaços de transição entre vacarias e outros espaços	S/N	CMB	Espaços de transição executados entre vacarias e outros espaços respeitados	ha	CMB	
			Definição de parâmetros quantitativos e qualitativos no solo rural	S/N	CMB				
			Conservação de área florestal	Espaço florestal classificado em PDM face ao PDM de 2001	%	CMB	Relação entre a área ardida sobre a Área reflorestada	%	CMB - GF
			Conservação de área agrícola	Espaço agrícola classificado em PDM face ao PDM de 2001. Espaço agrícola cultivado e abandonado	%	CMB	Relação entre solos agrícolas abandonados sobre os solos agrícolas cultivados	%	CMB
Contenção da dispersão	Edifícios existentes em espaço agrícola e espaço florestal	Nº	CMB	Licenças emitidas fora dos aglomerados rurais/Total de intervenções	Nº/Nº	CMB			

Mobilidade	Promoção dos modos suaves	Troços pedonais existentes	Km	CMB	Novos troços pedonais executados	Km	CMB	
		Troços cicláveis existentes	Km	CMB	Novos troços cicláveis executados	Km	CMB	
		Parques de bicicletas propostos	Nº	CMB	Parques de bicicletas executados	%	CMB	
	Promover uma melhor mobilidade e acessibilidade através da adequada resposta dos sistemas de transporte público	Passageiros no transporte público	Nº	TUB/ ARRIVA/ REFER/ Outras	Passageiros no transporte público	Nº	TUB/ ARRIVA/ REFER/ Outras	
		Grau de satisfação dos utilizadores	Elevado/Médio /Baixo	CMB	Grau de satisfação dos utilizadores	Elevado/Médio / Baixo	CMB	
		Viagens em transporte público/ Viagens em transporte individual	Nº	CMB	Viagens em transporte público/ Viagens em transporte individual	Nº	CMB/ Outros	
		Requalificação em vias que integram vias bus e paragens de autocarro	Nº	CMB	Vias requalificadas	Nº	CMB	
	Promover a Intermodalidade	Ações previstas que promovam a intermodalidade	Nº	CMB	Taxa de ocupação dos pontos de estacionamento para bicicletas	%	CMB	
	Adequar o Estacionamento ao novo paradigma da mobilidade	Oferta de estacionamento público com e sem tarifa	Nº	CMB	Varição da oferta de estacionamento público com e sem tarifa	%	CMB	
		Cartões de residente emitidos	Nº	CMB	Varição de cartões de residente emitidos	%	CMB	
		Procura de estacionamento por zonas	Satisfeito/Não satisfeito	Quadrilátero	Varição da procura de estacionamento por zonas	%	Quadrilátero	
		Rotação de estacionamento por zonas	Nº carros/dia/ lugar	Quadrilátero	Varição da rotação de estacionamento por zonas	%	Quadrilátero	
	Promover a Mobilidade para todos	Edifícios públicos com condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada	Nº	INE	Edifícios públicos com condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada	Nº	INE	
		Ruas em núcleos urbanos que cumprem critérios de acessibilidade	Nº	CMB	Ruas em núcleos urbanos que cumprem critérios de acessibilidade	Nº	CMB	
		Edifícios em núcleos urbanos que cumprem critérios de acessibilidade	Nº	INE	Edifícios em núcleos urbanos que cumprem critérios de acessibilidade	Nº	INE	
					Barreiras arquitetónicas eliminadas			
	Urbanizações em núcleos urbanos que cumprem critérios de acessibilidade	Nº	INE	Urbanizações em núcleos urbanos que cumprem critérios de acessibilidade	Nº	INE		
				Intervenções no espaço público para eliminação barreiras arquitetónicas				
	Acessibilidades	Contribuição das infraestruturas rodoviárias para a coesão urbana e funcional do espaço	Definição da hierarquização viária administrativa e funcional	S/N	CMB	Intervenções conducentes à hierarquização e articulação viária	Nº	CMB
			Articulação da rede viária macro e micro	S/N	CMB			
Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades no concelho		Promoção de contagens de tráfego	S/N	CMB	Evolução das condições e tempos médios de acesso à rede principal	Min	CMB	
		Projeto da circular exterior	S/N	CMB	Requalificações Viárias	N.º/Km executado	CMB	
		Propostas de Requalificação do sistema viário	Km	CMB				

4.3| FCD: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

O desenvolvimento socioeconómico centra-se numa evolução integrada da componente social e económica de uma região, através de uma relação estratégica que permita uma melhoria da conjuntura económica e do padrão de vida populacional.

4.3.1| DESCRIÇÃO E OBJETIVOS

O quadro seguinte identifica os objetivos de sustentabilidade definidos para desenvolvimento socioeconómico, os quais se pretendem alcançar com a implementação do plano, procurando proporcionar uma evolução social e económica positiva.

Quadro 11: Critérios e objetivos de sustentabilidade para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade
III - Desenvolvimento Sócio - Económico	População	Crescimento Populacional
	Emprego	Fomentar o desenvolvimento dos sectores
		Reforço do potencial económico do concelho e diversificação da oferta de emprego
	Competitividade	Modernização e requalificação das áreas industriais existentes
		Criação de uma área logística
		Criação de áreas de acolhimento empresarial
		Promoção do cluster da construção civil
		Promoção do cluster das empresas TIC
		Qualidade de vida como catalisador de investimento e pessoas
		Aumento do PIB por sectores
Potenciar o turismo na cidade e no meio rural		

O desenvolvimento socioeconómico é um fator crucial para uma evolução sustentável, abordando as necessidades populacionais e económicas da região.

Desta forma, a definição deste FCD procura evidenciar o contributo do PDMB para um desenvolvimento equilibrado da componente social e económica do concelho.

Considera-se de suma importância promover o crescimento populacional, fator diretamente relacionado com a promoção e diversificação da oferta de emprego, pelo que fomentar o desenvolvimento dos setores de atividade é extremamente relevante. Nesta ótica, tendo em conta a diminuição do setor primário, é essencial criar incentivos que incrementem a sua prática. Outro aspeto importante é a requalificação e modernização das áreas industriais existentes, reforçando o potencial económico de Braga e aumentando a sua competitividade relativamente a outros concelhos. Do mesmo modo, a criação de uma área logística é essencial para uma gestão económica mais eficaz, otimizando a racionalização da prestação de serviços das indústrias e empresas, tornando a sua atividade mais rentável.

A criação de áreas de acolhimento empresarial, bem como a promoção do cluster das empresas TIC, também irão contribuir para uma maior competitividade económica. Atendendo à conjuntura económica atual, é essencial que se aposte nestas vertentes. Por outro lado, a construção civil, que tem perdido

destaque no âmbito das atividades económicas, já assumiu em tempos uma posição preponderante no concelho. Este cluster pode vir a ser incentivado, apesar do contexto de crise económica com que nos deparamos.

O concelho de Braga apresenta uma boa qualidade de vida, a qual pode funcionar como catalisador de investimentos e pessoas, devendo-se apostar constantemente em medidas que promovam a sua melhoria. É de facto, um fator decisivo para a atração de novos indivíduos para o concelho e permanência da população residente. A qualidade de vida pode também assumir um papel importante como medida de marketing urbano, incrementando o turismo e a economia.

Assim, os objetivos de sustentabilidade definidos pretendem proporcionar uma maior competitividade do concelho, fomentando o emprego e proporcionando o crescimento populacional, promovendo assim um desenvolvimento social e económico integrado e sustentável.

4.3.2| ANÁLISE SWOT

O quadro seguinte apresenta a análise SWOT (estática) para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico, que permite avaliar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças existentes no concelho relativamente a este fator crítico.

P O N T O S F O R T E S

AMBIENTE INTERNO

- Saldo natural positivo – nascimentos superiores aos óbitos;
- Taxa de natalidade superior à região e sub-região (Norte e Cávado respetivamente) em que o concelho se insere;
- Índice de envelhecimento pouco elevado (população jovem);
- Aumento do parque habitacional (alojamentos) – permite garantir habitações mais acessíveis;
- Elevada concentração de equipamentos, instituições e empresas;
- Carácter centrípeto da cidade.

P O N T O S F R A C O S

- Decréscimo do setor primário;
- Setor secundário estagnou, retraindo a competitividade, o emprego e a produção;
- Tendência para o aumento do desemprego;
- Aumento de insolvências em empresas de construção civil;
- Diminuição da natalidade, provocando a redução da classe mais jovem;
- Tendência para o envelhecimento populacional;
- Emigração de recursos humanos habilitados para o estrangeiro e para outros concelhos;
- Necessidade de migração de algumas famílias para outras freguesias por falta de recursos para investir na freguesia de origem;

O P O R T U N I D A D E S

AMBIENTE EXTERNO

- Crise – poderá potenciar o desenvolvimento do setor primário;
- Legislação em vigor – potencia medidas de contenção e de rentabilização das infraestruturas existentes e do investimento já efetuado (rede existente bastante densa);
- Criação e consolidação da área logística;
- Reabilitação GeNeRation – catalisador de empreendedorismo;
- Possibilidade de integração da rede de alta velocidade ferroviária no concelho;
- Classe média relativamente forte comparativamente com outras regiões.

A M E A Ç A S

- Crise – dificulta a diversificação da oferta de emprego;
- Crise – a conjuntura atual pode constituir uma ameaça para que a rentabilização das infraestruturas existentes e do investimento já efetuado seja concretizada.
- Crise – enfraquecimento da classe média;



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO

4.3.3| ANÁLISE DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS

O presente subcapítulo apresenta a abordagem adotada no sentido de concretizar os objetivos de sustentabilidade que consubstanciam os critérios definidos para o fator crítico.

Os indicadores do processo pretendem aferir a situação atual relativa aos objetivos em questão, possibilitando verificar se estes estão a ser atingidos.

Quadro 12: Indicadores do processo para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico

FCD	Crítérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte
III - Desenvolvimento Sócio -Económico	População	Crescimento Populacional	População Residente	Nº	INE
			Nascimentos e óbitos	Nº e %	INE
			Movimentos Migratórios	Nº e %	INE
	Emprego	Fomentar o desenvolvimento dos sectores	Varição da área industrial face ao PDM de 2001 (existente e ocupada)	%	CMB
			População empregada/ sector de atividade	Nº	INE
			Áreas de localização privilegiada para A.E. propostas - Fase I	ha	CMB
			Áreas de localização privilegiada para A.E. propostas - Fase II	ha	CMB
			Áreas de localização privilegiada para A.E. propostas - Fase III	ha	CMB
		Reforço do potencial económico do concelho e diversificação da oferta de emprego	Oferta de Emprego por setor e atividade	%	IEFP
			N.º Explorações agrícolas	Nº	INE
			Postos de trabalho em empresas TIC	Nº	INE
			Unidades industriais existentes no Concelho	Nº	INE/ AIMINHO
			Competitividade	Modernização e requalificação das áreas industriais existentes	Definição de parâmetros quantitativos e qualitativos a introduzir nas zonas industriais existentes
	Definição de ações necessárias para a modernização e requalificação das zonas industriais	S/N			CMB
	Criação de uma área logística	Delimitação de uma área proposta para a instalação		S/N	CMB
		Definição de incentivos		S/N	CMB
	Criação de áreas de acolhimento empresarial	Áreas destinadas a acolhimento empresarial propostas		ha	CMB
	Promoção do cluster da construção civil	Definição de ações para a promoção do cluster da construção civil (UOPG's, regeneração urbana, etc)		S/N	CMB
	Promoção do cluster das empresas TIC	Disponibilização de espaços para a localização destas atividades		ha	CMB
	Qualidade de vida como catalisador de investimento e pessoas	Definição e avaliação de parâmetros de qualidade de vida a considerar		S/N	CMB
	Aumento do PIB por sectores	Definição de ações de incremento do PIB por sector		S/N	CMB
		Valor do PIB em 2011		€	INE
		Valor das exportações do tecido empresarial do concelho		€	AIM/Ministério da Economia/INE
	Potenciar o turismo na cidade e no meio rural	Áreas turísticas existentes no concelho		ha e Nº	CMB
		Empreendimentos turísticos		Nº	T.P.
		Intensidade Turística	%	INE/ T.P.	
		Estadia média	Nº de dias	INE/ T.P.	
		Troços pedonais e cicláveis associados a atividades de lazer e turismo propostos no Concelho por freguesia	Km	CMB	
Identificação e valorização de zonas com potencial turístico		ha e Nº	CMB		
Usufruto turístico da rede ciclável e pedonal		Elevado/Médio/Baixo	Empreendimentos Turísticos		

No âmbito da revisão do PDMB teve-se em consideração a importância e visão prospetiva da evolução dos usos e das necessidades da população, de forma a fomentar o emprego e contribuir para um aumento do PIB a nível concelhio. Um critério fulcral relaciona-se com o crescimento populacional. As políticas de urbanização adotadas na revisão do plano contemplam esta questão, nomeadamente através da disponibilização de espaços urbanizáveis estrategicamente planeados nas freguesias mais periféricas, procurando criar oportunidades de habitação na freguesia de origem de muitos indivíduos. A criação destes espaços consagram-se como um mecanismo de retenção da população, pois nestas freguesias já não se verifica um excesso de oferta habitacional (ao contrário do que ocorre na área central) e a população que se pretende fixar na sua freguesia de origem nem sempre o consegue fazer. Esta situação pode levar à deslocação das pessoas para os concelhos vizinhos. Para o Município de Braga é importante fixar as pessoas nas suas freguesias de origem, num âmbito de coesão territorial. Não se pretende um concelho onde as freguesias periféricas estejam “vazias”. No entanto, importa referir que os espaços urbanizáveis criados nas freguesias mais periféricas foram criteriosamente selecionados, não colidindo com a paisagem e o património cultural, do mesmo modo que não fomentam a dispersão.

A proposta do plano contempla também novas áreas destinadas a atividades económicas, de forma a reforçar o potencial económico do concelho. Pretende-se desta forma aumentar a diversificação da oferta de emprego, apostando-se no crescimento das atividades industriais, procurando combater a estagnação do setor secundário. Assim, além da criação de novas zonas com aptidão para a atividade industrial, existe ainda intenção de modernização, requalificação e realocação de algumas já existentes. Nesta ótica, a criação de uma área de localização empresarial e de uma área logística (patentes na proposta) são de elevada relevância.

Um estudo integrado relativamente ao setor industrial permitiu a deteção de potencialidades e debilidades, possibilitando a implementação de medidas que contribuíram para o objetivo proposto.

A delimitação das áreas industriais/empresariais propostas é fruto de uma metodologia que procurou reservar os locais que reúnem as melhores condições de acessibilidade (rodo e ferroviárias) e constituir áreas com dimensão relevante garantindo a coesão das empresas e o aproveitamento das sinergias positivas da respetiva agregação das mesmas num espaço comum. A aposta do Município na criação da InvestBraga constata esta estratégia. Neste âmbito, já se verifica a solicitação de empresas internacionais com interesse de fixação no concelho. No entanto, este não apresenta capacidade de resposta para estas situações, pois não dispõe de áreas que suportem a fixação dessas empresas, quer pelas exigências qualitativas, quer pela área necessária. Desta forma, corre o risco de muitas empresas optarem por se fixar em concelhos vizinhos, capazes de oferecer melhores condições. De facto, os espaços existentes no concelho são dispersos, com fraca acessibilidade e não têm estratégias condominiais que, através da redução de custos individuais, garantam a competitividade económica das empresas. Por outro lado, embora se verifique que as zonas industriais existentes não estão totalmente ocupadas, constata-se que os lotes vagos existentes não estão disponíveis no mercado, devido à especulação imobiliária. Nesta ótica, é necessário criar medidas para contrariar esta tendência (a nível fiscal, por exemplo). A criação de uma Área de Localização Empresarial poderá ser a resposta que o Município necessita para a criação de uma bolsa de terrenos com capacidade para albergar as empresas que se queiram fixar no concelho.

Ressalve-se que o município deve ter a capacidade de albergar cluster's de atividades específicas, articuladas com as áreas existentes. Nesta ótica deve-se conceder especial atenção à promoção do cluster da construção civil, que devido à conjuntura económica tem perdido relevância. De facto, tal como está previsto na legislação em vigor, a programação urbana e os respetivos mecanismos e sistemas de execução poderão constituir uma oportunidade para este setor económico, que se encontra em regressão principalmente na região norte. Assim, à necessidade do município implementar a estratégia de desenvolvimento urbana prevista no PDM, pode-se aliar a disponibilidade de alguns promotores investirem nas áreas apropriadas, para as quais, eventualmente, o município poderá até criar incentivos.

Por outro lado, a criação de uma área logística reveste-se de extrema importância, pois é essencial para uma gestão económica mais eficaz, otimizando a racionalização da prestação de serviços das indústrias e empresas, tornando a sua atividade mais rentável. Tal como é referido no Quadrilátero Mobilidade, o Município não está a aproveitar devidamente as mais-valias proporcionadas pela proximidade ao Porto de Leixões, ao Porto de Viana e ao Aeroporto Sá Carneiro. Assim, é importante articular devidamente o transporte de mercadorias rodoviário e ferroviário e, por outro lado, assegurar que no terminal de mercadorias de Tadim, que atualmente se restringe ao transporte a granel, passe a contemplar o transporte de contentores. Esse salto qualitativo terá reflexos económicos muito positivos para este território.

Neste sentido, tanto o PROT-N como o Quadrilátero Urbano defendem a criação de uma área de distribuição logística na proximidade de Celeirós. O local destinado para a sua criação encontra-se situado na confluência dos principais nós rodoviários que ligam o concelho aos principais polos urbanos envolventes, próximo do terminal de mercadorias de Tadim e da zona industrial de Celeirós e área logística Torrestir. Esta proposta pretende articular as preexistências, integrando-as e valorizando-as no sentido de potenciar eventuais sinergias que podem estabelecer-se entre as atividades económicas. A localização proposta no PDMB implicou a exclusão de uma área significativa de RAN. No entanto, as condições ímpares deste local justificaram-na.

Saliente-se que as medidas supracitadas podem parecer contraditórias tendo em conta a crise económica que o país atravessa. No entanto, é precisamente devido à situação económica atual que se considera importante apostar em apoios destinados ao setor empresarial e industrial, nomeadamente à construção civil, procurando criar diversos incentivos para mitigar a crise atual.

Acresce que, com o pensamento no futuro e considerando que a situação terá tendência a melhorar, contemplar estas premissas no plano será uma boa aposta, pois surgindo uma oportunidade de fixar empresas/indústrias no concelho é determinante que existam locais destinados à sua localização.

Também a promoção do cluster das empresas TIC assume um papel importante, havendo intenção de as reorganizar e dotar as UOPG's empresariais de uma área específica para a localização destas atividades.

A adoção de políticas que fomentem o setor primário também é contemplada, numa tentativa de contrariar a sua crescente diminuição ao longo dos anos. A delimitação mais criteriosa das áreas com aptidão agrícola, incluindo-as na RAN, poderá possibilitar o acesso a fundos comunitários. Além disso, apesar de



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO

inicialmente a proposta do plano apresentar um caráter mais conservacionista, centrado na proteção dos recursos florestais, a revolução do paradigma económico e necessidade de adaptação da população à crise financeira atual alterou o pensamento estratégico, de modo que as diretrizes do PROF Baixo Minho foram totalmente incorporadas no ordenamento municipal. Pretende-se o aproveitamento económico dos recursos florestais, tanto de madeira como de outros produtos lenhosos e florestais. Assim, a proposta de ordenamento atual contempla três subcategorias de espaço florestal, já referenciadas anteriormente: espaço florestal de produção, espaço florestal de proteção e espaço florestal de recreio, enquadramento e estética da paisagem.

Outra medida que promove a competitividade do concelho relaciona-se com o turismo na cidade e no meio rural. Nesta ótica delimitou-se na planta de ordenamento as áreas onde o uso é efetivamente turístico, bem como áreas adjacentes a locais de uso público com este potencial (exemplo: capelas, locais de romaria, entre outros). No entanto, como este fator se reveste de elevada importância para a competitividade do concelho, optou-se por elaborar também uma carta complementar com indicações dos locais com maior aptidão e potencial turístico, para suportar na tomada de decisão.

As ações referidas visam o aumento do PIB por setores, tornando o concelho mais competitivo economicamente, fomentando o emprego e, ao mesmo tempo, contribuindo para a fixação e atração de população.

4.3.4| EVOLUÇÃO DE TENDÊNCIAS COM E SEM IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

Tendo em conta os critérios e objetivos de sustentabilidade definidos, elaborou-se o quadro seguinte, que se pretende indicativo da evolução do FCD Desenvolvimento Socioeconómico com e sem a implementação da revisão do PDMB.

Quadro 13: Evolução de tendências com e sem implementação do plano para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico

FCD	Crítérios	Objetivos de sustentabilidade	Sem Plano	Com Plano
III - Desenvolvimento Sócio - Económico	População	Crescimento Populacional	↘	↑
	Emprego	Fomentar o desenvolvimento dos sectores	↘	↑↑
		Reforço do potencial económico do concelho e diversificação da oferta de emprego	↔	↑
	Competitividade	Modernização e requalificação das áreas industriais existentes	↔	↑
		Criação de uma área logística	↔	↑↑↑
		Criação de áreas de acolhimento empresarial	↓	↑↑↑
		Promoção do cluster da construção civil	↓	↑↑
		Promoção do cluster das empresas TIC	↔	↑
		Qualidade de vida como catalisador de investimento e pessoas	↔	↑
		Aumento do PIB por sectores	↔	↑
		Potenciar o turismo na cidade e no meio rural	↔	↑

↔ Estagnar
 ↓ Contributo para agravar
 ↑ Contributo para melhorar
 ↗ Mantém tendência para melhorar
 ↘ Mantém tendência para agravar
 ↑↑ Contributo muito significativo para melhorar
 ↓↓ Contributo muito significativo para agravar
 ↑↑↑ Contributo decisivo para melhorar
 ↓↓↓ Contributo decisivo para agravar
 --- Sem aplicação

De seguida, efetua-se uma breve análise às questões que se afiguraram mais preponderantes.

População

“Crescimento populacional”

Na última década verificou-se um abrandamento do ritmo de crescimento populacional. A proposta de revisão do plano representa um contributo para melhorar esta situação, pela disponibilização de espaços urbanizáveis em áreas estratégicas. O equilíbrio de áreas residenciais face à procura em determinadas freguesias periféricas e de fronteira é muito importante para este objetivo, na medida em que o concelho poderá estar a perder população para os concelhos limítrofes por falta de espaços urbanizáveis na freguesia de origem.

Emprego

“Fomentar o desenvolvimento dos setores” e “Reforço do potencial económico do concelho e diversificação da oferta de emprego”

Sem implementação do plano seria de prever um agravamento no que respeita ao desenvolvimento dos setores, visto não existirem medidas no PDMB de 2001 que permitam a sua evolução. A revisão do PDMB é um contributo importante neste campo, pois disponibiliza áreas estrategicamente localizadas para o desenvolvimento das atividades económicas, nomeadamente indústria, comércio e serviços. Além disso, a delimitação e proteção de áreas mais aptas para a agricultura poderão incentivar a aposta neste setor. Consequentemente, esta situação poderá melhorar a oferta de emprego no concelho e reforçar o seu potencial económico.

Competitividade

“Modernização e requalificação das áreas industriais existentes”

Está previsto com a implementação do plano a intenção de melhoria e realocação de algumas áreas industriais existentes.

“Criação de uma área logística”

A revisão do PDMB é decisiva nesta matéria, dado que se está a prever uma área para este fim, de acordo com o proposto no PROT-N.

“Criação de áreas de acolhimento empresarial”

Prevê-se que sem a implementação do plano a situação se agravasse, pois o PDMB de 2001 não contempla áreas de acolhimento empresarial. A revisão do PDMB tem um contributo decisivo neste âmbito, pois criaram-se áreas destinadas a esse fim, procurando colmatar a carência existente.

“Promoção do cluster da construção civil”

Sem a implementação do plano a situação teria tendência para agravar, tendo em conta a conjuntura económica atual. A implementação do PDMB tenta atenuar esta conjuntura, apostando na reabilitação, integrando os promotores na execução das UOPG's e disponibilizando áreas para atividades económicas, para além de recorrer a políticas urbanas que visam incentivar a sua localização no concelho.

“Promoção do cluster das empresas TIC”

Sem a implementação do plano a situação iria manter-se igual, pois o PDMB de 2001 não contempla esta vertente, enquanto a revisão do PDMB adota medidas para a promover, representando um contributo para melhorar esta situação.

“Qualidade de vida como catalisador de investimento e pessoas”

Este objetivo é incentivado no âmbito da revisão do PDMB dado que são propostos mais espaços verdes, qualificados de acordo com a sua especificidade em diversas subcategorias.



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO

“Potenciar o turismo na cidade e no meio rural”

Este objetivo é incrementado com a definição de áreas que possuem características com potencial turístico, favorecendo assim o aparecimento de novas atividades turísticas nesses locais.

4.3.5| DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO

Apresentam-se de seguida as diretrizes de monitorização que permitirão averiguar o cumprimento das opções estratégicas delineadas face ao FCD Desenvolvimento Socioeconómico.

Quadro 14: Indicadores de Monitorização para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte	Indicadores de monitorização	Unidade Medida	Fonte
III - Desenvolvimento Sócio -Económico	População	Crescimento Populacional	População Residente	Nº	INE	Varição da População residente	%	INE
			Nascimentos e óbitos	Nº e %	INE	Varição dos nascimentos e óbitos	%	INE
			Movimentos Migratórios	Nº e %	INE	Varição dos movimentos migratórios	%	INE
	Emprego	Fomentar o desenvolvimento dos sectores	Varição da área industrial face ao PDM de 2001 (existente e ocupada)	%	CMB	Varição da área industrial, requalificada e ocupada	ha ou %	CMB/ CIM- Cávado/ AIMINHO
			População empregada/ sector de atividade	Nº	INE	População empregada/ sector de atividade	Nº	INE
			Áreas de localização privilegiada para A.E. propostas - Fase I	ha	CMB	Ocupação efetiva das áreas com localização privilegiada para A.E. - Fase I	ha	CMB
			Áreas de localização privilegiada para A.E. propostas - Fase II	ha	CMB	Ocupação efetiva das áreas com localização privilegiada para A.E. - Fase II	ha	CMB
			Áreas de localização privilegiada para A.E. propostas - Fase III	ha	CMB	Ocupação efetiva das áreas com localização privilegiada para A.E. - Fase III	ha	CMB
		Reforço do potencial económico do concelho e diversificação da oferta de emprego	Oferta de Emprego por setor e atividade	%	IEFP	Varição da Oferta de Emprego por setor e atividade	%	IEFP
			N.º Explorações agrícolas	Nº	INE	Varição do N.º Explorações agrícolas	%	INE
			Postos de trabalho em empresas TIC	Nº	INE	Varição do número de postos de trabalho em empresas TIC	Nº	INE
	Unidades industriais existentes no Concelho		Nº	INE/ AIMINHO	Licenças de novas unidades industriais	Nº	CMB	

Competitividade	Modernização e requalificação das áreas industriais existentes	Definição de parâmetros quantitativos e qualitativos a introduzir nas zonas industriais existentes	S/N	CMB	Intervenções de requalificação ou modernização nas zonas industriais	Nº	CMB
		Definição de ações necessárias para a modernização e requalificação das zonas industriais	S/N	CMB			CMB
	Criação de uma área logística	Delimitação de uma área proposta para a instalação	S/N	CMB	Taxa de ocupação de área logística	%	CMB
		Definição de incentivos	S/N	CMB			
	Criação de áreas de acolhimento empresarial	Áreas destinadas a acolhimento empresarial propostas	ha	CMB	Áreas destinadas a acolhimento empresarial efetivamente executadas	ha	CMB
	Promoção do cluster da construção civil	Definição de ações para a promoção do cluster da construção civil (UOPG's, regeneração urbana, etc)	S/N	CMB	Ações executadas para a promoção do cluster da construção civil	Nº	CMB
	Promoção do cluster das empresas TIC	Disponibilização de espaços para a localização destas atividades	ha	CMB	Ocupação efetiva dos espaços destinados a estas atividades	%	CMB
	Qualidade de vida como catalisador de investimento e pessoas	Definição e avaliação de parâmetros de qualidade de vida a considerar	S/N	CMB	Inquérito de avaliação à relevância de parâmetros qualidade de vida para residentes e investidores	Nº	CMB
	Aumento do PIB por sectores	Definição de ações de incremento do PIB por sector	S/N	CMB	Variação do PIB por sector	%	INE/ AIMINHO
		Valor do PIB em 2011	€	INE			
		Valor das exportações do tecido empresarial do concelho	€	AIM/Ministério da Economia/INE	Variação do valor das exportações do tecido empresarial do concelho	€	AIM/Ministério da Economia/INE
	Potenciar o turismo na cidade e no meio rural	Áreas turísticas existentes no concelho	ha e Nº	CMB	Variação das áreas turísticas no concelho	ha e Nº	CMB
		Empreendimentos turísticos	Nº	T.P.	Investimentos/ requalificações dos recursos existentes para o turismo	Nº	CMB/ T.P.
					Licenças emitidas para unidades destinadas ao turismo		
		Intensidade Turística	%	INE/ T.P.	Variação Visitantes/ Turistas	%	CMB/ T.P.
		Estadia média	Nº de dias	INE/ T.P.	Variação Estadia Média	%	
		Troços pedonais e cicláveis associados a atividades de lazer e turismo propostos no Concelho por freguesia	Km	CMB	Novos troços pedonais e cicláveis associados a atividades de lazer e turismo executados no concelho por freguesia	Km	CMB
		Identificação e valorização de zonas com potencial turístico	ha e Nº	CMB	Atividades turísticas desenvolvidas nas áreas identificadas	Nº	CMB
	Usufruto turístico da rede ciclável e pedonal	Elevado/Médio/Baixo	EAT/Empreendimentos Turísticos/Operadores Turísticos	Variação do usufruto turístico da rede ciclável e pedonal	Elevado/Médio/Baixo	EAT/Empreendimentos Turísticos/Operadores Turísticos	

4.4| FCD: PAISAGEM E PATRIMÓNIO CULTURAL

A paisagem e o património cultural de uma região são elementos cruciais para a definição da sua identidade. Deste modo, é essencial que se proceda à sua proteção e revitalização, adotando medidas que salvaguardem a sua sustentabilidade.

4.4.1| DESCRIÇÃO E OBJETIVOS

O quadro seguinte identifica os objetivos de sustentabilidade definidos para a Paisagem e Património Cultural, os quais se pretendem alcançar com a implementação do plano, proporcionando uma maior valorização e manutenção da paisagem e do património existentes.

Quadro 15: Critérios e objetivos de sustentabilidade para o FCD Paisagem e Património Cultural

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade
IV - Paisagem e Património Cultural	Património arquitetónico e arqueológico	Preservação e valorização do património arquitetónico e arqueológico
	Paisagem	Preservação da identidade paisagística
	Núcleos Rurais	Consolidação e Reforço da Identidade dos núcleos rurais

O património arquitetónico e arqueológico existente no concelho é bastante relevante, dotando-o de uma identidade única. Nesta ótica, considera-se crucial adotar medidas que contribuam para a sua preservação e valorização.

Também a paisagem constitui um elemento preponderante, constatando-se a existência de várias áreas com elevado interesse paisagístico em Braga, que devem ser devidamente preservadas, salvaguardadas e valorizadas. Alguns elementos paisagísticos incorporam a Estrutura Ecológica Municipal (EEM), assumindo-se como prioritários ao nível do investimento.

Uma questão pertinente no que respeita à paisagem relaciona-se com os núcleos rurais. É crucial a adoção de medidas destinadas à sua consolidação, reforçando a sua identidade tão característica. Além disso, existe uma preocupação premente no que respeita à dispersão da edificação em solo rural, pretendendo-se proceder a uma contenção da dispersão. O objetivo é evitar a expansão urbana em áreas sem infraestruturas, interiorizadas e sensíveis em termos biofísicos e paisagísticos. Neste âmbito, é importante que se proceda a uma avaliação do património paisagístico e cultural existente, procurando valorizá-lo e salvaguardá-lo da melhor forma possível, em conformidade com as estratégias de planeamento adotadas no âmbito da revisão do PDMB.

4.4.2| ANÁLISE SWOT

O quadro seguinte apresenta a análise SWOT (estática) para o FCD Paisagem e Património Cultural, que permite avaliar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças existentes no concelho relativamente a este fator crítico.

P O N T O S F O R T E S

P O N T O S F R A C O S

AMBIENTE INTERNO

- Diversidade arquitetónica e arqueológica;
- Património religioso preponderante;
- Santuários – classificados como património, caracterizam-se por paisagens envolventes relevantes;
- Elevado potencial turístico, nomeadamente pela relevância de património religioso;
- Centro histórico relativamente bem conservado e dotado de boas infraestruturas (ex. estacionamento);
- Existência de alguns pontos de atração noturna nalgumas ruas do centro histórico (ex.: cafés na Rua em frente à Sé)

- Alguma dispersão do edificado em solo rural e perda de identidade dos núcleos rurais;
- Existência de alguns imóveis degradados no centro histórico;
- Poucas atividades no Centro histórico no período noturno;
- Atividade de algumas pedreiras não cumpre normas legais para a execução, provocando dissonâncias na paisagem;
- Determinadas vias criam barreiras na paisagem.

O P O R T U N I D A D E S

A M E A Ç A S

AMBIENTE EXTERNO

- Semana Santa contribui para manter o património vivo e bem conservado, assim como o evento “Braga Romana”;
- Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) de Braga;
- Projeto de Regeneração urbana – catalisadores de intervenções de regeneração;
- Reabilitação do GeNeRation como catalisador;
- Regulamento de salvaguarda do Centro Histórico;
- Projetos associados à capital europeia da juventude (“encaixa-te” – pela vertente do património e “em caixote”- pela vertente cultural);
- A relevância do turismo como impulsor da boa conservação e reabilitação do património.

- Falta de sensibilização das pessoas para a conservação da paisagem;
- Crise – contribui para a falta de capital/verbas de investimento para a reabilitação do património;
- Incêndios florestais, cheias e erosão dos solos poderão provocar impactes negativos na paisagem;

4.4.3| ANÁLISE DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS

O presente subcapítulo apresenta a abordagem adotada no sentido de concretizar os objetivos de sustentabilidade que consubstanciam os critérios definidos para o fator crítico.

Os indicadores do processo pretendem aferir a situação atual relativa aos objetivos em questão, possibilitando verificar se estes estão a ser atingidos.

Quadro 16: Indicadores do processo para o FCD Paisagem e Património Cultural

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte
IV - Paisagem e Património Cultural	Património arquitetónico e arqueológico	Preservação e valorização do património arquitetónico e arqueológico	Elementos patrimoniais classificados	Nº	IGESPAR
			Elementos patrimoniais inventariados	Nº	CMB
			Variação do nº de elementos arqueológicos/ arquitetónicos, classificados face a 2001	%	IGESPAR
			Variação do nº de elementos arqueológicos/ arquitetónicas, inventariados face a 2001	%	CMB
			Variação do nº de Zonas Especiais de Proteção, face a 2001	%	IGESPAR
	Paisagem	Preservação da identidade paisagística	Áreas de interesse paisagístico	Nº e área (ha)	CMB
			Definição de critérios de enquadramento paisagístico	S/N	CMB
	Núcleos Rurais	Consolidação e Reforço da Identidade dos núcleos rurais	Aglomerados rurais	Nº e área (ha)	CMB
			Definição de critérios qualitativos de edificação em núcleos rurais	S/N	CMB

Tendo em conta a importância de preservar o património arquitetónico e arqueológico do concelho, detentor de uma identidade e características próprias que enriquecem a cidade, procedeu-se à atualização, no âmbito da revisão do PDMB, do património classificado, bem como do património inventariado.

No processo de revisão do PDMB efetuou-se um estudo mais pormenorizado referente ao património existente, resultando na elaboração de fichas individuais para cada imóvel que contém a sua descrição, fotografia do local e coordenadas.

No que concerne à paisagem, a delimitação do solo rural de forma mais criteriosa e a definição da EEM contribuiu para denotar a sua importância, preservando e enaltecendo os valores naturais e culturais existentes. Note-se que também a contenção da dispersão defendida no âmbito da revisão permite uma maior preservação paisagística, evitando a construção em zonas de elevado valor biofísico e natural. Nesta ótica, a delimitação dos aglomerados rurais e das áreas de edificação dispersa propostos, com regras de edificação específicas, serão essenciais, contribuindo para a preservação da sua identidade e evitando a construção fora das áreas definidas.

4.4.4| EVOLUÇÃO DE TENDÊNCIAS COM E SEM IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

Tendo em conta os critérios e objetivos de sustentabilidade definidos, elaborou-se o quadro seguinte, que se pretende indicativo da evolução do FCD Paisagem e Património Cultural com e sem a implementação da revisão do PDMB.

Quadro 17: Evolução de tendências com e sem implementação do plano para o FCD Paisagem e Património Cultural

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Sem Plano	Com Plano
IV - Paisagem e Património Cultural	Património arquitetónico e arqueológico	Preservação e valorização do património arquitetónico e arqueológico	↔	↗
	Paisagem	Preservação da identidade paisagística	↘	↑↑
	Núcleos Rurais	Consolidação e Reforço da Identidade dos núcleos rurais	↘	↑↑

↔ Estagnar
↓ Contributo para agravar
↑ Contributo para melhorar
↗ Mantém tendência para melhorar
↘ Mantém tendência para agravar

↑↑ Contributo muito significativo para melhorar
↓↓ Contributo muito significativo para agravar
↑↑↑ Contributo decisivo para melhorar
↓↓↓ Contributo decisivo para agravar
--- Sem aplicação

De seguida, efetua-se uma breve análise às questões que se afiguraram mais preponderantes.

Património arquitetónico e arqueológico

“Preservação e valorização do património arquitetónico e arqueológico”

Considera-se que sem a implementação do plano a situação se manteria igual. Com a revisão do plano estima-se uma tendência para melhorar pois, se por um lado as ações que visam a preservação do património não são definidas exclusivamente no PDMB (ex. ARU's), por outro este contempla medidas de proteção que promovem esse objetivo, nomeadamente a criação de uma categoria em espaço rural (“Espaço Cultural”), que se desenvolve sobretudo em torno do património.

Paisagem

“Preservação da identidade paisagística”

Prevê-se que sem a implementação do plano a situação apresentasse uma tendência para agravar, devido à permissividade para a dispersão. A revisão do plano representa um contributo muito significativo para melhorar esta situação, pois contempla a delimitação de áreas de interesse paisagístico, potenciadas pela definição de um sistema de vistas, além da definição da EEM.

Núcleos Rurais

“Consolidação e Reforço da Identidade dos núcleos rurais”

Sem a implementação do plano esta situação apresentaria tendência para agravar, pois o PDMB de 2001 não reforça a identidade dos núcleos rurais. A revisão do PDMB representa um contributo bastante positivo neste âmbito, pela delimitação de aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa, promovendo a sua consolidação. Por outro lado, acresce a importância dos parâmetros qualitativos definidos para o solo rural.

4.4.5| DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO

Apresentam-se de seguida as diretrizes de monitorização que permitirão averiguar o cumprimento das opções estratégicas delineadas face ao FCD Paisagem e Património Cultural.

Quadro 18: Indicadores de Monitorização para o FCD Paisagem e Património Cultural

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte	Indicadores de monitorização	Unidade Medida	Fonte
IV - Paisagem e Património Cultural	Património arquitetónico e arqueológico	Preservação e valorização do património arquitetónico e arqueológico	Elementos patrimoniais classificados	Nº	IGESPAR	Operações Urbanísticas no interior da área de salvaguarda (Centro Histórico)	Nº	CMB
			Elementos patrimoniais inventariados	Nº	CMB			
			Variação do nº de elementos arqueológicos/ arquitetónicos, classificados face a 2001	%	IGESPAR	Variação do nº de elementos arqueológicos e arquitetónicos classificados	%	IGESPAR
			Variação do nº de elementos arqueológicos/ arquitetónicas, inventariados face a 2001	%	CMB	Variação do nº de elementos arqueológicos inventariados	%	
			Variação do nº de Zonas Especiais de Proteção, face a 2001	%	IGESPAR	Variação do nº de ZEP's	%	IGESPAR
	Intervenções (recuperação/conservação) em elementos classificados e inventariados	Nº				CMB/IGESPAR		
	Paisagem	Preservação da identidade paisagística	Áreas de interesse paisagístico	Nº e área (ha)	CMB	Ações programadas nas áreas de interesse paisagístico	Nº	CMB
			Definição de critérios de enquadramento paisagístico	S/N	CMB	Informações técnicas que contemplam critérios de enquadramento paisagístico	N.º	CMB
	Núcleos Rurais	Consolidação e Reforço da Identidade dos núcleos rurais	Aglomerados rurais	Nº e área (ha)	CMB	N.º de intervenções de reabilitação/ consolidação dos Aglomerados rurais	Nº e área (ha)	CMB
			Definição de critérios qualitativos de edificação em núcleos rurais	S/N	CMB	Informações técnicas que contemplam critérios qualitativos de enquadramento arquitetónico e paisagístico	S/N	CMB

4.5| FCD: RECURSOS NATURAIS

A proteção e valorização dos recursos naturais é essencial para o desenvolvimento sustentável de qualquer região.

4.5.1| DESCRIÇÃO E OBJETIVOS

O quadro seguinte identifica os objetivos de sustentabilidade definidos para os Recursos Naturais, os quais se pretendem alcançar com a implementação do plano, proporcionando um desenvolvimento ambiental sustentável.

Quadro 19: Critérios e objetivos de sustentabilidade para o FCD Recursos Naturais

FCD		Critérios	Objetivos de sustentabilidade
V - Recursos Naturais	Va - Biodiversidade	Floresta	Aumento das espécies florestais autóctones e controle das monoculturas de espécies de crescimento rápido.
		Fauna	Proteção da fauna existente
		Flora	Proteção da flora existente
		Solo	Proteção dos solos evoluídos
		Fragmentação de ecossistemas	Evitar a fragmentação do habitat e promover a obtenção do <i>continuum naturale</i>
	Vb - Recursos Hídricos	Recursos Hídricos	Manutenção, conservação, valorização e proteção dos recursos hídricos.
	Vc - Riscos Naturais e Antrópicos	Cheias e inundações	Minimizar os impactos das cheias e inundações
		Incêndios Florestais	Reduzir o risco de incêndio e a área ardida
		Erosão dos solos	Revitalizar a área ardida e prevenir a erosão dos solos
		Atividades Perigosas	Minimizar a exposição ao risco de explosão

A definição deste FCD pretende evidenciar a influência do PDMB relativamente à gestão destes recursos, nomeadamente no que respeita à biodiversidade, recursos hídricos e riscos naturais e antrópicos.

A Biodiversidade é definida como a diversidade das formas de vida e tem funções essenciais para a manutenção do pleno equilíbrio dos ecossistemas, atuando como filtro ao nível dos componentes atmosféricos e dos recursos hídricos e desempenhando um papel fundamental no combate à erosão dos solos e na prevenção de riscos naturais.

Assim, em termos de biodiversidade, definiram-se como critérios fundamentais a floresta, fauna, flora, solo e fragmentação dos sistemas.

No que respeita à floresta, considera-se essencial a adoção de medidas que promovam o aumento das espécies autóctones (carvalhos, sobreiros, freixos e amieiros, entre outras), estando bem adaptadas às condições climáticas da região, o que as torna mais resistentes às adversidades ambientais. A sua presença proporciona um equilíbrio biológico da diversidade e da paisagem, pelo que é de suma importância a sua proteção. Por outro lado, devem-se tomar medidas de controlo relativamente às



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

monoculturas de espécies de crescimento rápido (eucalipto, entre outras), pois propagam-se de forma célere, podendo até destruir as espécies nativas, provocando uma diminuição da diversidade vegetal da região, bem como da própria fauna. Nesta ótica, a proteção da fauna e da flora existentes é essencial, pois são elementos que promovem a biodiversidade do território, devendo-se prevenir a degradação, perturbação e extinção das espécies vegetais e animais que caracterizam o concelho.

Outro elemento essencial para assegurar a biodiversidade é o solo, pois constitui um recurso natural de extrema importância, servindo de suporte para as plantas terrestres e constituindo uma reserva de nutrientes e água necessária para o seu desenvolvimento. Estabelece um ambiente propício para a proliferação de uma enorme quantidade de organismos vivos que, em contrapartida, contribuem para a estabilidade estrutural e para o incremento da biodiversidade.

Assim, considera-se objetivo fulcral a proteção dos solos evoluídos, que apresentam uma elevada concentração de matéria orgânica e mineral. Estes solos encontram-se integrados na RAN, cujo objetivo é a proteção e conservação dos solos com maior aptidão agrícola.

Um dos principais problemas da conservação da natureza é a fragmentação de habitats e a consequente descontinuação de espaços naturais, que leva à destruição de ecossistemas, à transformação e ocupação do solo e perda de biodiversidade. Neste âmbito, é fundamental adotar medidas de planeamento territorial que promovam a obtenção do *continuum naturale*, bem como considerar cenários alternativos que minimizem os impactes negativos que poderão surgir.

No que respeita aos recursos hídricos, é bastante pertinente que se proceda à sua proteção e valorização. Essa valência poderá ser alcançada recorrendo à criação de faixas de proteção ao domínio hídrico, bem como ações de reabilitação das margens dos rios, nomeadamente do rio Este, que atravessa um troço mais citadino do concelho. O controlo da poluição da água e adoção de medidas de depuração representam também um contributo importante, essencialmente em cursos de água mais sujeitos a descargas provenientes da atividade antrópica e agrícola.

Por fim, a questão dos riscos naturais alcança proporções relevantes, revelando-se necessário o seu controlo e prevenção. As cheias e inundações são um risco representativo no concelho em alturas de elevada pluviosidade. A delimitação das zonas de cheia permite um melhor planeamento urbanístico, incluindo a adoção de medidas de limitação da impermeabilização do solo, permitindo a adoção de medidas de mitigação no que respeita a este risco natural. A limpeza dos canais e secções de escoamento são outro aspeto preponderante para diminuir a sua ocorrência.

No que concerne ao risco de incêndio, à semelhança do que acontece com as cheias, é necessário uma cartografia bem elaborada, que permitirá o correto planeamento das zonas mais suscetíveis a incêndios florestais.

Em termos de atividade perigosas, destaca-se a existência de um estabelecimento SEVESO (estabelecimentos com “substâncias perigosas”), que deve ser alvo de uma análise atenta, de forma a definir medidas que previnam e/ou minimizem os seus impactes. O estabelecimento em questão é a Gasnor – comércio de Gás e Eletrodomésticos, situada na União de Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães. O estabelecimento da Gasnor está abrangido pelo DL 164/2001 de 23 de



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Maio (Diretiva SEVESO II), estando classificado com um nível inferior de perigosidade. Encontra-se abrangido pelo art.º nº 14 do DL supracitado, que refere a obrigação do operador elaborar e aplicar uma Política de Prevenção de Acidentes Graves.

De acordo com o art.º 5 do capítulo II do DL 254/2007 de 12 de Julho, *“as câmaras municipais devem assegurar na elaboração, revisão e alteração dos planos municipais de ordenamento do território que são fixadas distâncias de segurança adequadas entre os estabelecimentos abrangidos pelo presente decreto-lei e zonas residenciais, vias de comunicação, locais frequentados pelo público e zonas ambientalmente sensíveis”*. Nesta ótica, a proposta do plano deve ter em conta a existência deste estabelecimento e estabelecer medidas que minimizem possíveis impactes negativos.

4.5.2| ANÁLISE SWOT

O quadro seguinte apresenta a análise SWOT (estática) para o FCD Recursos Naturais, que permite avaliar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças existentes no concelho relativamente a este fator crítico.

P O N T O S F O R T E S

AMBIENTE INTERNO

- Rede Hidrográfica densa;
- Integração dos cursos de água na REN e na Carta de cheias e inundações;
- Intervenções em cursos de água;
- Crescente presença de carvalhos e sobreiros na regeneração de áreas ardidas;
- Aumento das áreas de RAN e REN;
- Boa qualidade dos solos para exploração agrícola e florestal;

P O N T O S F R A C O S

- Rio Este e outros troços de cursos de água que atravessam zonas urbanas consolidadas tornando-as mais suscetível a inundações;
- Destruição da galeria ripícola patente ao longo dos cursos de água nas áreas onde estes atravessam zonas urbanas;
- Extensas monoculturas (pinheiro bravo e eucalipto);

O P O R T U N I D A D E S

AMBIENTE EXTERNO

- Reabilitação do Rio Este e ribeira de Panoias;
- PDMFCI – oportunidade para reduzir o risco de incêndio.

A M E A Ç A S

- Existência de descargas ilegais nos cursos de água;
- Possibilidade de ocorrência de poluição difusa nos cursos de água;
- Incêndios Florestais e erosão dos solos;
- Aumento da exploração intensiva de espécies de crescimento rápido;
- Perigo de explosão



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

4.5.3| ANÁLISE DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS

O presente subcapítulo apresenta a abordagem adotada no sentido de concretizar os objetivos de sustentabilidade que consubstanciam os critérios definidos para o fator crítico.

Os indicadores do processo pretendem aferir a situação atual relativa aos objetivos em questão, possibilitando verificar se estes estão a ser atingidos.

Quadro 20: Indicadores do processo para o FCD Recursos Naturais

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte	
V - Recursos Naturais	Va - Biodiversidade de	Floresta	Aumento das espécies florestais autóctones e controle das monoculturas de espécies de crescimento rápido.	Área de povoamentos florestais de espécies autóctones	ha	CMB/ GF
			Área de povoamentos florestais - monoculturas	ha	CMB/ GF	
		Fauna	Proteção da fauna existente	Medidas de proteção dos habitats	S/N	CMB
				N.º de Contraordenações	N.º	SEPNA
		Flora	Proteção da flora existente	Medidas de proteção da flora	S/N	CMB
				N.º de Contraordenações	N.º	SEPNA
		Solo	Proteção dos solos evoluídos	Adoção de critérios para a delimitação da RAN e REN	S/N	CMB
				Edificações e infraestruturas em RAN	Nº e área (ha)	CMB
	Edificações e infraestruturas em REN			Nº e área (ha)	CMB	
	Fragmentação de ecossistemas	Evitar a fragmentação do habitat e promover a obtenção do <i>continuum naturale</i>	Estudo de cenários alternativos para evitar a fragmentação de ecossistemas	S/N	CMB	
			Corredores verdes inseridos na EEM	Nº e área (ha)	CMB	
	Vb - Recursos Hídricos	Recursos Hídricos	Manutenção, conservação, valorização e proteção dos recursos hídricos.	Parâmetros de qualidade da água	Elevado/Médio/Baixo	AGERE
				Projetos de reabilitação das margens dos cursos de água	S/N	CMB/ ARH
				Leitos dos cursos de água integrados na REN	ha	CMB
				Área proposta para EV de proteção do domínio hídrico	ha	CMB
	Vc - Riscos Naturais e	Cheias e inundações	Minimizar os impactos das cheias e inundações	Delimitação da cartografia de risco	S/N	CMB - GF

Antrópicos			Definição de bacias de retenção	Nº	CMB
			Área impermeabilizada/Área de solo urbano	%	CMB
			Introdução de parâmetros máximos de impermeabilização a aplicar nas operações urbanísticas	S/N	CMB
			Ações de sensibilização para a proteção e limpeza dos leitos e margens dos cursos de água	Nº	CMB
	Incêndios Florestais	Reduzir o risco de incêndio e a área ardida	Delimitação da cartografia de risco	S/N	CMB
			Articulação da proposta de ordenamento com o PMDFCI e PME	S/N	CMB
			Adoção de critérios para a reconversão/reflorestação com espécies mais resistentes ao fogo	S/N	CMB
			Área ardida	ha/ano	CMB
	Erosão dos solos	Revitalizar a área ardida e prevenir a erosão dos solos	Integração de medidas de mitigação (PMDFCI)	S/N	CMB - GF
			Quantificação de áreas com risco de erosão delimitadas na carta da REN	ha	CMB
	Atividades Perigosas	Minimizar a exposição ao risco de explosão	Nº de estabelecimentos com risco de explosão	Nº	CMB
			Áreas urbanizáveis inseridas num raio de 200m ao estabelecimento	ha	CMB

No âmbito da revisão do PDMB considerou-se critério fundamental a preservação da biodiversidade, nomeadamente no que respeita à proteção dos solos evoluídos, manutenção das zonas florestais, proteção da fauna e flora e promoção do *continuum naturale*. A delimitação da RAN contribui de forma direta e essencial para a proteção dos solos evoluídos. Esta condicionante apresenta legislação própria, tornando muito restrita a edificação nas áreas por ela abrangida (no que respeita à edificação de habitação, a lei permite a construção ou ampliação de habitação para residência própria e permanente de agricultores em exploração agrícola, bem como a construção ou ampliação de habitação para residência própria e permanente dos proprietários e respetivos agregados familiares, mas neste último caso com os limites de área e tipologia estabelecidos no regime da habitação a custos controlados em função da dimensão do agregado, quando se encontrem em situação de comprovada insuficiência económica e não sejam proprietários de qualquer outro edifício ou fração para fins habitacionais, desde que daí não resultem inconvenientes para os interesses tutelados pelo regime. Nestes casos, apenas é permitida uma única utilização não agrícola, e a mesma deverá localizar-se nas terras e solos classificadas como de menor aptidão. Esta utilização está ainda assim sujeita a controlo administrativo, na medida em que compete aos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente, do ordenamento do território,



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

da economia, da agricultura, do desenvolvimento rural, das obras públicas e transportes aprovar, por portaria, os limites e as condições a observar para a viabilização destas utilizações – nomeadamente assentes em fatores demográficos ou de ordenamento do território, após audição das entidades regionais da RAN. Refira-se que estas obras estão sujeitas à obrigação de comunicação prévia quando as respetivas operações urbanísticas não ultrapassam os 1000m². A rejeição da comunicação prévia implica a impossibilidade de realização da utilização pretendida).

Também a delimitação dos aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa, associados à restrição de edificabilidade fora dos seus perímetros, contribuem para a manutenção da biodiversidade.

A delimitação da REN (que apresenta legislação própria, sendo proibida a edificação nas zonas por ela abrangidas) e da EEM promove a proteção da fauna e flora existentes, condicionando áreas características que devem ser protegidas. A EEM e os corredores verdes propostos contribuem de forma crucial para evitar a fragmentação dos habitats, fator a ter em conta pois algumas propostas, designadamente a Variante do Cávado ou Circular exterior, podem representar potenciais fatores de fragmentação, devendo-se ponderar cenários alternativos que minimizem esse e outros impactes.

No que concerne aos recursos hídricos as propostas elaboradas no processo de revisão contribuem para a proteção e conservação dos recursos hídricos, através da delimitação da REN, que engloba os leitos de cursos de água mais expressivos, áreas de infiltração máxima, albufeiras e respetivas faixas de proteção e cabeceiras de linhas de água. Além disso, a criação da subcategoria de espaço “*espaços verdes de proteção às linhas de água e à REN*”, comporta restrições de edificabilidade nessas áreas.

Relativamente aos riscos naturais o PMDFCI e o PME são instrumentos chave, tendo sido essencial articulá-los devidamente com o PDMB. Estes instrumentos permitem antecipar potenciais situações de risco, bem como controlar ou eliminar as já existentes. No que concerne ao risco de incêndio alto e muito alto foi possível, com a análise destas cartas, recuar as áreas de expansão urbana contíguas a espaços florestais. As áreas inundáveis, por sua vez, permitem controlar a expansão urbana e a impermeabilização do solo, possibilitando a adoção de medidas de reconversão do solo de forma a tentar minimizar os impactes sentidos nos períodos de máxima precipitação. Desta forma, com a transposição desta informação para o processo de planeamento é possível obter um desenvolvimento urbano mais assertivo.

De forma mais pró-ativa, as campanhas de sensibilização da população, a vigilância e a limpeza das florestas, entre outros aspetos, contribuirão para uma diminuição do risco de incêndio. Associado aos incêndios florestais estão as áreas ardidas, que devem ser reflorestadas, prevenindo a erosão dos solos.

Note-se que a REN, no âmbito do PDMB, é uma componente essencial quanto aos riscos naturais, englobando zonas com elevado risco de erosão, pelo que a sua delimitação mais criteriosa representa vantagens a este nível.

Também no que concerne a cheias e inundações, o PDMB teve em conta a cartografia de risco de cheias e contempla, na sua proposta, bacias de retenção e parâmetros de impermeabilização, entre outros aspetos, o que permitiu a criação de cenários alternativos na busca de um planeamento urbano mais eficaz com vista à minimização das cheias e inundações. À semelhança do que ocorre no risco de



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

incêndio, também aqui a REN é significativa, abrangendo cursos de água significativos, cabeceiras de linhas de água e zonas de infiltração máxima.

4.5.4| EVOLUÇÃO DE TENDÊNCIAS COM E SEM IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

Tendo em conta os critérios e objetivos de sustentabilidade definidos, elaborou-se o quadro seguinte, que se pretende indicativo da evolução do FCD Recursos Naturais com e sem a implementação da revisão do PDMB.

Quadro 21: Evolução de tendências com e sem implementação do plano para o FCD Recursos Naturais

FCD		Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Sem Plano	Com Plano
V - Recursos Naturais	Va - Biodiversidade	Floresta	Aumento das espécies florestais autóctones e controlo das monoculturas de espécies de crescimento rápido.	↑	↑
		Fauna	Proteção da fauna existente	↔	↑
		Flora	Proteção da flora existente	↔	↑
		Solo	Proteção dos solos evoluídos	↘	↑
		Fragmentação de ecossistemas	Evitar a fragmentação do habitat e promover a obtenção do <i>continuum naturale</i>	↔	↑↑
	Vb - Recursos Hídricos	Recursos Hídricos	Manutenção, conservação, valorização e proteção dos recursos hídricos.	↑	↑↑
	Vc - Riscos Naturais e Antrópicos	Cheias e inundações	Minimizar os impactos das cheias e inundações	↗	↑
		Incêndios Florestais	Reduzir o risco de incêndio e a área ardida	↗	↑
		Erosão dos solos	Revitalizar a área ardida e prevenir a erosão dos solos	↗	↑
		Atividades Perigosas	Minimizar a exposição ao risco de explosão	↔	↑

↔ Estagnar
 ↓ Contributo para agravar
 ↑ Contributo para melhorar
 ↗ Mantém tendência para melhorar
 ↘ Mantém tendência para agravar

↑↑ Contributo muito significativo para melhorar
 ↓↓ Contributo muito significativo para agravar
 ↑↑↑ Contributo decisivo para melhorar
 ↓↓↓ Contributo decisivo para agravar
 --- Sem aplicação

De seguida, efetua-se uma breve análise às questões que se afiguraram mais preponderantes.

Biodiversidade

“Aumento das espécies florestais autóctones e controlo das monoculturas de espécies de crescimento rápido”

Com ou sem implementação do plano esta situação apresenta tendência para melhorar, visto que o PMDFCI assim o prevê. Contudo, a proposta do plano também adota medidas nesta matéria.

“Proteção da fauna existente” e “Proteção da flora existente”



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Sem implementação do plano a tendência seria para esta situação se manter. A revisão do PDMB representa um contributo para melhorar, pela delimitação da REN e da EEM, que visam salvaguardar a fauna e flora existentes.

“Proteção dos solos evoluídos”

Sem implementação do plano a tendência seria para o agravamento desta situação, pois no PDMB de 2001 há muita permissividade para a dispersão. A revisão do plano é um contributo importante neste campo, devido à introdução de novas categorias na qualificação do solo rural, bem como pelos novos critérios de delimitação da RAN e restrição de edificabilidade no solo rural fora dos aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa.

“Evitar a fragmentação do habitat e promover a obtenção do continuum naturale”

Estima-se que sem a implementação do plano a tendência seria para uma estagnação da situação. A revisão do plano representa um contributo muito significativo para melhorar esta situação, devido à definição da EEM e de corredores verdes.

Recursos Hídricos

“Manutenção, conservação, valorização e proteção dos recursos hídricos”

Sem implementação do plano considera-se que esta questão já teria tendência para melhorar, pois estão a decorrer várias ações externas ao PDMB nesse sentido. Não obstante, a revisão do plano é um contributo muito significativo, pois propõe restrições de edificabilidade junto às margens dos rios, além da delimitação da REN que engloba os cursos de água mais significativos e as cabeceiras das linhas de água.

Riscos Naturais e Antrópicos

“Minimizar os impactos das cheias e inundações”; “Reduzir o risco de incêndio e a área ardida” e

“Revitalizar a área ardida e prevenir a erosão dos solos”

Sem implementação do plano a tendência já seria para melhorar, pois os instrumentos fulcrais neste assunto são o PMDFCI e o PME. No entanto, a revisão do PDMB vem beneficiar mais ainda esta vertente, pela adoção da cartografia de risco de incêndio e de cheias na proposta de ordenamento, bem como definição de bacias de retenção e parâmetros de impermeabilização do solo. A delimitação da REN também é preponderante, nomeadamente por englobar áreas com risco de cheia, de infiltração máxima e com risco de erosão.

4.5.5| DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO

Apresentam-se de seguida as diretrizes de monitorização que permitirão averiguar o cumprimento das opções estratégicas delineadas face ao FCD Recursos Naturais.

Quadro 22: Indicadores de Monitorização para o FCD Recursos Naturais

FCD		Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte	Indicadores de monitorização	Unidade Medida	Fonte	
V - Recursos Naturais	Va - Biodiversidade	Floresta	Aumento das espécies florestais autóctones e controle das monoculturas de espécies de crescimento rápido.	Área de povoamentos florestais de espécies autóctones	ha	CMB/ GF	Variação da área ocupada por espécies autóctones	%	CMB/ GF	
				Área de povoamentos florestais - monoculturas	ha	CMB/ GF	Variação da área ocupada por monoculturas	%	CMB/ GF	
		Fauna	Proteção da fauna existente	Medidas de proteção dos habitats	S/N	CMB	Variação do N.º de Contraordenações	%	SEPNA	
				N.º de Contraordenações	N.º	SEPNA				
		Flora	Proteção da flora existente	Medidas de proteção da flora	S/N	CMB	Variação do N.º de Contraordenações	%	SEPNA	
				N.º de Contraordenações	N.º	SEPNA				
		Solo	Proteção dos solos evoluídos	Adoção de critérios para a delimitação da RAN e REN	S/N	CMB	Ações de formação e sensibilização para uma adequada utilização do solo	Nº	CMB	
				Edificações e infraestruturas em RAN	Nº e área (ha)	CMB	Edificações e infraestruturas em RAN	Nº e área (ha)	CMB	
				Edificações e infraestruturas em REN	Nº e área (ha)	CMB	Edificações e infraestruturas em REN	Nº e área (ha)	CMB	
		Fragmentação de ecossistemas	Evitar a fragmentação do habitat e promover a obtenção do <i>continuum naturale</i>	Estudo de cenários alternativos para evitar a fragmentação de ecossistemas	S/N	CMB	Área impermeabilizada em EEM/ Área de EEM total	%	CMB	
				Corredores verdes inseridos na EEM	Nº e área (ha)	CMB	Intervenções positivas em corredores verdes	Nº	CMB	
							Variação da área destinada a corredores verdes	%	CMB	
		Vb - Recursos Hídricos	Recursos Hídricos	Manutenção, conservação, valorização e proteção dos recursos hídricos.	Parâmetros de qualidade da água	Elevado/Médio/Baixo	AGERE	Parâmetros de qualidade da água	Elevado/Médio/Baixo	AGERE
								Fiscalizações	Nº	AGERE
								Ações de limpeza	Nº	AGERE
Projetos de reabilitação das margens dos cursos de água	S/N				CMB/ ARH	Execução dos planos/programas/projetos em cursos de água	Nº ou área	CMB		
Leitos dos cursos de água integrados na REN	ha				CMB	Novas edificações e/ou infraestruturas em áreas de REN, nomeadamente nas áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos.	Nº	CMB		
Área proposta para EV de proteção do domínio hídrico	ha				CMB	Irregularidades na faixa de proteção do domínio hídrico	Nº	CMB		

Vc - Riscos Naturais e Antrópicos	Cheias e inundações	Minimizar os impactos das cheias e inundações	Delimitação da cartografia de risco	S/N	CMB - GF	Intervenções em áreas com risco de cheia e inundáveis identificadas na Cartografia de Risco	Nº	CMB
			Definição de bacias de retenção	Nº	CMB	Bacias de retenção executadas	Nº	CMB
			Área impermeabilizada/Área de solo urbano	%	CMB	Área impermeabilizada por operação urbanística face à totalidade do solo urbano	%	CMB
			Introdução de parâmetros máximos de impermeabilização a aplicar nas operações urbanísticas	S/N	CMB			
			Ações de sensibilização para a proteção e limpeza dos leitos e margens dos cursos de água	Nº	CMB			
	Incêndios Florestais	Reduzir o risco de incêndio a área ardida	Delimitação da cartografia de risco	S/N	CMB	Campanhas de sensibilização da população escolar e em geral	Nº	CMB
			Articulação da proposta de ordenamento com o PMDFCI e PME	S/N	CMB			
			Adoção de critérios para a reconversão/reflorestação com espécies mais resistentes ao fogo	S/N	CMB	Fiscalização no período crítico	S/N	CMB
			Área ardida	ha/ano	CMB	Área ardida	ha/ano	CMB
						Reconversões/ Reflorestações com espécies mais resistentes ao fogo	Nº	CMB
						Intervenções de limpeza no espaço florestal	Nº e área (ha)	CMB
	Erosão dos solos	Revitalizar a área ardida e prevenir a erosão dos solos	Integração de medidas de mitigação (PMDFCI)	S/N	CMB - GF	Ações de sensibilização aos privados para a sujeição das áreas ardidas a planos de intervenção florestal	Nº	CMB - GF
			Quantificação de áreas com risco de erosão delimitadas na carta da REN	ha	CMB	Intervenções de reabilitação das áreas com risco de erosão	Nº	CMB - GF
	Atividades Perigosas	Minimizar a exposição ao risco de explosão	Nº de estabelecimentos com risco de explosão	Nº	CMB	Nº de estabelecimentos com risco de explosão	Nº	CMB
			Áreas urbanizáveis inseridas num raio de 200m ao estabelecimento	ha	CMB	Novas edificações inseridas num raio de 200m ao estabelecimento	Nº	CMB

4.6| FCD: AMBIENTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA

A qualidade ambiental de uma região, tal como as suas potencialidades e valências para a prática de atividades de lazer, são determinantes para a qualidade de vida populacional.

Assim, torna-se premente potenciar esses elementos de forma a promover uma qualidade de vida cada vez mais elevada no concelho.

4.6.1| DESCRIÇÃO E OBJETIVOS

O quadro seguinte identifica os objetivos de sustentabilidade para o Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida, os quais se pretendem alcançar com a implementação do plano, proporcionando um desenvolvimento ambiental sustentável e uma melhoria da qualidade de vida da população.

Quadro 23: Critérios e objetivos de sustentabilidade para o FCD Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade
VI - Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida	Atmosfera	Redução das Emissões de GEE
		Gestão da Área Florestal
	Gestão de resíduos e eficiência energética	Eficientes rotas de recolha
		Energias Alternativas
		Satisfação da população
	Ruído	Minimizar o ruído ambiente
	Gestão, abastecimento, tratamento e qualidade da água	Eficiência da rede
	Espaços de Utilização Coletiva	Aumentar e estruturar em rede os espaços verdes de utilização coletiva
	Equipamentos	Melhoria das condições para a prática desportiva
		Gestão de equipamentos

A definição deste FCD pretende evidenciar o contributo do PDMB na adoção de hábitos de vida saudáveis, melhorando a qualidade de vida populacional e tendo repercussões na saúde dos indivíduos.

Nesta ótica, a atmosfera representa um critério fundamental, devendo-se adotar medidas que permitam a redução das emissões de GEE, bem como proceder a uma correta gestão da área florestal existente, visto serem dois fatores essenciais para a promoção de uma boa qualidade ambiental e consequentemente, responsáveis por uma melhoria da qualidade de vida.

Também a gestão de resíduos e eficiência energética beneficiam o ambiente e as condições de vida da população, tornando-se crucial proceder a ações que assegurem eficientes rotas de recolha dos resíduos e proporcionem a utilização de energias alternativas. É igualmente importante adotar medidas que permitam minimizar o ruído ambiente, nomeadamente em zonas mais sensíveis a este fenómeno, como é o caso de áreas atravessadas por vias sujeitas a um tráfego mais elevado.

Outro critério importante relaciona-se com a gestão e qualidade da água, verificando-se ser de suma importância adotar sistemas de tratamento mais eficazes neste campo.



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO

A criação e correta estruturação de espaços públicos são fulcrais a nível do planeamento, pelo que se revela essencial aumentar e estruturar em rede os espaços verdes de utilização coletiva, que se demonstram fundamentais para atividades de lazer e descanso, contribuindo assim para um nível de vida mais elevado da população. Do mesmo modo, também a disponibilização e correta estruturação dos equipamentos existentes, nomeadamente desportivos e sociais, devem assumir um papel prioritário no planeamento urbanístico. Para o efeito é relevante elaborar estudos que permitam verificar as carências existentes e colmata-las, promovendo desta forma meios que incentivem a prática de lazer e apoiem os indivíduos, melhorando a sua qualidade de vida.

4.6.2| ANÁLISE SWOT

O quadro seguinte apresenta a análise SWOT (estática) para o FCD Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida, que permite avaliar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças existentes no concelho relativamente a este fator crítico.

P O N T O S F O R T E S

AMBIENTE INTERNO

- Posição geoestratégica – Braga localiza-se num ponto central de núcleos turísticos (Guimarães, Gerês, praias), o que possibilita a atração de uma maior quantidade de indivíduos;
- Boa cobertura de equipamentos educativos, de saúde e desportivos;
- Requalificação recente dos equipamentos (educativos e desportivos);
- Importância municipal e supramunicipal de alguns equipamentos na atração de visitantes (como o estádio, kartódromo, aeródromo, quinta pedagógica, praias fluviais);
- Boa articulação dos equipamentos com a rede de transportes TUB;
- Rede de equipamentos religiosos muito densa, o que constitui um fator benéfico para o fomento do turismo religioso;
- Existência de vários recursos turísticos (Parque de Bom Jesus, S. João da Ponte, etc.);
- Estabelecimentos hoteleiros de Braga apresentam capacidade de resposta à afluência de turistas;
- Aumento da procura turística (até 2009);

P O N T O S F R A C O S

- Défice de lares de idosos;
- Estado de abandono de alguns equipamentos educativos;
- Défice de estacionamento de apoio a equipamentos (designadamente educativos);
- Défice de investimento em equipamentos e atividades culturais (não acompanham as exigências inerentes a este tipo de atividade);
- Défice de espaços verdes de apoio residencial;
- Cedências ao domínio público para espaços verdes, no âmbito das operações de loteamento, constituem com frequência áreas residuais (canteiros, espaços verdes de enquadramento) e não espaços verdes de utilização coletiva, com real capacidade de usufruto por parte da população;
- Modo único de recolha de resíduos “porta-a-porta”;
- Existência de fontes de ruído (variantes) próximas de zonas residenciais;
- Dispersão de equipamentos em relação aos espaços centrais dos aglomerados mais periféricos.

O P O R T U N I D A D E S

AMBIENTE EXTERNO

- Importância da legislação, designadamente:
 - Mapa de Ruído, o qual permite minimizar as questões de conflito e orientar o planeamento (ex.: colocação de barreiras acústicas e medidas de redução de ruído)
 - Definição da EEM, que poderá constituir uma mais-valia para o ambiente e lazer;
- Eventos relacionados com a Semana Santa conferem uma atração nacional e ibérica, bem como os eventos relacionados com a Braga Romana;
- Projetos integrados na CIM-Cávado para revitalização das margens do Cávado de forma articulada com todos os Concelhos envolvidos (ex.: faixas cicláveis integradas);
- Crise – pode criar oportunidade para utilizar mais intensivamente as praias fluviais e os equipamentos de lazer existentes no concelho, bem como, retrain a utilização do TI e substituí-lo pelo TP e pelos modos suaves;

A M E A Ç A S

- Incerteza do destino dos edifícios das Juntas de freguesia do Concelho que foram alvo de agregação administrativa;
- Défice de massa crítica e público para eventos culturais;
- Oferta para atividades culturais no Concelho restrita a determinados públicos-alvo.

P O N T O S F O R T E S

AMBIENTE INTERNO

- Alteração do PDMB, no que concerne às cedências ao Domínio Público, no âmbito das operações de loteamentos (parâmetros quantitativos e qualitativos);
- Rede pública de abastecimento de água cobre praticamente todo o Concelho (cerca de 98%);
- Rede pública de saneamento tem vindo a aumentar;
- Aumento dos níveis de reciclagem;
- Criação da Circular exterior – evita o atravessamento pelo centro (de pesados), reduzindo o tráfego automóvel e a poluição nessa área.

P O N T O S F R A C O S

O P O R T U N I D A D E S

AMBIENTE EXTERNO

- Equipamentos existentes em bom estado de conservação e disponíveis para usufruto da população;
- Possibilidade de reconversão de alguns equipamentos inativos.
- Estão previstos 3 projetos relacionados com o Golfe, o que contribui para a diversificação da oferta turística;
- Projeto de Regeneração Urbana desenvolvido na cidade de Braga;
- PDMFCI – Pela gestão das áreas florestais;

A M E A Ç A S

4.6.3| ANÁLISE DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS

O presente subcapítulo apresenta a abordagem adotada no sentido de concretizar os objetivos de sustentabilidade que consubstanciam os critérios definidos para o fator crítico.

Os indicadores do processo pretendem aferir a situação atual relativa aos objetivos em questão, possibilitando verificar se estes estão a ser atingidos.

Quadro 24: Indicadores do processo para o FCD Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte
VI - Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida	Atmosfera	Redução das Emissões de GEE	Veículos de transporte coletivo elétricos e a gás	Nº	IMTT/ TUB
			Estações de abastecimento para carros elétricos	Nº	CMB
			Relação Utilizadores de transporte público/ transporte privado	%	IMTT/ TUB/ ARRIVA/REFER/ Outras
		Gestão da Área Florestal	Área de Espaço Florestal classificado em PDM	ha	CMB
	Gestão de resíduos e eficiência energética	Eficientes rotas de recolha	Lucro por rota de recolha seletiva	€/Rota	BRAVAL
			Lucro por rota de recolha de indiferenciados	€/Rota	BRAVAL
		Energias Alternativas	Edifícios com instalação de painéis	Nº	M.E./CMB
			KW produzidos no concelho e vendidos à Rede	%	M.E./ EDP
		Satisfação da população	Satisfação quanto à periodicidade e métodos de recolha de resíduos (inquéritos)	Elevado/Mé dio/ Baixo	CMB
			Percurso de Recolha: diária, de dois em dois dias e semanal	Km	BRAVAL
	Ruído	Minimizar o ruído ambiente	Elaboração do Mapa do ruído	S/N	CMB
			Quantificação de área urbana sujeita a níveis elevados de ruído	ha	CMB
			População sujeita a níveis elevados de ruído	Nº	CMB
	Gestão, abastecimento, tratamento e qualidade da água.	Eficiência da rede	Taxa de cobertura das redes de abastecimento de água e saneamento	%	AGERE
			Perdas na rede	m³	AGERE
			Parâmetros de qualidade da água no consumidor final	Elevado/Mé dio/ Baixo	AGERE
			ETAR'S construídas até 2011	Nº	AGERE
	Espaços de Utilização Coletiva	Aumentar e estruturar em rede os espaços verdes de utilização coletiva	Área de espaços Verdes/Área do concelho	%	CMB
			Espaços verdes integrados/ Total de espaços verdes	%	CMB
	Equipamentos	Melhoria das condições para a prática desportiva	Relação Tipo de equipamento/faixa etária da população	%	CMB
Intervenções ao nível da acessibilidade, do espaço envolvente ao equipamento e no próprio equipamento			Nº	CMB	
Gestão de equipamentos		Taxa de cobertura (Relação Nº de equipamentos/população freguesia)	%	CMB	
		Taxa de utilização efetiva	%	CMB/ J.F.	

A revisão do PDMB considerou as temáticas ambiente, lazer e qualidade de vida como fator impulsionador do desenvolvimento sustentável do território, bem como proscritores de uma boa qualidade de vida, característica do concelho de Braga.

Relativamente ao critério atmosfera, assume-se que a qualidade de vida se relaciona intrinsecamente com as emissões de GEE e a gestão do espaço florestal. Ao nível da revisão do PDMB, as soluções adotadas centraram-se essencialmente no aumento da área pedonal e ciclável, assim como na gestão da área florestal, que foi qualificada de acordo com a sua melhor aptidão. A melhoria dos transportes públicos, aliada a percursos pedonais e redes cicláveis representam fatores essenciais na redução dos GEE, pois possibilitam meios de transporte alternativos ao transporte individual, um dos grandes responsáveis pela elevada emissão destes gases. A gestão das áreas florestais, rigorosamente delimitadas no plano, é outro aspeto relevante, pois são áreas que funcionam como depurador, diminuindo os GEE e contribuindo para uma atmosfera mais purificada.

Foram ainda consideradas medidas que, embora externas ao planeamento, são igualmente importantes, pelo que a nível do PDMB se prevê a sua inclusão como indicadores no processo de AAE.

Relativamente à gestão de resíduos e eficiência energética, o contributo do PDMB foca-se essencialmente no estudo da situação atual, que permite aferir a qualidade de vida da população face a esta temática. Como proposta do PDMB, pretende-se englobar um conjunto de indicadores de monitorização para seguimento na fase de execução do plano.

O controlo e minimização do ruído ambiente representam um fator importante na qualidade ambiental urbana, com repercussões ao nível da qualidade de vida. No processo de revisão do plano elaborou-se o mapa do ruído, que permitiu uma análise mais pormenorizada do território, balizando diversas opções tomadas até à data. Esta análise permitiu identificar zonas de conflito que de um modo geral não representam problemas muito significativos. Não obstante, a análise destas zonas permitirá definir zonas de atuação prioritárias. No plano, as zonas de conflito foram classificadas como espaços verdes de enquadramento urbano, evitando assim a construção junto das principais fontes de ruído.

Quanto à gestão, abastecimento, tratamento e qualidade da água, as opções do plano incidem numa otimização e rentabilização das infraestruturas existentes. Com uma taxa de cobertura quase total, não se considera necessária a propagação da rede. Assim, prevê-se que em espaço rural se adotem sistemas individuais e particulares para suprir eventuais falhas na rede de abastecimento e saneamento, evitando-se o proliferar das redes públicas.

Os equipamentos existentes são determinantes para a qualidade de vida populacional. Deste modo, foi elaborado um estudo que permitiu verificar a sua distribuição, taxa de utilização, acessibilidades e espaço envolvente, possibilitando a reorganização da carta de equipamentos, bem como prever a respetiva reabilitação quando necessário. Além disso, foi possível propor a expansão de áreas com esta vocação em solo rural.

Procedeu-se também à análise dos espaços de utilização coletiva existentes e distinguiu-se os que apresentam potencial para usufruto por parte da população. Desta forma foi possível identificar zonas com carência de espaços de utilização coletiva bem estruturados, com potencial para lazer, procedendo-se à delimitação de áreas estratégicas integradas em UOPG onde se poderão criar espaços como jardins e praças, aumentando o potencial de lazer do concelho e contribuindo para uma melhoria da qualidade vida dos indivíduos residentes no concelho.

4.6.4| EVOLUÇÃO DE TENDÊNCIAS COM E SEM IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

Tendo em conta os critérios e objetivos de sustentabilidade definidos, elaborou-se o quadro seguinte, que se pretende indicativo da evolução do FCD Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida com e sem a implementação da revisão do PDMB.

Quadro 25: Evolução de tendências com e sem implementação do plano para o FCD Ambiente. Lazer e Qualidade de Vida

FCD	Crítérios	Objetivos de sustentabilidade	Sem Plano	Com Plano
Ambiente, Lazer e Qualidade de vida	Atmosfera	Redução das emissões de GEE	↔	↗
		Gestão da área florestal	↔	↗
	Gestão de resíduos e eficiência energética	Eficientes rotas de recolha	↔	↔
		Energias Alternativas	↔	↔
		Satisfação da população	↔	↔
	Ruído	Minimizar o ruído ambiente	↔	↗
	Gestão, abastecimento, tratamento e qualidade da água	Eficiência da rede	↔	↔
	Espaços de Utilização Coletiva	Aumentar e estruturar em rede os espaços verdes de utilização coletiva	↔	↑↑
	Equipamentos	Melhoria das condições para a prática desportiva	↗	↗
		Gestão de equipamentos	↔	↔

↔ Estagnar
 ↓ Contributo para agravar
 ↑ Contributo para melhorar
 ↗ Mantém tendência para melhorar
 ↘ Mantém tendência para agravar
 ↑↑ Contributo muito significativo para melhorar
 ↓↓ Contributo muito significativo para agravar
 ↑↑↑ Contributo decisivo para melhorar
 ↓↓↓ Contributo decisivo para agravar
 --- Sem aplicação

De seguida, efetua-se uma breve análise às questões que se afiguraram mais preponderantes.

Atmosfera

“Redução das emissões de GEE”

Considera-se que a situação se mantém igual sem a implementação do plano. Com a revisão deste há uma tendência para melhorar, pelo aumento das áreas pedonais, criação de redes cicláveis, definição da EEM, criação de espaços verdes e rearborização, entre outros aspetos.

“Gestão da área florestal”

Considera-se que a revisão do PDMB representa um contributo para melhorar esta questão, devido à introdução de novas categorias no espaço florestal.

Atmosfera

“Eficientes rotas de recolha”; “Energias Alternativas” e “Satisfação da população”

No que concerne a estas temáticas considera-se que a situação se mantém com ou sem implementação do plano, pois são questões sobre as quais o PDMB não atua.

Ruído

“Minimizar o ruído ambiente”

Considera-se que sem a implementação do plano a situação se manteria igual. A revisão do PDMB representa uma tendência para melhorar a situação, pela articulação do mapa de ruído com a planta de ordenamento, além da definição de espaços verdes de enquadramento nas áreas consideradas mais críticas.

Gestão, abastecimento, tratamento e qualidade da água

“Eficiência da rede”

Estima-se que a situação se mantém com ou sem implementação do plano, pois é uma questão sobre a qual o PDMB não atua.

Espaços de Utilização Coletiva

“Aumentar e estruturar em rede os espaços verdes de utilização coletiva”

Estima-se que sem implementação do plano esta situação se manteria igual. A revisão do PDMB representa um contributo muito significativo nesta temática, pois contempla propostas de criação de novos espaços de utilização coletiva, bem como a estruturação de alguns já existentes.

“Melhoria das condições para a prática desportiva”

Com ou sem implementação do plano esta situação teria tendência a melhorar, pois têm sido adotadas medidas de melhoria neste campo, aspeto que se continuará a ter em conta com a implementação do plano.

“Gestão de equipamentos”

Estima-se que a situação se mantenha no que concerne a esta temática, pois a proposta do plano não está a intervir neste campo. No entanto prevê-se o reforço de algumas centralidade dos aglomerados mais periféricos, através de criação de espaços para equipamentos.

4.6.5| DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO

Apresentam-se de seguida as diretrizes de monitorização que permitirão averiguar o cumprimento das opções estratégicas delineadas face ao FCD Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida.

Quadro 26: Indicadores de Monitorização para o FCD Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida

FCD	Crítérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte	Indicadores de monitorização	Unidade Medida	Fonte
VI - Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida	Atmosfera	Redução das Emissões de GEE	Veículos de transporte coletivo elétricos e a gás	Nº	IMTT/ TUB	Veículos de transporte coletivo elétricos e a gás	Nº	IMTT/ TUB
			Estações de abastecimento para carros elétricos	Nº	CMB	Estações de abastecimento para carros elétricos	Nº	CMB
			Relação Utilizadores de transporte público/ transporte privado	%	IMTT/ TUB/ ARRIVA/REFER/ Outras	Utilizadores de transporte público/privado	%	IMTT/ TUB/ ARRIVA/REFER/ Outras
		Gestão da Área Florestal	Área de Espaço Florestal classificado em PDM	há	CMB	Varição da área de espaço florestal	%	CMB
	Área rearboreada					%	CMB	
	Gestão de resíduos e eficiência energética	Eficientes rotas de recolha	Lucro por rota de recolha seletiva	€/Rota	BRAVAL	Lucro por rota de recolha seletiva	€/Rota	BRAVAL
			Lucro por rota de recolha de indiferenciados	€/Rota	BRAVAL	Lucro por rota de recolha de indiferenciados	€/Rota	BRAVAL
		Energias Alternativas	Edifícios com instalação de painéis	Nº	M.E./CMB	Edifícios com instalação de painéis	Nº	M.E./CMB
			KW produzidos no concelho e vendidos à Rede	%	M.E./ EDP	KW produzidos no Concelho e vendidos à Rede	%	M.E./ EDP
		Satisfação da população	Satisfação quanto à periodicidade e métodos de recolha de resíduos (inquéritos)	Elevado/Médio/Baixo	CMB	Satisfação quanto à periodicidade e métodos de recolha de resíduos (inquéritos)	Elevado/Médio/Baixo	CMB
			Percurso de Recolha: diária, de dois em dois dias e semanal	Km	BRAVAL	Km com recolha diária	Km	BRAVAL
	Ruído	Minimizar o ruído ambiente	Elaboração do Mapa do ruído	S/N	CMB	Varição da população afetada pelo ruído	%	CMB
			Quantificação de área urbana sujeita a níveis elevados de ruído	ha	CMB	Planos Municipais de redução do ruído	Nº	CMB
			População sujeita a níveis elevados de ruído	Nº	CMB	Vias com pavimento acústico	Km	CMB
						Barreiras acústicas	Km	CMB

	Gestão, abastecimento, tratamento e qualidade da água	Eficiência da rede	Taxa de cobertura das redes de abastecimento de água e saneamento	%	AGERE	Varição da Taxa de cobertura das redes de abastecimento de água e saneamento	%	CMB/ AGERE
			Perdas na rede	m ³	AGERE	Água produzida e não faturada (perdas na rede)	m ³	AGERE
			Parâmetros de qualidade da água no consumidor final	Elevado/Médio/Baixo	AGERE	Monitorização da qualidade de água	Elevado/Médio/Baixo	AGERE
			ETAR'S construídas até 2011	Nº	AGERE	Construções/ Beneficiações realizadas em ETAR'S	Nº	AGERE
	Espaços de Utilização Coletiva	Aumentar e estruturar em rede os espaços verdes de utilização coletiva	Área de espaços Verdes/Área do concelho	%	CMB	Varição Área de espaços Verdes/Área do Concelho	%	CMB
			Espaços verdes integrados/ Total de espaços verdes	%	CMB	Loteamentos cujo espaço verde está concentrado/contíguo	%	CMB
	Equipamentos	Melhoria das condições para a prática desportiva	Relação Tipo de equipamento/faixa etária da população	%	CMB	Varição da taxa de utilização efetiva	%	CMB
			Intervenções ao nível da acessibilidade, do espaço envolvente ao equipamento e no próprio equipamento	Nº	CMB	Novas intervenções ao nível da acessibilidade, do espaço envolvente ao equipamento e no próprio equipamento	Nº	CMB
		Gestão de equipamentos	Taxa de cobertura (Relação Nº de equipamentos/população freguesia)	%	CMB	Varição da taxa de cobertura (Relação Nº de equipamentos/população freguesia)	%	CMB
			Taxa de utilização efetiva	%	CMB/ J.F:	Varição da relação Tipo de equipamento/faixa etária da população	%	CMB/ J.F.



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

5| CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AAE, constituindo um instrumento de suporte para um planeamento sustentável, foi um processo crucial na revisão do PDMB, possibilitando incorporar fatores ambientais, otimizar estratégias de ação e ponderar cenários mais adequados ao concelho de Braga. A definição dos FCD constituiu a 1ª fase do processo e permitiu enfatizar os aspetos mais críticos do território, conduzindo a decisões mais estratégicas e assertivas.

No decurso desta revisão, vários fatores externos e internos implicaram uma nova avaliação e novas estratégias de ação. O facto de a AAE e de revisão do PDM terem sido elaborados em simultâneo pela mesma equipa técnica constituiu uma mais-valia, possibilitando que os planeadores fossem igualmente avaliadores, enriquecendo todo o processo.

Dos FDC e respetivos critérios e indicadores definidos verifica-se que esta revisão do PDM contempla critérios de sustentabilidade ambientais mais profícuos relativamente ao PDM de 2001, destacando-se a inclusão da EEM, a redelimitação da RAN e da REN, a inclusão de parâmetros de controlo de impermeabilização do solo, nomeadamente através da contenção da expansão e dispersão do edificado, entre outros fatores.

Desta forma, o estudo de AAE é elemento fundamental na revisão do PDM, tendo auxiliado na tomada de decisões estratégicas e contemplando soluções ambientais mais sustentáveis.

Um ponto forte deste processo será o plano de monitorização, pois permitirá verificar de forma periódica os impactes das opções estratégicas delineadas no âmbito da revisão. Assim, será possível verificar se a execução do plano está a cumprir o estipulado nos objetivos de sustentabilidade de cada FCD, garantindo que estão a ser tomadas as decisões corretas e mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, social e económico, permitindo um ordenamento do território mais assertivo. Caso tal não se verifique, é possível ponderar cenários alternativos, com vista a um planeamento mais eficaz.



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

6| BIBLIOGRAFIA

Geral

- AlMinho, ADRAVE; “Estudo do Levantamento da Oferta de Espaços de Acolhimento Empresarial do Quadrilátero. 1ª fase: Análise e caracterização dos espaços empresariais existentes”; “Quadrilátero Empresarial: Acolhimento Empresarial e Internacionalização”; Dezembro 2012.
- Associação dos Municípios do Vale do Cávado”; “Plano Estratégico do Desenvolvimento do Vale do Cávado”; Técnicoávado – Associação para o Desenvolvimento Regional, Braga, 1995.
- Bandeira, Miguel Sopas M.; “O espaço urbano de Braga: obras públicas, urbanismo e planeamento (1790-1974); 3 vols.; Braga, Universidade do Minho (Tese de Mestrado); 2001.
- Conceição, Paulo Santos ; « Provisão da Habitação e suas transformações. O Concelho de Braga nos anos 80”; trabalho de síntese integrado em provas de aptidão pedagógica e capacidade científica; Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; Outubro de 1992.
- Corais, T. Filipa; “Referências Arquitetónicas no Espaço Urbano Bracarense”; Prova final; Departamento de Arquitetura da F.C.T.U.C.; Janeiro de 1999.
- Corais, T. Filipa; Lemos, Clara; A cidade de Braga- relatório da Bolsa; Programa Cidade e Democracia, 25 anos depois; Fundação da Juventude e Ordem dos Arquitetos; Março 2001.
- Corais, T. Filipa; “Dinâmicas Territoriais Na Aglomeração Urbana De Braga”; Tese de mestrado em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto / Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; 2003.
- Domingues, Álvaro (coord.); “Cidade e Democracia- 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal”; Argumentum; Edições; Lisboa, Junho 2006.
- Lemos, Clara; “Braga, Análise da forma urbana como metodologia de trabalho”; Prova final; Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Outubro, 2000.
- Município ao Vivo. In revista Cadernos Municipais. N.º 12. Maio de 1981.
- Oliveira, Eduardo Pires de; Moura, Eduardo Souto; Mesquita, João; “Braga – Evolução da Estrutura Urbana; Câmara Municipal de Braga, 1982.
- SÁ, Manuel Fernandes. Políticas e recursos do Médio Ave. Análise comparada de cinco municípios: Braga, Fafe, Famalicão, Guimarães e Santo Tirso. in revista Cadernos Municipais. N.º 36. Maio de 1986.
- Sá, Manuel Fernandes de ; “O Médio Ave – Novas políticas municipais”; Dissertação de Doutoramento; Escola Superior de Belas Artes do Porto; Porto, 1986.
- Sá, Manuel Fernandes de. Experiências de Planeamento Municipal. Artigo da revista Cadernos Municipais. Ano 3. N.º 14. Outubro 1981.
- Sá, Manuel Fernandes; Domingues, Álvaro; e outros; “Área Metropolitana do Porto. Estrutura Territorial: o presente e o Futuro”; Junta Metropolitana do Porto – Centro de Estudos da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Arquitetura do Porto; Março 2000.
- Sá, Manuel Fernandes; Guia Expresso das Cidades e Vilas de Portugal, Ed. Expresso, Lisboa 2004.

Legislação consultada



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

- Decreto-Lei nº 466/3 de 29 de Novembro de 1965
- Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro; Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- Decreto-Lei 380/99 de 23 de Setembro, com as alterações introduzidas pelos Decreto -Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro e Decreto-Lei 46/2009, de 20 de Fevereiro.
- Portaria nº 1474/2007 de 16 de Novembro
- Decreto Regulamentar 9/2009, de 29 de Maio
- Decreto Regulamentar 10/2009, de 29 de Maio
- Decreto Regulamentar 11/2009, de 29 de Maio

Sites da internet consultados

- <http://www.bing.com/maps/>
- <https://maps.google.pt/maps?hl=pt-PT&tab=w>
- <http://www.portaldasaude.pt/>
- <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>
- www.dgotdu.pt
- <http://www.cm-ourem.pt/filecontrol/site/Doc/Regulamento%20de%20Topon%C3%ADmia%20-%20vers%C3%A3o%20definitiva.pdf>

Planos consultados

- CIM-Cávado; diversos estudos desenvolvidos e em elaboração (rede viária; ecovia; investimentos efetuados ou em projeto; georreferenciação de equipamentos e atividades económicas).
- Plano de Reestruturação do Território Municipal;1982
- Memória descritiva do Complexo Desportivo de Peões, CEAPE, 1983
- Plano de Pormenor do Monte Picoto, 1994
- Plano de Pormenor de Tibães-Golfe,
- Plano de Pormenor do Parque Monte Picoto
- PROT-N; Proposta de Plano, Dezembro 2009
- PDM de Lisboa, 2012



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

7| ANEXOS

7.1| ANEXOS 1

Espaços urbanizáveis:

- “Não ocupados até 2010” – corresponde ao cálculo da totalidade dos espaços urbanizáveis não ocupados (por construções ou alvarás de loteamento) até 2010;
- “Previstos e não ocupados desde 1994” – correspondem às áreas de espaço urbanizável que estão previstas no PDM desde 1994, mas que não foram ocupadas até 2010. Ao cálculo da diferença destes com os “não ocupados até 2010”, corresponde as áreas urbanizáveis propostas a partir de 2001 e não ocupadas (cerca de 44%);
- “Ocupados até 2001 (correção para urbanizado)” – correspondem às áreas de terreno caracterizadas no PDM de 2001 como urbanizáveis, mas que na realidade eram espaços urbanos pelo facto de já terem nessa data alvarás de loteamento aprovados, construções licenciadas ou até executadas, por corresponderem a logradouros de construções existentes, etc. Trata-se, pois de uma correção de espaços indevidamente caracterizados como urbanizáveis.
- “Ocupados entre 2001 e 2010” – correspondem às áreas de terreno urbanizável ocupadas (com construções ou apenas com alvará de loteamento) entre 2001 e 2010. Estas áreas foram subdivididas de acordo com o tipo de ocupação: onde predomina a habitação com atividades complementares; ocupados com indústria e/ou armazéns; e ocupados por vias estruturantes do território;

Espaços de Indústria e/ou Armazéns propostos:

- “Não Ocupados até 2010” – Corresponde à totalidade dos espaços de indústria e/ou armazéns não ocupados (por construções ou com alvarás de loteamento) até 2010;
- “Previstos e não ocupados desde 1994” – correspondem às áreas de espaços de indústria e/ou armazéns propostos que estão previstos desde 1994, mas que não foram ocupados até 2010. Ao cálculo da diferença destes com os “não ocupados até 2010”, corresponde as áreas propostas a partir de 2001 e não ocupadas (cerca de 40%);
- “Ocupados entre 2001 e 2010” – correspondem às áreas de terreno caracterizadas como espaços de indústria e/ou armazéns propostos, ocupadas (com construções ou apenas com alvará de loteamento) entre 2001 e 2010. Estas, por sua vez, foram subdivididas pelas áreas ocupadas com indústria e/ou armazéns e pelas áreas ocupadas por vias estruturantes do território;

Os Parques de Sucatas e a Categoria de Espaço de Equipamento Proposto foram analisados de forma similar.



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Espaços Florestais, Espaços Agrícolas, Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional:

- “Ocupados/alterados entre 2001 e 2010”, “Ocupada entre 2001 e 2010”, “Ocupados (para outros fins) entre 2001 e 2010”, respetivamente para cada classe de espaço – que correspondem a áreas alteradas ou construídas, detetadas através de sobreposição da cartografia do PDM sobre a fotografia aérea de 2003.

- “Autorizações de Utilização não Agrícola” – Correspondem às referidas autorizações emitidas pela CRAN, para solos condicionados pela RAN.

O “Solo Rural Ocupado por Indústria Extrativa”, correspondem às áreas de expansão desta atividade em vários tipos de solo rural, verificadas através da sobreposição com a fotografia aérea.



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

7.2| ANEXOS 2

– Património Cultural Classificado

– Monumentos Nacionais:

CASTRO DE MONTE REDONDO

Localização: Guisande, S. Mamede

Decreto de 16/06/1910

TANQUE DO QUINTAL DO IDOLO ou FONTE IDOLO

Localização: S. José de S. Lázaro, Rua do Raio

Decreto de 16/06/910

- ◆ Z.E.P.,D.G., 2ª série, n.º 105 de 05/05/1970

SÉ DE BRAGA, compreendendo os túmulos do Conde D. Henrique, de D. Teresa, do Infante D. Afonso e dos Arcebispos D. Gonçalo Pereira e D. Diogo de Sousa

Localização: Sé

Decreto de 16/06/910

- ◆ Z.E.P.,D.G., 2ª série, n.º 202 de 30/08/1967

CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (dos Coimbras)

Localização: S. João do Souto, Largo de S. João do Souto

Decreto de 16/06/1910

- ◆ Z.E.P.,D.G., 2ª série, n.º 69 de 23/03/1955

CRUZEIROS (2)

Localização: Sé, Campo das carvalheiras (a) e Largo Senhora-A-Branca (b)

Decreto de 16/06/1910

CRUZEIRO DE TIBÃES

Localização: Mire de Tibães

Decreto de 16/06/1910

- ◆ Z.E.P.,D.G., 2ª Série, nº 242 de 18/10/1949

CASTELO DE BRAGA (restos), designadamente a TORRE DE MENAGEM

Localização: S. João de Souto, Terreiro do Castelo

Decreto de 16/06/1910

- ◆ Z.E.P.,D.G., 2ª série, n.º 58 de 09/03/62



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

PONTE DE PROZELO ou PONTE DO PORTO (sobre o Cávado) (vide Amares)

Localização: Pousada

Decreto de 16/06/1910

PONTE DE PRADO, sobre o Cávado (vide Vila Verde)

Localização: Merelim S. Paio

Decreto de 16/06/1910

ARCO DA PORTA NOVA

Localização: Sé, Praça Velha, Largo da Porta Nova

Decreto de 16/06/1910

CAPELA DE S. FRUTUOSO

Localização: S. Jerónimo de Real

Decreto n.º 33 587 de 27/03/1944

RUINAS ROMANAS DO ALTO DA CIVIDADE ou COLINA DE MAXIMINOS

Localização: Cidade

Decreto n.º1/86 de 03/01

- ◆ Z.E.P., D.R., 1ª Série B, nº 192, Portaria 865/91 de 22/08/1991

RUINAS ARQUEOLÓGICAS DE S. MARTINHO DE DUME

Localização: S. Martinho de Dume, Igreja

Decreto de Lei n.º 45/93 de 30 de Novembro

- ◆ Z.E.P., D.R., 2ª Série B, nº 110, Portaria 227/97 de 13/05/1997

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À CIDADE DE BRAGA NO SÉCULO XVIII, DESIGNADO POR SETE FONTES

Localização: São Vítor

Decreto de Lei n.º 16/2011 de 25 de maio

- ◆ Z.E.P., D.R., 2ª Série B, nº 110, Portaria 576/2011 de 04/06/2011

– Interesse Público

PELOURINHO DE BRAGA, fragmento

Localização: Sé, Interior de Sé Catedral

Decreto n.º23 122 de 11/10/1933

- ◆ Abrangido pela Z.E.P.,D.G., 2ª Série, Nº 202 de 30/08/1967 (Sé de Braga)

IGREJA E MOSTEIRO DE TIBÃES, FONTES, CONSTRUÇÕES ARQUITECTÓNICAS DA RESPECTIVA QUINTA, CERCA, FONTES E CRUZEIRO



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Localização: Mire de Tibães

Decreto n.º 33587 de 27/03/1944

- ◆ Z.E.P., D.R. 1ª Série B, Portaria Nº 736/94 de 13 de Agosto

CASA DOS BISCAINHOS, TERREIRO, JARDINS, POMAR E MURALHA

Localização: Sé, Rua dos Biscainhos

Decreto n.º 37366 de 05/04/1949

ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DE SANTA MARTA DAS CORTIÇAS

Localização: Esporões, Monte de Santa Marta das Cortiças

Decreto n.º 40 361 de 20/10/1955

- ◆ Z.P. Decreto Nº 251/70 de 3 de Junho.

HOSPITAL DE S. MARCOS (fachada principal e respetiva Igreja)

Localização: S. João do Souto, Largo Carlos Amarante

Decreto n.º 40684 de 13/07/1956

- ◆ Z.P.,D.G., 2ª série, n.º 105 de 05/05/70

PALÁCIO DO RAI O ou CASA DO MEXICANO (fachada "rocaille" e escadaria)

Localização: S. José de S. Lázaro, Rua do Raio

Decreto n.º 40684 de 13/07/1956

- ◆ Z.P.,D.G., 2ª série, n.º 105 de 05/05/1970

CAPELA DO ANTIGO CONVENTO DO SALVADOR

Localização: S. João do Souto, Praça Conde de Agrolongo

Decreto n.º 42692 de 30/11/1959

ANTIGO PAÇO EPISCOPAL (onde está instalada a Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital)

Localização: Sé, Praça do Município

Decreto n.º 47508 de 24/01/67

- ◆ Z.P.,D.G., 2ª série, n.º 191 de 18/08/1949

CASA OITOCENTISTA ou CASA PIMENTEL

Localização: Sé, Campo das Carvalheiras / Rua D. Paio Mendes

Decreto n.º 47984 de 06/10/1967

IGREJA PAROQUIAL DE SANTA EULÁLIA DE TENÕES

Localização: Tenões

Decreto n.º 47 984 de 06/10/1967

SANTUÁRIO DO BOM JESUS DO MONTE (conjunto constituído pelo Santuário, Escadório, Capelas e Pórtico)

Localização: Tenões, Bom Jesus do Monte



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Decreto n.º 251/1970 de 3/6

CASA DAS GELOSIAS ou CASA DOS CRIVOS

Localização: S. João de Souto, Rua de S. Marcos nº 37 a 40

Decreto n.º 516/1971 de 22 de Novembro

CASA DOS MACIEIS ARANHAS

Localização: S. João do Souto, Praça Conde de Agrolongo

Decreto n.º 516/1971 de 22/11

CASA DA AVENIDA CENTRAL N.º 118 A 124 ou CASA ROLÃO

Localização: S. José de S. Lázaro

Decreto n.º 129/1977 de 29/9

CASA GRANDE ou CASA CUNHA REIS

Localização: Sé, Campo das Hortas

Decreto n.º 129/1977 de 29/9

CASA DA NAIÁ

Localização: Maximinos

Decreto n.º 129/1977 de 29/9

CASA DO VAL DE FLORES ou CASA DE INFÍAS

Localização: S. Vicente, Largo de Infias

Decreto n.º 129/1977 de 29/9

IGREJA E CONVENTO DO PÓPULO

Localização: S. João do Souto, Praça Conde de Agrolongo

Decreto n.º 129/1977 de 29/9

IGREJA DA MISERICÓRDIA DE BRAGA

Localização: Sé, Rua D. Diogo de Sousa, Largo D. João Peculiar.

Decreto n.º 129/1977 de 29/9

IGREJA PAROQUIAL DE S. VÍCTOR

Localização: S. Victor

Decreto n.º 129/1977 de 29/9

CASA N.º 51-55 DA RUA DOS PLAMES

Localização: Cividade, Rua de S. Geraldo

Decreto n.º 95/78 de 12/9



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

IGREJA PAROQUIAL DE S. SALVADOR

Localização: Figueiredo

Decreto n.º 95/78 de 12/9

RESIDÊNCIAS (2) anexas à CASA DOS MACIEIS ARANHA

Localização: S. João do Souto, Praça Conde de Agrolongo

Decreto n.º 95/78 de 12/9

CASTRO MÁXIMO ou MONTE CASTRO

Localização: S. Vicente, extremo NW da Avenida Artur Soares

Decreto n.º 29/84 de 25/06

- ♦ Z.E.P. Portaria n.º 281/85, D.R. 1ª série, n.º 108 de 11 de maio de 1985

IGREJA DE SÃO VICENTE

Localização: S. Vicente, Rua de S. Vicente

Decreto n.º 1/86 de 3/01

CASA DA PEREIRA

Localização: S. Martinho de Dume, Lugar de Carcavelos

Decreto n.º 1/86 de 03/01

CASA DOS PAIVAS ou CASA DA RODA

Localização: S. João do Souto, Rua de S. João / Rua de Nossa Senhora do Leite

Decreto n.º 1/86 de 03/01

RUÍNAS ROMANAS DAS CARVALHEIRAS

Localização: Sé, Interior do Quarteirão das Carvalheiras

Decreto n.º 29/90 de 17/7

CASTRO DO MONTE DA CONSOLAÇÃO

Localização: Nogueiró

Decreto n.º 26-A/92, de 01/06

CONVENTO, COLÉGIO E IGREJA DOS CONGREGADOS, também denominado, da CONGREGAÇÃO DE S. FILIPE DE NERY

Localização: S. José de S. Lázaro, Avenida Central 100, Braga

D.R. 1ª Série B Nº 280 Decreto Nº 45/93 de 30 de Novembro

Edifícios (dois), Nº 34 a 40, (Antigo Albergue Distrital)

Localização: Cidade, Rua de Stº António das Travessas

D.R. 1ª Série B Nº 280, Decreto nº 45/93 de 30 de Novembro

CONJUNTO DA PRAÇA DE MOUZINHO DE ALBUQUERQUE OU CAMPO NOVO



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Localização: São Vicente

DR, II Série, n.º 49, Portaria n.º 443/2006, de 9 de março

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA ou *DOMUS MUNICIPALIS*

Localização: Sé, Praça do Município

DR, 1ª Série-B. n.º 42, Decreto n.º 5/2002, , de 19 de fevereiro

ELEVADOR DO BOM JESUS DO MONTE

Localização: Tenões

DR, 2.ª série, n.º 99, Portaria n.º 305/2013, de 23 de maio

CAPELA DE NOSSA SENHORA DE GUADALUPE (e recinto envolvente)

Localização: São Vítor

DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), Portaria n.º 740-AX/2012, de 24 de dezembro

- ◆ ZEP, Portaria n.º 740 – AX/2012, D.R. 2ª série, n.º 248 de 24 de dezembro de 2012

IGREJA DO CARMO E EDIFÍCIO DO ANTIGO CONVENTO CARMELITA

Localização: São Vicente

DR, 2.ª série, n.º 252 (suplemento), Portaria n.º 740-EX/2012, de 31 de dezembro

- ◆ Imóvel de Interesse Público (IIP-260)
- ◆ ZEP, Portaria n.º 240 – EX/2012, D.R. 2ª série, n.º 252 de 31 de dezembro de 2012

IGREJA DOS TERCEIROS

Localização: São João do Souto

DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), Portaria n.º 740-I/2012, de 24 de dezembro

- ◆ Abrangido pela ZEP da Torre de Menagem

RECOLHIMENTO DE SANTA MARIA MADALENA OU DAS CONVERTIDAS

Localização: São Vítor

DR, 2.ª série, n.º 215, Portaria n.º 665/2012, de 7 de novembro

- ◆ ZEP, Portaria n.º 665/2012, D.R. 2ª série, n.º 215 de 7 de novembro de 2012

CASA E QUINTA DA IGREJA

Localização: Santa Lucrécia de Algeriz

DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), Portaria n.º 740-X/2012, de 24 de dezembro

- ◆ ZEP, Portaria n.º 740 – X/2012, D.R. 2ª série, n.º 248 de 24 de dezembro de 2012

CASA DE SÃO BRÁS DA TORRE (incluindo capela, jardim e mata)

Localização: Figueiredo

DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), Portaria n.º 740-CC/2012, de 24 de dezembro

- ◆ ZEP, Portaria n.º 740 – CC/ 2012, 2ª série, n.º 248 de 24 de dezembro de 2012

CASA DA QUINTÃ



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Localização: Esporões

DR, 2.ª série, n.º 240, Portaria n.º 884/2013, de 11 de dezembro

- ◆ ZEP, Portaria n.º 884/2013, D. R. 2ª série, n.º 240 de 11 de dezembro de 2013

ESTÁDIO 1º DE MAIO

Localização: Parque da Ponte, São José de São Lázaro

DR, 2.ª série, n.º 252 (suplemento), Portaria n.º 740-FO/2012, de 31 de dezembro

- ◆ ZEP, Portaria n.º 740 – FO/2012, D.R. 2ª série, n.º 252 de 31 de dezembro de 2012

CASTELO DONA CHICA OU CASTELO DE PALMEIRA

Localização: Palmeira

DR, 2.ª série, n.º 48, Portaria n.º 120/2013, de 8 de março

- ◆ ZEP, Portaria n.º 120/2013, D.R. 2ª série, n.º 48 de 8 de março de 2013

– Valores Concelhios / Interesse Municipal

CAPELA DE RECOLHIMENTO DA CARIDADE

Localização: S. João do Souto, Rua do Carmo

Decreto n.º 1/86 de 03/01

CASA DA MAÍNHA E RESPETIVOS PORTAL E MUROS CONTÍGUOS

Localização: Lugar da Maíinha, Panoias

Anúncio n.º 13501/2012, D.G. 2ª série, n.º 190, 1 de outubro de 2012

CASA TEODÓSIO BARBOSA DE ALMEIDA

Localização: Rua do Souto, São João do Souto

– Em Vias de Classificação

TROÇO DA MURALHA NA QUINTA DO FUJACAL

Localização: S. José de S. Lázaro, Interior do Quarteirão da Rua Sá de Miranda / Hospital de S. Marcos

Homol. – Sup. 18.04.85 - IIP

(Decreto não publicado, despacho da Secretaria de Estado da Cultura de 1988)

CASA E QUINTA DAS LAGES

Localização: Pousada

DR, 2.ª série, n.º 214, Anúncio n.º 345/2013, de 5 de novembro

Fonte: DGPC



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

7.3| ANEXOS 3

Património Arquitetónico e Arqueológico inventariado no PDMB

Freguesia: Adaúfe

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
001	Capela de Nossa Senhora dos Milagres	Arquitetónico / Monumento
002	Conjunto Rural da Ribeira	Arquitetónico / Conjunto
003	Moinhos da Presa	Arquitetónico / Sítio
004	Casa da Presa	Arquitetónico / Monumento
005	Casa do Solário	Arquitetónico / Monumento
006	Casa da Quinta da Cedofeita	Arquitetónico / Monumento
007	Igreja de Adaúfe, Casa Paroquial e Cruzeiro	Arquitetónico / Conjunto
008	Casa da Quinta da Renda	Arquitetónico / Monumento
009	Capela de Nossa Senhora das Sete Fontes	Arquitetónico / Monumento
010	Capela de Nossa Sra. da Marinha e cruzeiro	Arquitetónico / Conjunto
011	Azenhas de Adaúfe e Casa do Rio	Arquitetónico / Sítio
012	Quinta da Casa de Penela	Arquitetónico / Monumento
013	Capela de Nossa Senhora de Fátima	Arquitetónico / Monumento
320	Capela de São João	Arquitetónico / Monumento
321	Capela de Nossa Senhora da Nazaré	Arquitetónico / Monumento
322	Capela de Nossa Senhora de Lurdes	Arquitetónico / Monumento
323	Capela do Senhor do Bom Sucesso e cruzeiro	Arquitetónico / Conjunto

Freguesia: Arcos

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
014	Casa das Bouças/Quinta da Bem Posta	Arquitetónico / Sítio
324	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Freguesia: Arentim

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
015	Igreja Velha	Arquitetónico / Monumento
016	Casa da Ponte	Arquitetónico / Monumento
017	Capela de Nossa Senhora das Neves ou de S. Gonçalo	Arquitetónico / Monumento
325	Capela de Nossa Senhora dos Esquecidos	Arquitetónico / Monumento
326	Igreja Paroquial Nova	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Aveleda

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
018	Capela das Almas ou de N. Senhora do Parto	Arquitetónico / Monumento
019	Casa do Lugar da Torre	Arquitetónico / Monumento
020	Casa da Boavista	Arquitetónico / Monumento
021	Igreja Paroquial e casa da Quinta da Igreja	Arquitetónico / Conjunto
022	Casa da Quinta da Senhora da Graça	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Cabreiros

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
023	Casa do Monte	Arquitetónico / Monumento
024	Centro Histórico de Cabreiros (conjtº)	Arquitetónico / Conjunto
025	Casa do Vilaça	Arquitetónico / Monumento
026	Casa dos Cruz	Arquitetónico / Monumento
027	Casa do Cunha (Casa do Relógio)	Arquitetónico / Monumento
327	Igreja Matriz	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Celeirós

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
028	Casa da Quinta da Gandra	Arquitetónico / Monumento
029	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento
030	Casas da Pontinha	Arquitetónico / Conjunto
031	Conjunto Rural do Treseste	Arquitetónico / Conjunto
319	Casa do Treseste	Arquitetónico / Monumento
328	Capela do Senhor da Paciência	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Cividade

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
032	Termas Romanas do Alto da Cividade	Arqueológico / Sítio
033	Conjunto de imóveis na Rua dos Plames	Arquitetónico / Conjunto
034	Conjunto de imóveis na Rua St. António	Arquitetónico / Conjunto
035	Torre de Santiago	Arquitetónico / Monumento
329	Capela de São Sebastião	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Crespos

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
036	Capela de N. S. das Angústias e Sr. dos Passos	Arqueológico / Conjunto
037	Casa Rural de Lavoura	Arquitetónico / Conjunto
038	Igreja Paroquial de Crespos	Arquitetónico / Monumento
039	Sítio Rural de Lavoura do Barral	Arquitetónico / Sítio
040	Azenhas de Crespos (azendas da Ombra)	Arquitetónico / Sítio
041	Quinta D. Elvira e Capela da Ermida	Arquitetónico / Monumento
042	Qtª do Basto e Capª de S. Bentinho dos Esquecidos	Arquitetónico / Conjunto
330	Capela de Santo Amaro	Arqueológico / Monumento



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Freguesia: Cunha

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
043	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento
044	Quinta da Portela	Arquitetónico / Monumento
045	Cruzeiro de Cunha	Arquitetónico / Monumento
331	Capela de Nossa Senhora do Carmo	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Dume

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
046	Casa do Lindoso	Arquitetónico / Monumento
047	Casa da Pereira e Capela de Carcavelos	Arquitetónico / Conjunto
048	Casa dos Soares	Arquitetónico / Monumento
049	Ruínas Arqueológicas de São Martinho	Arquitetónico e Arqueológico / Conjunto
050	Casa de Santo António	Arquitetónico / Monumento
051	Casa de Mouquim e Capela	Arquitetónico / Monumento
052	Capela de São Sebastião	Arquitetónico / Monumento
053	Casa da Quinta do Carvalhal	Arquitetónico / Monumento
054	Capela de São Lourenço da Ordem	Arquitetónico / Monumento
055	Casa de Cabanas	Arquitetónico / Monumento
056	Capela da Quinta da Granja	Arquitetónico / Monumento
057	Estádio Municipal de Braga	Arquitetónico / Monumento
058	Casarão da Rua 1º de Maio	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Escudeiros

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
059	Conjunto Rural do Lugar do Souto	Arquitetónico / Conjunto
060	Paço de Ançariz	Arquitetónico / Monumento
061	Casa e Capela de Pousada	Arquitetónico / Conjunto
062	Fachada e Portal da Casa Rural de Pousada	Arquitetónico / Monumento
063	Casa da Granja	Arquitetónico / Monumento
064	Capela de Nossa Senhora do Rosário	Arquitetónico / Monumento
332	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Espinho

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
065	Santuário do Sameiro	Arquitetónico / Sítio
066	Conjunto rural da Igreja	Arquitetónico / Conjunto
333	Capela de Santo António	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Esporões

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
067	Quinta do Pinheiro do Bicho (Casa do Perçal)	Arquitetónico / Conjunto
068	Casa da Quinta e Capela de Santa Ana	Arquitetónico / Conjunto
069	Conjunto Rural da Loureira	Arquitetónico / Conjunto
070	Quinta de Bocas	Arquitetónico / Monumento
071	Casa da Torre e Capela do Sagrado Coração de Maria	Arquitetónico / Conjunto
072	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento
073	Casa do Assento	Arquitetónico / Monumento
074	Estação Arqueológica de Santa Marta das Cortiças	Arqueológico / Sítio
075	Capela de Nossa Senhora da Caridade	Arquitetónico / Monumento
334	Capela do Senhor dos Aflitos	Arquitetónico / Monumento



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Freguesia: São Mamede D'Este

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
076	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento
077	Casa e Capela de São Simão	Arquitetónico / Conjunto
078	Capela de São Sebastião	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: São Pedro d'Este

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
079	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento
080	Cruzeiro de Este S. Pedro	Arquitetónico / Monumento
081	Casa da Cancela	Arquitetónico / Monumento
082	Quinta do Souto	Arquitetónico / Sítio
335	Capela de São Bento	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Ferreiros

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
083	Cruzeiro de Ferreiros / Cruzeiro do Sr. dos Aflitos	Arquitetónico / Monumento
084	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento
085	Quinta da Gandra	Arquitetónico / Monumento
086	Capela de São Nicolau Tolentino	Arquitetónico / Monumento
087	Casa da Quinta do Anjo	Arquitetónico / Monumento
336	Capela de Nossa Senhora da Misericórdia	Arquitetónico / Monumento
337	Capela do Sr. dos Aflitos	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Figueiredo

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
088	Casa e Quinta de São Brás da Torre	Arquitetónico / Monumento
089	Igreja Paroquial de S. Salvador e casa paroquial	Arquitetónico / Monumento
090	Quinta da Igreja	Arquitetónico / Monumento
338	Capela de Nossa Senhora de Fátima	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Fradelos

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
091	Igreja Paroquial e Casa do Assento	Arquitetónico / Conjunto
092	Casa das Chascas	Arquitetónico / Monumento
339	Capela do Senhor dos Malguiados	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Fraião

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
093	Nascente das Águas Férreas de Bretas	Arquitetónico / Monumento
094	Cruzeiro de Fraião	Arquitetónico / Monumento
095	Quinta de São José	Arquitetónico / Conjunto
340	Igreja Nova de Fraião	Arquitetónico / Monumento
341	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Frossos

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
096	Cruzeiro e Igreja de Frossos	Arquitetónico / Monumento
097	Cruzeiro de Chousa	Arquitetónico / Monumento
098	Casa do Feital	Arquitetónico / Monumento
342	Capela de São Gonçalo	Arquitetónico / Monumento
343	Capela de Santo António	Arquitetónico / Monumento



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Freguesia: Gondizalves

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
099	Capela de Nossa Senhora da Esperança e cruzeiro	Arquitetónico / Conjunto
345	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento
344	Capela de Nossa Senhora da Saúde	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Gualtar

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
100	Igreja velha, cruzeiro e Quinta da Igreja	Arquitetónico / Conjunto
101	Conjunto rural de Novainho	Arquitetónico / Conjunto
346	Igreja Nova de Gualtar	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Guisande

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
102	Sítio do lugar da Boucinha ou Qta do Ribeiro	Arquitetónico / Sítio
103	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento
104	Capela de Barrimau ou do Sagrado Coração de Maria	Arquitetónico / Monumento
105	Castro do Monte Redondo	Arqueológico / Sítio
347	Capela do Padrão	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Lamações

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
106	Igreja Paroquial de Lamações	Arquitetónico / Monumento
107	Quinta da Carreira	Arquitetónico / Conjunto

Freguesia: Lamas



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
108	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento
109	Casa de Carcavelos	Arquitetónico / Monumento
110	Mamoia de Lamas	Arqueológico / Sítio
348	Capela de Santo António	Arquitetónico / Monumento
349	Igreja Nova	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Lomar

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
111	Igreja Velha de Lomar	Arquitetónico / Monumento
112	Capela do Senhor dos Milagres e Ponte	Arquitetónico / Conjunto
113	Casa da Quinta da Ferrugem	Arquitetónico / Monumento
114	Quinta do Laboriz	Arquitetónico / Sítio
115	Quinta do Souto do Vale	Arquitetónico / Sítio
116	Quinta da Varziela	Arquitetónico / Monumento
350	Igreja Nova	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Maximinos

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
117	Mosteiro da Visitação	Arquitetónico / Monumento
118	Casa de Santa Maria e Nicho	Arquitetónico / Monumento
119	Igreja de São Pedro de Maximinos	Arquitetónico / Monumento
120	Colégio dos Órfãos de São Caetano	Arquitetónico / Monumento
121	Casa da Naia	Arquitetónico / Monumento
122	Capela de São Gregório e cruzeiros	Arquitetónico / Monumento
123	Casa Brasileira da Naia de Cima	Arquitetónico / Monumento
124	Fachada da Casa da Orge	Arquitetónico / Monumento
351	Capela da Senhora da Agonia	Arquitetónico / Monumento
352	Capela de São Miguel o Anjo	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Merelim (São Paio)

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
125	Ponte de Prado	Arquitetónico / Monumento
126	Casa dos Fernandes	Arquitetónico / Monumento
127	Casa da Quinta do Eirado (ou Sampaio de Baixo)	Arquitetónico / Conjunto
128	Casa e Qta de N.ª Sr.ª do Carmo (ou Sampaio de Cima)	Arquitetónico / Conjunto
129	Capela de Nossa Senhora do Carmo	Arquitetónico / Conjunto
130	Igreja de Merelim São Paio	Arquitetónico / Monumento
131	Casa da Calçada	Arquitetónico / Monumento
132	Casas e Capela de São Bento	Arquitetónico / Conjunto
133	Capela de São Roque	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Merelim (São Pedro)

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
134	Capela De São Brás do Carmo	Arquitetónico / Monumento
135	Cruzeiro de São Brás do Carmo	Arquitetónico / Monumento
136	Antiga Casa do Veloso	Arquitetónico / Monumento
137	Igreja de São Pedro de Merelim	Arquitetónico / Monumento
353	Capela Nossa Senhora da Consolação	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Mire de Tibães

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
138	Casa do Covo	Arquitetónico / Monumento
139	Casa de São Bentinho do Sobrado	Arquitetónico / Monumento
140	Antiga Companhia Fabril do Cávado	Arquitetónico e Arqueológico/ Conjunto
141	Quinta do Melhorado de Baixo	Arquitetónico / Sítio
142	Igreja, Cruzeiro e Mosteiro de Tibães	Arquitetónico / Conjunto
143	Quinta da Eira	Arquitetónico / Sítio
144	Capela e cruzeiro de São Filipe	Arquitetónico / Conjunto
354	Capela da Senhora do Ó	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Morreira

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
145	Casa Grande da Bouça da Cruz (Casa de Vilar)	Arquitetónico / Sítio
146	Casa da Ribeira de Cima	Arquitetónico / Sítio
147	Capela do Senhor do Calvário	Arquitetónico / Monumento
148	Igreja Paroquial e Cruzeiro	Arquitetónico / Conjunto

Freguesia: Navarra

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
149	Igreja de Navarra	Arquitetónico / Monumento
150	Solar Brasileiro de Manuel Fernandes	Arquitetónico / Conjunto
151	Azenhas de Navarra	Arquitetónico / Sítio
355	Capela de Santa Cristina / Capela da Ermida	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Nogueira

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
152	Igreja de St.ª Maria Madalena, Santa Marta de Leão e outros elementos	Arquitetónico / Sítio
153	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento
154	Casa da Facha	Arquitetónico / Monumento
155	Capela do Espírito Santo	Arquitetónico / Monumento

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
156	Castro do Monte da Consolação, capela e Cruzeiro	Arqueológico e Arquitetónico / Sítio
157	Casa de Dadim	Arquitetónico / Monumento



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

356	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento
357	Capela da Casa de Saúde do Bom Jesus	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Nogueiró

Freguesia: Oliveira (São Pedro)

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
158	Conjunto Rural do termo	Arquitetónico / Conjunto
159	Casa da Bicuela	Arquitetónico / Sítio
160	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento
358	Capela de São Bento	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Padim da Graça

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
161	Capela de Nossa Senhora da graça	Arquitetónico / Monumento
162	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento
163	Cruzeiro de Padim da Graça	Arquitetónico / Monumento
359	Capela de Santo António	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Real

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
218	Convento de São Francisco e Fonte de Santo António	Arquitetónico / Conjunto
219	Capela de São Frutuoso	Arquitetónico / Monumento
220	Igreja de São Francisco	Arquitetónico / Monumento
221	Casa dos Lagos	Arquitetónico / Monumento
222	Capela do Senhor do Bom Sucesso	Arquitetónico / Monumento
223	Casas Oitocentistas ou Casas Brasileiras	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Palmeira

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
164	Casa d' Arrifana de Cima	Arquitetónico / Conjunto
165	Casa d' Arrifana de Baixo	Arquitetónico / Conjunto
166	Casa da Verdasca	Arquitetónico / Conjunto
167	Quinta do Inglês e Capela	Arquitetónico / Sítio
168	Casa da Saganha e Capela de Santo António	Arquitetónico / Conjunto
169	Capela da Senhora dos Milagres	Arquitetónico / Monumento
170	Casa do Rio	Arquitetónico / Conjunto
171	Casa de Vilarinho e Capela	Arquitetónico / Conjunto
172	Igreja de Palmeira e Vila	Arquitetónico e Arqueológico / Conjunto
173	Quinta de São José	Arquitetónico / Sítio
174	Casa do Parque	Arquitetónico / Sítio
175	Castelo D. Chica	Arquitetónico / Sítio
176	Quinta de São Tiago	Arquitetónico / Sítio
177	Azenhas da Central Elétrica	Arquitetónico / Sítio
178	Casa das Pedras Cavalgadas	Arquitetónico / Sítio
360	Capela de Santo Estevão	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Panoias

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
179	Casa e Quinta da Mainha	Arquitetónico / Conjunto
180	Casa da Boucinha	Arquitetónico / Conjunto
361	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Parada de Tibães

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
181	Casa de São José ou dos Azevedos e Capela	Arquitetónico / Monumento



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

182	Casa da Lavoura	Arquitetónico / Sítio
183	Casa da Quinta do Lugar	Arquitetónico / Conjunto
184	Quinta da Igreja	Arquitetónico / Sítio
185	Casa da Quinta do Souto	Arquitetónico / Conjunto
186	Sítio Rural do Lugar da Veiga (4 imóveis)	Arquitetónico / Sítio
187	Quinta da Casa Nova	Arquitetónico / Sítio
188	Casa da Raiva	Arquitetónico / Conjunto
189	Capela de São Sebastião	Arquitetónico / Monumento
362	Capela de São Caetano	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Passos (São Julião)

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
190	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento
191	Casa do Souto	Arquitetónico / Conjunto
192	Conjunto Rural da Torre	Arquitetónico / Sítio
193	Casarão do lugar da Serra	Arquitetónico / Conjunto

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
194	Igreja Paroquial e Cruzeiro	Arquitetónico / Conjunto
195	Centro Histórico Rural de Pedralva	Arquitetónico / Conjunto



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

196	Casa da Eira e Capela de São Gonçalo	Arquitetónico / Conjunto
197	Capela e Cruzeiro do Espírito Santo	Arquitetónico / Conjunto
198	Casas da Quinta do Largo do Outeiro	Arquitetónico / Conjunto
199	Conjunto Rural do Outeiro	Arquitetónico / Conjunto
200	Casa Grande do Outeiro	Arquitetónico / Sítio
201	Conjunto Rural do Alvar	Arquitetónico / Conjunto
202	Casa do Além	Arquitetónico / Conjunto

Freguesia: Pedralva

Freguesia: Penso (Santo Estevão)

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
203	Casa de Soutelo de Baixo	Arquitetónico / Sítio
204	Igreja Paroquial e Quinta de Santo Estevão	Arquitetónico / Conjunto
205	Quinta do Outeiro	Arquitetónico / Sítio

Freguesia: Penso (São Vicente)

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
206	Igreja Paroquial e casas anexas	Arquitetónico / Conjunto
207	Casa Rural de Penas	Arquitetónico / Monumento
208	Casa de Torneiros	Arquitetónico / Conjunto

Freguesia: Pousada

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
REVISAO DO PDMB – DOSSIER IV – Relatório Ambiental MAIO 2015		



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

209	Ponte do Porto ou Prozelo	Arquitetónico / Monumento
210	Quinta e Capela do Além	Arquitetónico / Conjunto
211	Casa da Lage e Capela	Arquitetónico / Conjunto
212	Quinta da Pena	Arquitetónico / Sítio
213	Casa de Sampaio e Igreja Paroquial	Arquitetónico / Conjunto
363	Capela de Santo António	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Priscos

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
214	Conjunto Rural do Outeiro	Arquitetónico / Conjunto
215	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Conjunto
216	Quinta de São Tomé e capela	Arquitetónico / Conjunto
217	Casa da Ribeira	Arquitetónico / Conjunto
364	Capela do Senhor dos Passos	Arquitetónico / Monumento
365	Capela do Senhor dos Pedrões	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Ruílhe

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
225	Casas do Lugar de Este	Arquitetónico / Conjunto
366	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Santa Lucrecia de Algeriz

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
-----	------------	-----------------------



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

226	Capela de Nossa Senhora da Saúde	Arquitetónico / Monumento
227	Quinta da Bouça e Capela de S. Brás	Arquitetónico / Sítio
228	Casa e Qt ^a da Igreja ou Qt. ^a de Paço e Capela	Arquitetónico / Conjunto
367	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento
368	Capela de Santa Catarina	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: São João do Souto

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
229	Capela de Nossa Senhora da Conceição	Arquitetónico / Monumento
230	Castelo de Braga (Torre de Menagem)	Arquitetónico / Monumento
231	Fachada da Igreja de São Marcos	Arquitetónico / Monumento
232	Capela do Antigo Convento do Salvador	Arquitetónico / Monumento
233	Casa dos Macieis Aranha	Arquitetónico / Monumento
234	Igreja e Convento do Pópulo	Arquitetónico / Conjunto
235	Residências anexas à casa Macieis Aranha	Arquitetónico / Sítio
236	Casa dos Paivas ou da Roda	Arquitetónico / Monumento
237	Conjunto de Construções do início séc. XX	Arquitetónico / Monumento
238	Capela do Recolhimento da Caridade	Arquitetónico / Monumento
239	Casa do Passadiço	Arquitetónico / Monumento
240	Teatro Circo	Arquitetónico / Monumento
241	Casa das Gelasias ou Casa dos Crivos	Arquitetónico / Monumento
242	Igreja dos Terceiros	Arquitetónico / Conjunto
243	Casa Teodósio Barbosa de Almeida	Arquitetónico / Monumento
244	Imóvel R. do Souto	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: São José de São Lázaro

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
------------	-------------------	------------------------------

245	Tanque do Quintal do Ídolo	Arqueológico/ Monumento
246	Palácio do Raio	Arquitetónico / Monumento
247	Cruzeiro de Santana	Arquitetónico / Monumento
248	Casa Rolão	Arquitetónico / Monumento
249	Troço da Muralha da Quinta do Fujacal	Arqueológico/ Monumento
250	Convento, Colégio e Igreja dos Congregados	Arquitetónico / Monumento
251	Capela de Santo Adrião	Arquitetónico / Monumento
252	Estádio 1º de Maio e Fonte	Arquitetónico / Monumento
253	Parque de São João da Ponte	Arquitetónico / Sítio
254	Sítio dos Galos (Capela e Fonte)	Arquitetónico / Sítio
255	Residência na Av. Central	Arquitetónico / Monumento
369	Igreja Paroquial de São Lázaro	Arquitetónico / Monumento
371	Capela de Santa Justa e Alminhas e nicho	Arquitetónico / Monumento
370	Igreja de Santo Adrião	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: São Vicente

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
256	Castro Máximo ou Monte Castro	Arqueológico/ Monumento
257	Casa Vale de Flores	Arquitetónico / Monumento
258	Igreja de São Vicente	Arquitetónico / Monumento
259	Conjunto da Praça Mouzinho de Albuquerque	Arquitetónico / Conjunto
260	Igreja do Carmo e edificado do antigo convento	Arqueológico/ Monumento
261	Residência da Rua do Carvalhal	Arquitetónico / Monumento
372	Capela de São Romão	Arquitetónico / Monumento
373	Capela de Nossa Senhora do Socorro	Arquitetónico / Monumento



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Freguesia: São Vítor

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
262	Recolhimento de Santa Maria Madalena	Arquitetónico/ Monumento
163	Colégio de Montariol	Arquitetónico / Conjunto
264	Torre de Passos	Arquitetónico / Conjunto
265	Casa de Passos Capela de S. Vítor o Mártir	Arquitetónico / Conjunto
266	Igreja, Portal e Capela do Cemitério de Monte d'Arcos	Arqueológico/ Sítio
267	Lar Feminino de Santa Tecla	Arquitetónico / Monumento
268	Casa da Tojeira e capela	Arquitetónico / Monumento
269	Capela e Casa da Quinta de Santa Tecla	Arquitetónico / Conjunto
270	Igreja de São Vítor	Arquitetónico / Monumento
271	Capela da Guadalupe	Arqueológico/ Monumento
272	Sistema de Abastecimento de Água – Sete Fontes	Arquitetónico / Sítio
374	Capela de São Vítor o Velho	Arquitetónico / Monumento
375	Capela do Senhor do Alecrim	Arquitetónico / Conjunto

Freguesia: Sé

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
273	Sé de Braga	Arquitetónico/ Monumento
274	Cruzeiro do Campo das Carvalheiras	Arquitetónico / Monumento
275	Arco da Porta Nova	Arquitetónico / Monumento
276	Pelourinho de Braga	Arquitetónico / Monumento
277	Casa dos Biscainhos	Arqueológico/ Monumento
278	Antigo Paço Episcopal	Arquitetónico / Monumento
279	Casa Oitocentista	Arquitetónico / Monumento
280	Casa Grande ou Casa Cunha Reis	Arquitetónico / Monumento
281	Igreja da Misericórdia	Arquitetónico / Monumento
282	Ruínas Romanas das Carvalheiras	Arqueológico / Sítio
283	Casa da Câmara / <i>Domus Municipalis</i>	Arquitetónico / Monumento
376	Capela do Senhor das Ânias	Arquitetónico / Monumento
224	Fonte da Alameda	Arquitetónico / Monumento



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Freguesia: Semelhe

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
284	Igreja de Semelhe	Arquitetónico/ Monumento
285	Quinta da Mata	Arquitetónico / Sítio
286	Sítio rural de Sandarão (Quinta do Paço)	Arquitetónico / Sítio
287	Casa da Lavoura do Barral	Arquitetónico / Conjunto
377	Capela do Senhor do Lírio	Arquitetónico/ Monumento

Freguesia: Sequeira

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
288	Casas da Quinta de Sampaio e Capela	Arquitetónico/ Conjunto
289	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Sobreposta

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
290	Igreja paroquial e relógio do sol	Arquitetónico/ Conjunto
291	Casa Loureiro	Arquitetónico / Conjunto
292	Casa Bacelar	Arquitetónico / Monumento
293	Capela de São Tome da Lageosa	Arquitetónico / Monumento
294	Cruzeiro do Senhor da Portela	Arquitetónico/ Conjunto

Freguesia: Tadim

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
295	Casa Grande de Quintais de Baixo	Arquitetónico/ Monumento
296	Centro Cívico e Histórico	Arquitetónico / Sítio
297	Casas e anexo do Monte Novo	Arquitetónico / Sítio
298	Casa de Geraz	Arquitetónico / Sítio
299	Capela da Senhora das Candeias	Arquitetónico/ Monumento

Freguesia: Tebosa

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
300	Quinta do Paço	Arquitetónico/ Sítio
301	Capela e Casas da Venda	Arquitetónico / Conjunto
302	Casa do Barreiro	Arquitetónico / Conjunto
303	Casa de Laião	Arquitetónico / Conjunto
304	Igreja Paroquial, Casa da Quinta de Cadoi	Arquitetónico/ Sítio
305	Casa de Cadoi ou de Bandeira	Arquitetónico/ Sítio
378	Capela de Nossa Senhora do Campo/Senhora das Candeias	Arquitetónico/ Monumento

Freguesia: Tenões

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
306	Escola D. Luís de Castro	Arquitetónico/ Monumento
307	Vila Palmira	Arquitetónico / Monumento
308	Casa do Arco	Arquitetónico / Monumento
309	Santuário do Bom Jesus do Monte	Arquitetónico / Sítio
310	Casa dos Castelos ou Castelo do Bom Jesus	Arquitetónico/ Sítio
311	Igreja de Santa Eulália de Tenões	Arquitetónico/ Monumento
312	Cruzeiro de Tenões	Arquitetónico/ Monumento
313	Elevador do Bom Jesus do Monte	Arquitetónico/ Monumento
379	Capela da Senhora da Rocha	Arquitetónico/ Monumento



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

380	Capela dos Prazeres	Arquitetónico/ Monumento
381	Capela Quinta da Cruz	Arquitetónico/ Monumento

Freguesia: Trandeiras

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
314	Casa de Outão	Arquitetónico/ Conjunto
382	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Vilaça

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
315	Cruzeiro de Vilaça	Arquitetónico/ Monumento
316	Casa de Saldouro	Arquitetónico / Sítio
383	Igreja Paroquial	Arquitetónico / Monumento

Freguesia: Vimieiro

N.º	Designação	Tipologia / Categoria
317	Igreja Paroquial e imóveis envolventes	Arquitetónico/ Conjunto
318	Casa da Palmeira e Alminhas	Arquitetónico / Conjunto
384	Capela de São Bento	Arquitetónico / Monumento

Fonte:PDMB



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

7.3| ANEXOS 4 - PARECERES